



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HENRIQUE DA LUZ SILVA MONTEIRO

**PESCA E TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE DE ACHADA
PONTA - ILHA DE CABO VERDE**

BELÉM-PA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HENRIQUE DA LUZ SILVA MONTEIRO

**PESCA E TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE DE ACHADA
PONTA - ILHA DE CABO VERDE**

BELÉM-PA

2018

HENRIQUE DA LUZ SILVA MONTEIRO

**PESCA E TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE DE ACHADA
PONTA - ILHA DE CABO VERDE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre, junto do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará(UFPA), sob a orientação do prof. Dr.Christian Nunes da Silva.

Área de atuação: Dinâmicas territoriais

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

BELÉM-PA

2018

A dissertação de mestrado intitulada: “PESCA E TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE DE ACHADA PONTA - ILHA DE CABO VERDE”, elaborada por HENRIQUE DA LUZ SILVA MONTEIRO, foi apresentada e aprovada em 20/03/2018, perante banca examinadora composta por Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Orientador/UFPA), Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva (Examinador Interno/UFPA) e Prof. Dr. Adolfo Costa Oliveira Neto(Examinador Interno/UFPA).

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Orientador – PPGeo/UFPA

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva

Examinador Interno/UFPA

Prof. Dr. Adolfo Costa Oliveira Neto

Examinador Externo - FGC/UFPA

Programa:Pós-Graduação em Geografia

Área de Concentração:Organização e Gestão do Território

Linha de pesquisa:Sociedade e Uso dos Recursos Naturais

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente ao Deus Todo-Poderoso, o Rei do Universo, que cada dia tem renovado as minhas esperanças e os meus sonhos, com bênçãos e cuidados especiais que são exclusivamente da autoria Dele, e que colocou no meu caminho pessoas muito especiais, que eu amo incondicionalmente: meus pais João Monteiro “em memória” e Rosa Florentina Silva, minha filha Bruna Carla. Também dedico aos meus familiares e amigos que fizeram parte deste percurso. Dedico este trabalho também ao meu orientador Prof. Dr. Christian Nunes da Silva e a todos os integrantes do PPGeo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Todo-Poderoso, Rei do céu e da Terra, o único digno de todo o louvor e detoda a honra, aquele que amou o mundo de tal maneira que deu seu filho unigênito para que todos aqueles que Nele creem não pereçam mas tenham a vida eterna.

Ao Prof. Dr. Christian Nunes da Silva, pela disponibilidade, atenção, compreensão e assistência que contribuíram e muito para a realização deste trabalho e para o meu crescimento intelectual. Agradeço a todos que estiveram comigo diretamente (Christian Nunes da Silva, Carlos Alexandre Leão Bordalo, Gilberto de Miranda Rocha, João Santos Nahum, Indira Margues e Marcia Pimentel, à secretária do programa de Pós-Graduação Cleo Lobato e a todos os meus colegas e amigos da turma de PPGeo(2016/2017).

Aos meus familiares (minha mãe, meus irmãos, sobrinhos[as]) e a todos aqueles que estiveram ligados à realização desta dissertação, principalmente aos meus amigos e companheiros (também geógrafos) Gilson Bento Correia, Diamantino Miranda e Felipe Sanches, a quem devo muito pela realização das minhas pesquisas e construções de mapas.

Ao Prof. Dr. José Manuel Pereira, pela oportunidade e confiança em mim depositada, e à comunidade de Achada Ponta por terem me recebido, cooperado e participado das ações levadas a cabo durante a realização deste trabalho. Um abraço especial a todos aqueles que estiveram presentes “diretamente ou indiretamente” no decorrer das pesquisas e que fizeram com que este trabalho se tornasse uma realidade.

RESUMO

O Modo de Vida presente apresenta um conjunto de características que enche-lhe de valores e significados e podemos afirmar que estamos na presença de uma comunidade (Achada Ponta) rica, cheia de culturas, tradições e traços que os ligam ao crescimento/desenvolvimento e fazem parte de um todo em evolução/transformação. No arquipélago de Cabo Verde, os recursos haliêuticos são considerados como um potencial vetor do desenvolvimento, pois criam riquezas e postos de trabalho, além de garantir a segurança alimentar de muitas famílias. O método pelo qual os pescadores e os restantes dos habitantes da localidade constroem o seu território e suas territorialidades estão intimamente ligados com as estações do ano, que por sua vez são elementos decisivos nas atividades desenvolvidas, na movimentação das espécies (ida e vinda), influenciando diretamente a opção pelo pesqueiro e o lugar para construir suas habitações (a natureza). Devido às características dos pequenos barcos e as idades dos pescadores e os meios usados para se movimentarem no mar, raras vezes a pesca é feita além dos limites estipulados pelas autoridades (3 milhas). A pesca é uma das atividades que sempre fez parte das culturas humanas, não só como fonte de alimento, mas também como modo de vida, fornecendo identidade a inúmeras comunidades, e como objeto artístico. Em Achada Ponta, a pesca é praticada na sua maioria nos moldes artesanais, onde sobressai técnicas tradicionais, e um elevado apego a costa, uma elevada presença familiar “mão – de – obra familiar” e uma grande dependência das condições climáticas e do estado do mar.

Palavras-Chave: Achada Ponta. Cabo Verde. Modo de Vida. Território. Territorialidade: Pesca.

ABSTRACT

The present Way of Life shows a set of characteristics that fills with the values and meanings and we can state that we are talkin about of a community (Achada Ponta), full of cultures, traditions and traits that connect them to the growth / development and make part of a whole in evolution / transformation. In the Cape Verde archipelago, fisheries resources are considered to be a potential vector of development, since they create wealth and jobs, as well as guarantee, as the feeding source of many families. The principal method by which fishermen and the rest of the inhabitants of the locality construct their territory and their territorialities are closely linked with the seasons, which in turn are relevant elements in the activities already developed. Moreover, in the movement of the species (coming and going), it directly influencing the option for fishing and the place to build their houses (nature). Due to the characteristics of small boats and the ages of fishermen and the means used to navigate at sea. Worthy to emphasize here is for the fact that Fishing is rarely done beyond the limits stipulated by the authorities (3 miles). Fishing is one of the activities that has always been part of human cultures, not only as a source of food, but also as a way of life, providing identity to countless communities, and as an artistic object. In Achada Ponta, fishing is practiced mostly in the artisanal molds, where traditional techniques, high attachment to the coast, a high family presence "family labor" and a great dependence on the climatic conditions and the state of the sea.

Keywords: Achada Ponta. Cape Verde. Lifestyle. Territory. Territoriality: Fishing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Demonstração metodológica	23
Figura2 – Modelo de análise	24
Figura 3 – Roupa no Sol	26
Figura 4 – Exploração de água subterrânea	26
Figura 5 – Panela no fogo	28
Figura 6 – Animais no meio da Comunidade	28
Figura 7 – Conserva de água	29
Figura 8 – Suínos no pátio da escola	29
Figura 9 – Agricultura de regadio pelo alagamento	29
Figura 10 – Agricultura de regadio no gota-gota	29
Figura 11 – Um grupo de jovens pescadores consumindo álcool	33
Figura 12 – Reservatório de água ⁶⁹	
Figura 13 – Mapeamento participativo (dia dois)	73
Figura 14 – Mapeamento participativo (dia dum)	73
Figura15 – Construção da cartografia social	78
Figura 16 –Ordenamento do Território	81
Figura 17 – Usos e a ocupação do solo	81
Figura 18 – Botes movidos a remo e a vela	105
Figura 19 – Linha de mão	105
Figura 20 – Embarcação de pesca artesanal	133
Figura 21 – Desembarque dos pescadores	134

Figura 22 – Salmonete	138
Figura 23 – Branco albacora	138
Figura 24 – Garoupa (<i>Cephalopholis taeniops</i>)	138
Figura 25 – Sargo (<i>Lithognathus mormyrus e Diplodus spp.</i>)	138
Figura 26 – Bidião (<i>Scarus hoefleri</i>)	138
Figura 27 – Moreia (<i>Muraenidae</i>)	138
Figura 28 – Biqueira ou carroca	141
Figura 29 – Pauou manduco	141
Figura 30 – Chalabarda	142
Figura 31 – Centro de pesca	144
Figura 32 - Alguns peixes de Cabo Verde	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1– Pesca artesanal: evolução comparativa do total de botes, recenseada em 2005 – 2011	110
Gráfico2– Pesca artesanal: evolução comparativa do total de pescadores, recenseada em 2005- 2011	110
Gráfico 3–Evolução dos Pescadores de 1990-2008	111

LISTADE QUADROS

Quadro 1– Ranking mundial em toneladas, produção total de pescado (2010)	91
Quadro 2– Ranking mundial em toneladas, pesca extrativa (2010)	91
Quadro 3– Ranking mundial em toneladas, aquicultura (2010)	92
Quadro 4– Dados sobre a pesca artesanal	109
Quadro 5– Total dos portos por ilhas sem amostragens	109
Quadro 6 - Pesca artesanal, evolução comparativa do total de pescadores recenseados em 2005 e 2011	110
Quadro 7– Caracterização da população por sexo e idade	123
Quadro 8– Números dos pescadores por faixa etária	127
Quadro 9– Pesca artesanal, totais de botes, pescadores e vendedeiras	128
Quadro 10– Tipos de peixes e meses em que são mais frequentes	130

LISTA DE MAPAS

Mapa1– Localização geográfica de Cabo Verde	17
Mapa 2 – Mapeamento participativo representando o ordenamento do Bairro	79
Mapa 3 –Usos e ocupação do território terrestre e marítimo	80
Mapa 4 – Territórios de pesca	85
Mapa5 –Localização geográfica de Santa Cruz em relação a todos Concelhos	118
Mapa6–Carta de divisão administrativa de Santa Cruz	119
Mapa7–Zonas piscatórias, e pontos de embarque e desembarque	121
Mapa8 – Localização geográfica de Achada Ponta	124
Mapa9 – Principais pontos de pesca em Santa Cruz	126
Mapa 10 – Principais pesqueiros procurados pelos pescadores de Achada Ponta	137

LISTA DE SIGLAS

A P – Achada Ponta

CMSC – Camará Municipal de Santa Cruz

DGP – Direção Geral de Pesca

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FDP – Fundo de Desenvolvimento da Pesca

GAPTA – O Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INDP – Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

INE – Instituto Nacional de Estatística

INMGF – Instituto Nacional de Metodologia e Geofísica

MAHOT – Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

M F – Ministério das Finanças

MIEM – Ministério de Infraestruturas e Economia Marítima

NOCMAR – Núcleo Operacional do Cluster do Mar

ONG'S – Organização Não-Governamental

PAICV – Partido Africano da Independência Cabo verde

PAIGC – Partido Africano da Independência Guiné – Cabo verde

PANA II – II Plano de Ação Nacional para o Ambiente

PENUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PGRP – Plano de Gestão dos Recursos das Pescas

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UE – União Europeia

UNICV – Universidade de Cabo Verde

ZEE – Zona Económica Exclusiva

Sumário

Sumário	XIII
INTRODUÇÃO	- 15 -
1. MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE: CONCEITUAÇÃO	- 25 -
1.1 Modo de vida.....	- 25 -
1.2 Território	- 45 -
1.2.1 Território como categoria de análise	- 52 -
1.2.2 Território e territorialidade.....	- 55 -
1.2.3 Território com recurso.....	- 66 -
1.3 Cartografia social ou Mapeamento Participativo: Representando o Modo de Vida	- 71 -
1.4 O mapeamento participativo na atividade pesqueira.....	- 83 -
2. A PESCA E SUA IMPORTÂNCIA GEOGRÁFICA.....	- 86 -
2.1 A Pesca no Mundo	- 89 -
2.2 Pesca em África.....	- 92 -
2.3 A Pesca em Cabo Verde.....	- 93 -
2.3.1 Pescaria artesanal de linha de mão de peixes tuníceos e demersais.....	- 104 -
2.3.2 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco	- 105 -
2.3.3 Pescaria artesanal de emalhar de pequenos pelágicos.....	- 106 -
2.3.4 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia	- 107 -
2.3.5 Pescaria artesanal de lagostas costeiras, búzio e demersais de mergulho	- 107 -
2.4 Distribuição espacial de botes da pesca artesanal	- 108 -
2.5 Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas	- 114 -
3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO	- 115 -
3.1 Cabo Verde e suas características socioambientais.....	- 115 -
3.2 Conhecendo o Concelho de Santa Cruz	- 117 -
3.3 Localização da área de estudo	- 121 -
4. ATIVIDADE PESQUEIRA EM CABO VERDE: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DE ACHADA PONTA	- 124 -
4.1 A Pesca em Santa Cruz (Achada Ponta): Caracterização dos Apetrechos e Pesqueiros.....	- 124 -
4.2. Mapeando a Pesca em Achada Ponta: Pesca, Apetrechos, Pesqueiros, Conflitos.....	- 126 -
4.2.1 Pesca em Achada Ponta.....	- 126 -
4.2.2 Os apetrechos ou Instrumentos Utilizados na Pesca Artesanal	- 139 -
4.2.3 O olhar sobre a fábrica de conserva e produção de gelo local	- 143 -

4.2.4 Conflitos.....	- 144 -
4.3 Análise swot de Achada Ponta.....	- 145 -
4.3.1 Forças.....	- 146 -
4.3.2 Fraquesa.....	- 146 -
4.3.3 Oportunidade.....	- 146 -
4.3.4 Ameaças.....	- 147 -
CONCLUSÃO.....	- 147 -
REFERÊNCIAS.....	- 151 -
Sites.....	- 156 -
ANEXOS.....	- 157 -
Apendice.....	- 159 -

INTRODUÇÃO

A Pesca artesanal tem se convertido num importante posto de trabalho e de economia deste país arquipelágico, destacando-se como circuito produtivo, onde na maioria das vezes o trabalhador é dono das embarcações, “dos meios de produção”: o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar e o conhecimento nativo. Fazem parte dos circuitos produtivos constituídos pelas etapas: coleta de pescado, aproveitamento, venda aretalho, e ambulante, e a varejo, e a produção de redes, de embarcações, conserto de redes e embarcações etc.

A investigação haliêutica constitui um suporte importante no fornecimento da informação científica e da técnica necessária aos gestores e administradores das pescas. O conhecimento dos recursos marinhos disponíveis numa determinada área, suas potencialidades e seu estado de exploração são, entre outras, as tarefas cometidas à investigação (INDP, 1996). Cabo Verde por ser um país com fracos recursos naturais, os recursos marinhos surgem como importantes fontes de renda e constituem um reforço acrescido no que concerne ao abastecimento de proteínas animais, contribuem também para o equilíbrio da balança comercial e diminuição do desemprego.

Sendo o território e a territorialidade um tema que tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas atualmente, é importante conhecer os limites e pontos de atuação em determinado território, para poder prever os possíveis impactos adversos que poderão surgir, com isso não pondo em causa a sustentabilidade do território. Tratando de dois temas com foco na atualidade, é importante entender como funciona o sistema onde se encontram inseridas, podendo dessa forma prever e minimizar os possíveis impactos indesejáveis e fazer com que as suas potencialidades sejam exploradas com maior responsabilidade possível.

Situada em uma vasta área saheliana de clima árido e semiárido, com precipitações irregulares e caprichosas, agravadas pelas condições edafoclimáticas associadas à pressão antrópica sobre os recursos, Cabo Verde vem sendo palco de fenômenos de degradação permanente dos seus ecossistemas (terrestre e marinho), com diversas consequências negativas: sociais, econômicas e ambientais.

O Arquipélago¹ de Cabo Verde é composto por uma zona exclusiva (ZEE) de aproximadamente de 734.265 Km², e uma das últimas zonas de pesca subutilizadas. Com efeito,

¹ Entende-se por arquipélago um país formado por um conjunto de ilhas próximas umas das outras.

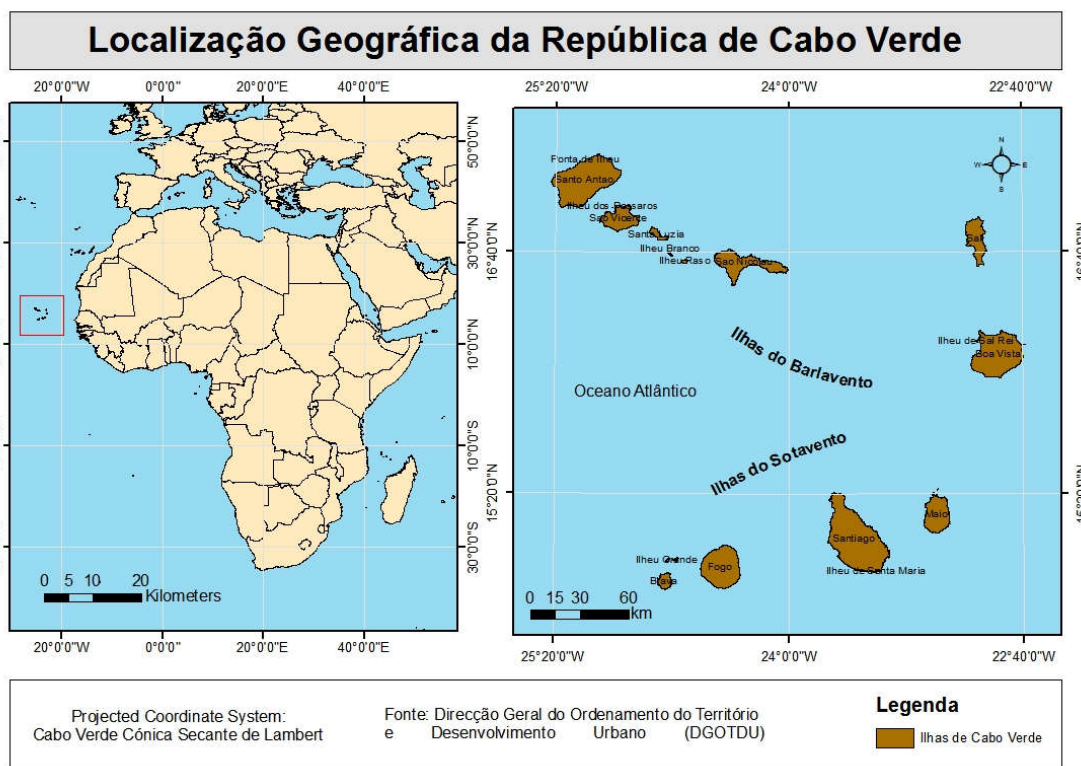
Cabo Verde dispõe de uma ZEE onde não faltam riquezas e variedades; ainda que de densidade relativamente fraca, aí se abriga um grande número de espécies marinhas. Não é de se estranhar que a atividade pesqueira tenha sido das primeiras a desenvolver-se; conhecendo hoje várias formas “tradicional e artificiais” de pesca praticadas pelos nativos e não só nesta área que é um dos poucos recursos naturais do país. A zona compreendida entre as ilhas do Sal, Boa Vista e Maio é a que apresenta maior plataforma, onde se concentram grande parte dos recursos pesqueiros de Cabo Verde².

Segundo o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca (INDP, 2010; 2015) produtos da pesca são a principal fonte de proteína animal consumida no país. Para, além disto, os recursos marinhos têm grandes possibilidades de gerar riqueza através da sua revalorização, designadamente com a promoção do ecoturismo/pesca desportiva (FIDALGO; SEIXAS; AZEITEIRO, 2014). O crescimento da população acompanhado pelo aumento do turismo fez aumentar progressivamente o pescado. Contudo a quantidade dos produtos marinhos é escassa. A nova tecnologia e os investimentos complementares podem ser uma alternativa para melhorar o setor, aumentando assim a quantidade de pescado, satisfazendo as necessidades da população, consequentemente elevando as oportunidades de emprego e o aumento das exportações.

As vantagens expostas fazem parte da estratégia do INDP no sentido de aumentar a diversidade da pesca e melhorar a participação do setor pesqueiro no PIB nacional, aumentar a oferta de trabalho e desenvolver a exportação de produtos, que em conjunto irão contribuir para melhorar o equilíbrio da balança comercial de Cabo Verde, assim como a qualidade de vida dos pescadores e comerciantes.

² O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto no ano de 1460 pelos navegadores ao serviço da coroa portuguesa, e o povoamento começou em 1462. Por um bom tempo as ilhas serviram como rota do comércio e tráfico dos escravos, viveu também um longo período de escravatura e com a abolição da escravatura começou o domínio colonial que permaneceu até 1975, ano da independência do país, mas antes disso foi necessário a organização e execução de uma luta armada que incluiu os países colonizados pelos portugueses contra a coroa.

Mapa 1 – Localização geográfica de Cabo Verde



Fonte: Direcção Geral do Ordenamento do Território

A partir da revolução industrial com a construção de pequenos, médios e grandes projetos nos diferentes ramos das indústrias econômicas, de exploração de recursos naturais, construções de equipamentos e infraestruturas, tais como, alargamento dos meios de transporte e comunicação (estradas, rádio, televisão e internet), criação de novas agências bancárias, estes fenômenos influenciaram todo o sistema econômico mundial e tiveram um papel preponderante na mudança dos hábitos, costumes de toda sociedade – claro que não foi na mesma dimensão, cada qual teve o resultado de acordo com a sua potencialidade e a disponibilidade do mercado.

As principais transformações hoje encontradas em Cabo Verde tiveram início com a independência das ilhas, mas a situação encontrada atualmente está vinculada com a passagem do partido único para o multipartidarismo em 1990. Com isso o mercado nacional cabo-verdiano abriu-se ao mundo capitalista e influenciou de forma decisiva o modo de vida de todo território nacional. Mesmo com todas as transformações sofridas ao longo dos anos as tecnologias e a economia não são características principais para caracterizar os modos de vida, mas também tem as técnicas e a cultura, isso baseado nas leituras de La Blache.

Consoante Varela (2015) desde a Independência Nacional, 5 de julho de 1975, Cabo Verde tem vindo a assumir os recursos haliêuticos como um potencial vetor de desenvolvimento, sobretudo a nível socioeconômico, pelo que através de vários instrumentos, parte dos quais do período antes da Independência. Os sucessivos Governos têm vindo a definir princípios orientadores, tendo como objetivo a gestão equilibrada e sustentável desses recursos. Entretanto, esse tem enfrentado constrangimentos, tanto em termos de gestão e funcionamento das capacidades instaladas, como nas capturas, comercialização e valorização dos produtos.

Assim, de acordo com esta mesma fonte, depara-se com o aumento da procura e, por conseguinte, da pressão sobre os recursos, os desfasamentos e descoordenação entre as necessidades de investimento e disponibilização de recursos financeiros, as alterações de parâmetros ambientais em decorrência nomeadamente dos fenômenos naturais e da ação do homem (VARELA, 2015, p. 13).

A problemática da diminuição dos recursos marinhos tem trazido à tona discussão que coloca em dúvida a sustentabilidade da pesca. Se não forem tomadas decisões que visem garantir o equilíbrio entre a exploração e o tempo de restauração, em poucos anos teremos dificuldades em encontrar peixes, sobretudo ao longo da costa. Sabendo que há uma preocupação com a falta e a diminuição dos pescados, é de extrema importância que seja resolvido, em curto prazo, a excessiva exploração que acontece no alto mar, para minimizar uma possível escassez dos recursos marinhos.

A pesca artesanal é considerada uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem em período anterior ao Neolítico, esta por sua vez proporcionou aos pescadores aquisição de um vasto conhecimento ao longo de vários séculos sobre os aspectos relacionados ao ciclo de vida das espécies capturadas, a época de sua reprodução e a concentração de cardumes (DIEGUES, 2004 apud RAMIRES; BARRELLA; ESTEVES, 2012).

Cabo Verde tem sofrido uma mudança estrutural no processo econômico a longo prazo, nomeadamente em termos da importância relativa dos setores da atividade: setor primário, secundário e terciário, ao contrário das mudanças pontuais ou de curto prazo que visam tipicamente melhorias conjunturais na produção ou no emprego. No caso dos países em vias de desenvolvimento é a transformação ou a transição de uma economia de subsistência para uma economia industrializada com o objetivo de melhorar o bem-estar, que está na base das mudanças estruturais. As alterações começam com as transformações no setor primário

(TAVARES, 2012). Tais transformações estão nas origens da formação do território e nas formações das territorialidades e refletem nos modos de vida.

Neste sentido esta pesquisa partiu das seguintes preocupações: entender como se dá a relação entre o modo de vida e as territorialidades dos pescadores; conhecer os tipos de apetrechos mais utilizados; vir também até que ponto o território influencia na implementação das políticas voltadas para as atividades pescatórias; Até que ponto o modo de vida influencia a atividade pesqueira; Compreender como se dá o uso e ocupação do território pesqueiro na localidade de Achada Ponta e a importância da pesca para a população local e para a construção de sua dinâmica territorial; Perceber a influência dos acordos de pescas; Conhecer os tipos de conflitos e quais as áreas com maior incidência de conflitos na territorialidade dos pescadores; E, por fim: Como a pesca artesanal estrutura a dinâmica territorial da comunidade de Achada Ponta no município de Santa Cruz;

Na tentativa de entender a dinâmica local, recorreremos ao uso do território como variável para explicar a territorialidade e o modo de vida que será demonstrado com mais clareza com o uso da cartografia social, como instrumento de representação do território. Para que as discussões ganhassem uma representatividade mais relevante em torno do território em análise, foram feitas algumas revisões bibliográficas que alicerçaram e muito as fundamentações teóricas, dentre elas citamos as concepções de: Ratzel (1844-1904), La Blache (1954), Sack (1986), Raffestin (1993) e Saquet (2005; 2013), além de outros autores que serão citados no decorrer do debate teórico e sua confrontação com o mundo concreto, principalmente com a área em causa.

Na busca de aprofundar o estudo foram recolhidos dados secundários ou paralelos da região em si e recorreu-se aos trabalhos acadêmicos sobre o tema, a fim de obter informações atuais e atualizadas relevantes à pesquisa, sobretudo os que envolvem a política da pesca artesanal e sua dinâmica no processo de crescimento de Santa Cruz e mais concretamente da área em estudo; nessa busca consultamos livros, artigos periódicos, documentos oficiais, relatórios, entre outros.

O crescimento do setor tem impulsionado outras atividades, sendo Santa Cruz um dos Concelhos³ onde a pesca é um dos meios de sobrevivência para muitas famílias, mas a sua fragilidade é bem visível no território, sobretudo devido a uma política territorial que não faz a

³Divisão administrativa do território ou Seção administrativa ou parte de um distrito: Concelho de Santa Cruz. Concelho é sinônimo de: municipalidade, distrito, cidade, consólio.

cobertura necessária. Com o desenvolvimento da pesca e a urbanização de forma correta, a economia⁴ local poderá ser alavancada e o território ganhará novo foco de crescimento. A especialização de um território costeiro em regiões industriais pode de muitas formas condicionar a permanência de espécies animais como vegetais, nesse sentido há preocupação em criar alternativas que visem diminuir os impactos ambientais negativos. O aumento da intervenção antrópica ao longo da costa e nos leitos das ribeiras tem provocado impactos marcantes sobre a dinâmica aquática, podendo repercutir na perda de vida aquática e colocando em risco a população humana à sua volta.

Christofoletti (1994) afirma que através da ocupação e implementação de suas atividades, o homem insere-se no meio ambiente como agente modificador das características visuais, dos fluxos de energia e matéria, modificando o equilíbrio natural dos geossistemas, ou sistemas ambientais físicos. Estas alterações podem resultar em impactos ambientais que representam “mudança sensível nas condições de saúde e bem-estar das pessoas e na estabilidade do ecossistema do qual depende a sobrevivência humana”. Essas mudanças podem resultar de ações acidentais ou planejadas, provocando alterações diretas ou indiretas nos modos de vida.

Cabo Verde é um pequeno país composto por ilhas e tem como um dos principais meios de subsistência a renda proveniente da pesca artesanal oceânica. As localidades costeiras têm uma percentagem reduzida no desenvolvimento da pesca, visto que são na sua maioria localidades com baixo índice de analfabetismo, e com seus hábitos e costumes ligados à natureza (modo de vida) e também estão inseridas nas áreas onde a informação circula a uma velocidade muito lenta. São também territórios de dimensões reduzidas e com pouca informação em circulação e com uma economia deficitária, sem meios que possam impulsionar a atividade pesqueira. A pesca fornece emprego a muitas famílias, diminuindo consideravelmente o desemprego nessas áreas e é vista também como meio de ocupação dos residentes.

A cartografia social ou mapeamento participativo e os seus fundamentos são e foram instrumentos decisivos para a representação do uso dos recursos pesqueiros e não só pelos

⁴ O crescimento econômico, neste arquipélago largamente depende do turismo, e investimentos diretos estrangeiros. Para mais informação consultar o Anuário Estatístico (2015 e 2016) e o Relatório de Estado da Economia (2013).

pescadores e outros residentes da localidade em pauta, levando em consideração a forma como são explorados e utilizados esses recursos por parte dos pescadores e a comunidade, culminou no mapeamento dos diferentes territórios ou espaços, nos quais são retirados os recursos, aparecendo assim a cartografia social como instrumento fundamental para o reconhecimento e gestão do território e como contribuinte para o plano de manejo.

Com base nisso tudo elaboramos as seguintes preocupações: O conceito de modo de vida e do território fornece subsídio para compreender as características de sobrevivências dos pescadores da comunidade de Achada Ponta (Concelho de Santa Cruz)? Qual a importância da pesca no mundo e em Cabo Verde? Quais são os principais acontecimentos históricos que são significativos para compreender o modo de vida e as territorialidades na comunidade de Achada Ponta (Santa Cruz)? As técnicas de mapeamento participativo conseguem representar cartograficamente o modo de vida e as territorialidades da referida comunidade?

Os principais objetivos percorreram caminhos que nos levaram à tentativa de compreender tais situações: compreender e discutir sobre o conceito de modo de vida e do território, e como o mapeamento participativo pode ser utilizado na representação dos modos de vida e territorialidade; analisar a atual situação da pesca no mundo e em Cabo Verde; apresentar e descrever as características históricas e geográficas de Cabo Verde e a comunidade de Santa Cruz (Achada Ponta), enfocando os aspectos socioambientais de sua geografia; examinar e analisar o modo de vida e as territorialidades da comunidade de Santa Cruz (Achada Ponta), mostrando por meio de mapeamento participativo como esse modo de vida e sua territorialidade podem ser representados cartograficamente.

A busca incessante por uma resposta nos empurrou a trilhar caminhos que influenciaram a formulação de tais hipóteses: O conceito de modo de vida e territorialidade são subsídios eficazes para compreender as características socioambientais dos seres humanos. A pesca é uma importante fonte de alimento e de renda em diversos territórios no mundo inclusive em Cabo Verde.

O mapeamento participativo, como metodologia de análise territorial é uma importante ferramenta para representar o modo de vida e as territorialidades da comunidade dos pescadores de Achada Ponta no Concelho de Santa Cruz em Cabo Verde. Para dar segmento e posteriormente concluir essa pesquisa foi necessário elaborar um roteiro metodológico, sendo assim, introduzimos um conjunto de técnicas que nos levou obter os resultados de um pesquisa ou trabalho científico de uma forma mais clara, nesse sentido todo

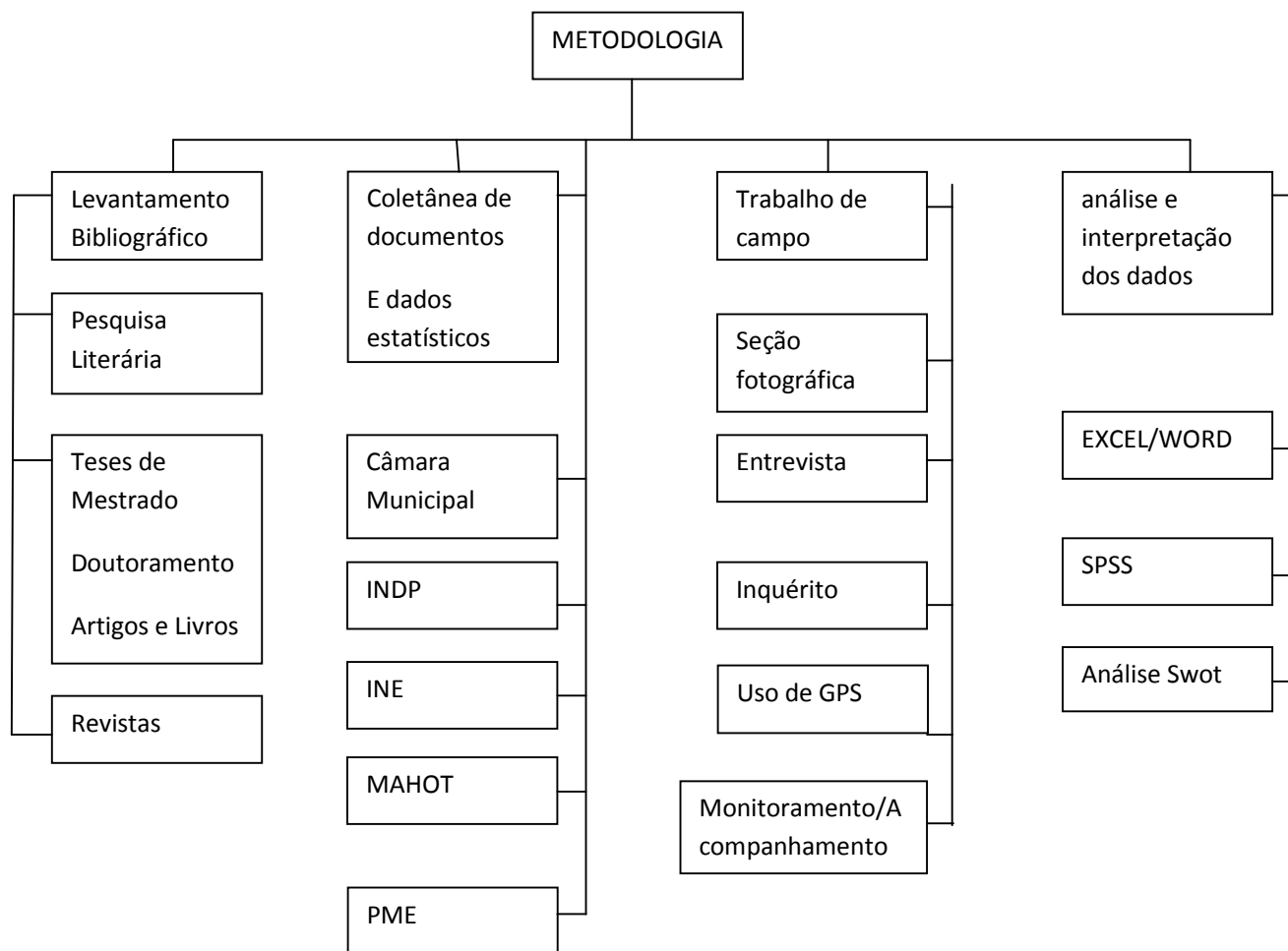
o esforço será na obtenção de um conjunto de técnicas científicas específicas que serão de extrema importância na realização desse trabalho.

Primeiramente a pesquisa baseou-se nos levantamentos bibliográficos e análise sobre os principais autores da geografia que trabalham com o conceito modo de vida e territorialidades. Foram feitas as pesquisas bibliográfica e documental nas principais instituições especializadas na atividade pesqueira no mundo e em Cabo Verde. Como por exemplo foi usado o suporte documental de MAHOT (Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do território), da Câmara Municipal de Santa Cruz e dados de Instituição Nacional de Estatística (INE), da INDP (Instituto Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro), DGP (Direção Geral da Pesca) entre outras que serão apresentadas no decorrer desse trabalho, tudo isso no sentido de adquirir um conjunto de dados com o objetivo de contribuir para o melhor desenvolvimento do setor no país.

Depois das pesquisas bibliográfica e documental nas principais instituições que divulgam a estatística pesqueira em Cabo Verde e pesquisas os estudos já realizados na UNICV e em outras instituições de pesquisa em Cabo Verde, demos início ao trabalho que foi complementado e enriquecido com as pesquisas e visitas de campo com base na coleta de dados através de fotografia, entrevistas e aplicação de inquéritos, auxiliando deste modo na elaboração de cartas/mapas por meio da aplicação do mapeamento participativo.

Nas entrevistas percorremos o mesmo caminho (TSJI, 2014), as entrevistas foram orientadas por meio de um roteiro de questões abertas, contendo perguntas que têm por objetivo colher os pontos de vista chave para as discussões propostas, mas ao longo das entrevistas surgiram novas questões de forma espontânea, reforçando a intenção da pesquisa. Em seguida foi feita a sistematização e interpretação dos dados recolhidos, recorrendo ao suporte de softwares importantes como: SPSS, ARCGIS 10.3, e o Excel, esse último no tratamento dos dados estatísticos, para a construção de gráficos e quadros. Nas elaborações das cartas usamos os dados provenientes do mapeamento participativo como suporte técnico. Contudo, para o avanço desta pesquisa recorremos a esse arcabouço abaixo como fio condutor.

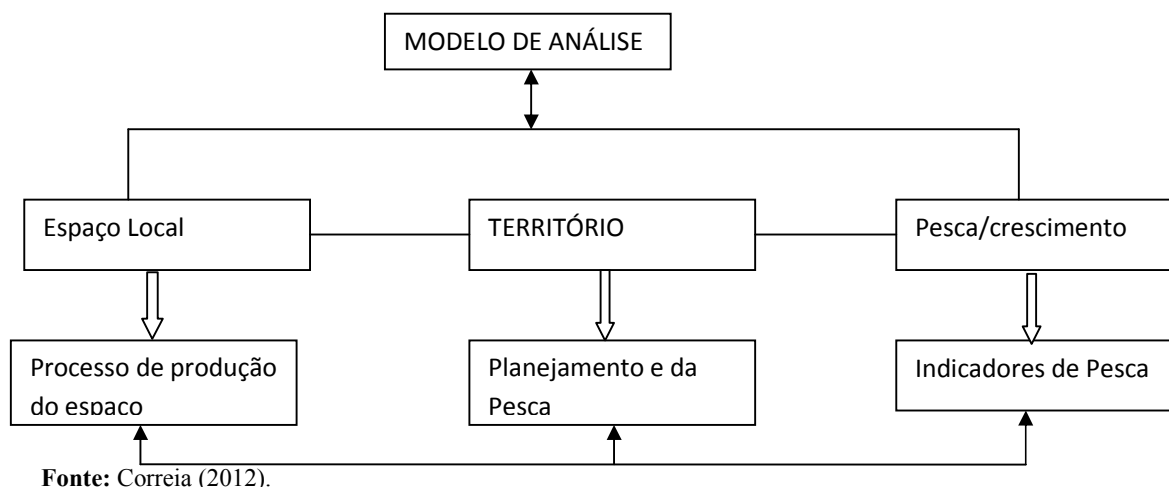
Figura 1 – Demonstração metodológica



Fonte: Correia (2015).

Na figura 02 encontra-se representado o modelo de análise, com intuito de mostrar como vai ser a nossa pesquisa. O espaço serviu de base para os estudos posteriores, como a produção do espaço, seguindo o “território”, estudos das dinâmicas territoriais, com isso procura-se entender a organização do espaço do Concelho e até que ponto influencia a prática da pesca, principalmente no bairro de Achada Ponta.

Figura2 – Modelo de análise



Este trabalho dissertativo está estruturado em quatro capítulos, baseados numa análise quantitativa, a partir de ilustração de algumas tabelas e gráficos e qualitativas com a análise de dados coletados com as visitas ao campo.

No primeiro capítulo faz-se uma reflexão sobre o conceito de modo de vida, território e territorialidade, procurando compreender como a geografia vem definindo e analisando-os no ponto de vista dos processos sociais. Essa reflexão conceitual seguiu o mesmo caminho seguido por Guedes (2009), também foi fundamental para o entendimento das práticas espaciais das coletividades de pescadores no processo de apropriação, domínio, controle e uso de frações do espaço definido como territórios de pescadores. Ainda nesse capítulo foi feita uma representação da cartografia social.

No segundo capítulo analisou-se a pesca partindo do geral para o particular. O terceiro capítulo é dedicado à caracterização histórica e socioambiental de Cabo Verde e do município em pauta. No quarto e último capítulo, o estudo foi mais detalhado, dedicado exclusivamente à pesca e aos agentes constituintes da mesma. Enfatizamos a pesquisa de campo, destacando as características mais peculiares dos territórios dos pescadores das localidades e os conflitos formados nos territórios da pesca.

Em seguida tem-se as considerações finais apresentando a análise da pesca e territorialidades dos pescadores artesanais relacionadas ao uso do território e de pesca, modo de vida e sua organização no espaço, em relação ao uso dos recursos em seu território.

1. MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE: CONCEITUAÇÃO

Este capítulo trata de diferentes abordagens do território, territorialidades e modo de vida, no intuito de apontar ou encontrar alguns caminhos para levar adiante essa pesquisa, na busca de fundamentação teórico conceitual para as abordagens teóricas aqui discutidas, recorreremos às considerações de La Blache, Robert Sack, Claude Raffestin, Marcos Saquet e vários outros autores a serem apresentados ao longo do texto.

1.1 Modo de vida

O presente capítulo tem como um dos objetivos estudar o modo de vida da população recorrendo à visão de alguns estudiosos, procurando entender até que ponto este conceito pode ser útil para a análise do modo de vida da área em estudo (modo de vida da comunidade pesqueira de Achada Ponta).

Outro objetivo é verificar o significado de uma realidade diferenciada não só pela atividade, mas pelo sentido de tudo o que é produzido por esse grupo social, seus costumes, sua cultura, sua resistência e o fortalecimento de sua identidade (SILVA, 2014). Usamos os mesmos tópicos por considerarmos que ao tratar da pesca artesanal no litoral, as condições são no mínimo idênticas, mas não iguais, “população tradicional, carência de recursos, baixo nível de escolaridade, entre várias outras a serem apresentadas ao longo desse trabalho” e as relações sociais também são semelhantes. Na visão ratzeliana e laBlacheiana, fica evidente isso: em nenhum lugar os povos são formados dos mesmos elementos, a materialização ou a repartição atual é o produto das várias movimentações que ocorreram ao longo da cronologia.

A relação homem – natureza (como objeto da geografia): desde os primórdios que esta relação tem sido estudada e analisada. O homem aproveita praticamente de tudo que existe na natureza, indiretamente ou diretamente, na zona pesqueira em questão o aproveitamento dos recursos oferecidos pelo meio é de suma importância para o desenvolvimento de suas atividades. O raio solar serve tanto para secar as roupas e a lenha como os pescados, do solo e do subsolo só não é aproveitado a jura (um tipo de inerte presente nessa área), no solo são levados a cabo várias atividades, como a construção das habitações, dos currais e a agricultura etc. O subsolo tem um papel preponderante na exploração da água, podendo ser para o consumo (humano e animal) e para a agricultura, o mar representa o espaço do trabalho bem como do lazer.

Figura 3 –Roupa no sol para secar**Figura4** - Exploração subterrâneo de água



Fonte: Monteiro (2017). **Fonte:** Monteiro (2017).

Segundo os relatos históricos o homem já esteve sujeito a um determinismo natural (determinismo geográfico), determinismo este posto em causa com as descobertas de novos instrumentos e técnicas de produção. Ao longo dos tempos foram aperfeiçoando e progredindo, ao ponto de levar o homem a pensar numa nova forma de relação com a natureza, surgindo na sequência o possibilismo geográfico, teoria formulada pelo francês Paul Vidal de La Blache, que deixou a ideia de que o homem não era determinado, mas possibilitado pela meio natural, mostrando que não há dicotomia ou separação entre o humano e o físico e sem a complementaridade. O homem passa a ser visto como um ser ativo (mas pode ser passivo em algum caso), que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, podendo transformá-lo. La Blache fez uma leitura sobre as transformações onde dizia,

[...] quer o caçador paleolítico, quer os primeiros cultivadores neolíticos abriram brechas e criaram também associações no mundo dos animais e das plantas. [...] Dado que desde tão cedo a espécie humana se expandiu pelas regiões mais diversas, teve necessariamente de submeter a casos de adaptações múltiplas. Cada grupo encontrou seu meio tanto auxiliares como obstáculo. [...] As influências do meio unicamente se nos denunciavam através de um amontoado de contingências históricas que as velava. [...] Ainda que se observem mudanças, é impossível não reconhecer neles um caráter vinculado de autonomia, de endemismo, e só por este podemos compreender como certos homens, colocados em certas determinadas condições de meio e agindo conforme a própria inspiração, procederam para organizar a sua existência [...] (LA BLACHE, 1954, p. 35-36).

Partindo das concepções que tem-se desenvolvido ao longo da história até chegar às abordagens feitas pelos estudiosos contemporâneos, vimos que o processo vivido pelo homem na fase de adaptação e transformação é semelhante, mesmo sendo nômade o homem já tinha

construído o seu modo de vida, que no início era de acordo com as transformações ocorridas na própria natureza e com o passar dos tempos deixou de ser um processo estritamente natural para receber a influência humana, resultado da adaptação do homem ao meio e de surgimento de técnicas e conhecimentos que trouxeram maiores possibilidades de criação e transformação conforme as necessidades surgidas.

O Modo de Vida presente apresenta um conjunto de características que enche-lhe de valores e significados, então podemos afirmar que estamos na presença de uma comunidade rica, cheia de culturas, tradições e traços que os ligam ao crescimento/desenvolvimento e fazem parte de um todo em evolução/transformação. Mas essa evolução vem atrelada aos fatores históricos, culturais, condições naturais do meio, como o clima, a fauna a flora e a topografia, as análises dos elementos espirituais, mitos e lendas.

Na perspectiva de Max Sorre, ela tem que dispor de um mínimo de duração, de estabilidade”, mas que também não seja algo perecível, pois “o gênero de vida nasce, transforma-se, expande-se – e é então, quando ele chega a este grau de maturidade, que nós o caracterizamos”, evocando assim a necessidade do caráter complementar: o da evolução (SORRE, 1952, p. 105).

Sendo o meio uma força viva, com movimentos próprios e regras de conexão que escapam à intervenção humana (BLACH, 1954), os habitantes locais constroem a sua identidade em sintonia com as transformações ocorridas na natureza e as condições oferecidas pelo meio, sendo assim o homem e a natureza aparecem como elementos inseparáveis. Consideramos que o homem nunca deixou de viver dentro de um certo determinismo, isto é, o possibilismo nunca foi e nem será um processo absoluto, porque estamos sujeitos à presença do meio para qualquer que seja a nossa atividade.

Hoje a influência do meio é percebida não só pelo que representava no passado (lugar de abrigo, caça, pastoreio e fornecedora de alimentos) mas sim pelo que ela é e representa nas suas constituições internas e externas “solo e subsolo” e segundo os objetivos traçados em relação ao ambiente. O homem teve que superar a si mesmo para poder criar a própria identidade como um ser quase independente, acontecendo isso pelas técnicas inventadas. TSJI afirmou que é pelo domínio da técnica que acontece a interface entre homem-natureza, isso devido ao fato da materialização das técnicas ocorrerem na natureza sem a qual não existiria nem o homem nem as técnicas (TSJI, 2014).

O modo como o meio era visto e como os homens viviam ainda encontra-se presente, isso porque os conhecimentos e as experiências são passadas de geração em geração. Só que com o tempo veio a civilização e com ela houve incorporação de técnicas avançadas tecnologicamente e incorporação do capitalismo e da mídia no mercado mundial, transformando quase que por completo a vida e a rotina das populações, refletindo desde das atividades mais tradicionais até as mais modernas. Tudo isso tem influenciado os modos de vida em diferentes partes do globo. No bairro essas características são visíveis na forma como eles desenvolvem as suas atividades, as marcas estão nos procedimentos usados para lavrar a terra, para cozer os alimentos, nos processos de conservação da água sobretudo na forma como os animais são tratados, a população divide o mesmo espaço com os seus gados, conforme mostram as figuras 6 e 8.

Figura 5 – Panela no fogo



Figura 6- Animais no meio da comunidade



Fonte: Monteiro (2017). **Fonte:** Monteiro (2017).

Figura 7 – Conservação da água **Figura8 – Suínos no pátio da escola**



Fonte: Monteiro (2017). **Fonte:** Monteiro (2017).

Figura9 – Agricultura de regadio (alagamento)

Figura 10– Agricultura de regadio (gota-a-gota)



Fonte: Monteiro (2017). **Fonte:** Monteiro(2017).

O gênero ou o modo de vida dos pescadores e de toda a comunidade começou a ser desenhado por volta de um século atrás, com a chegada dos primeiros ocupantes e o

surgimento de interesses sobre os recursos oferecidos: mar, terrenos agrícolas, espaço para pastoreio e caça. Para conhecer melhor essa população e seus modos de vida, foi preciso apriori conhecer uma pluralidade de temas relacionados ao seu diaadia, tais como: a sua origem, a etnia, o folclore, a religião, o gênero predominante, a paisagem, as diferentes manifestações artísticas e culturais, o emprego presente e as suas características do emprego. De modo geral o gênero de vida dessa gente está relacionado intimamente à sua cultura ou à maneira como eles executam as suas atividades e aproveitam seus espaços e o valor dado ao sistema de símbolos (mitos e ritos unificadores) criados por elas ou trazidos de outras regiões.

La Blache disse que no decorrer do tempo formam domínios de civilização que absorvem os meios locais, meios de civilização que impõem uma norma geral que se imprime em muitos usos da vida (BLACH, 1954, p. 377). As mudanças fruto da civilização e seu domínio hoje são cada vez mais evidentes, principalmente devido aos avanços tidos nos processos de crescimento e desenvolvimento das comunidades, com a incorporação de elementos tanto materiais “os utensílios, os modos de alimentação, os objetos de luxo, os remédios, a arte de curar, são disso o símbolo material” (LA BLACHE, 1954,p.378) como imateriais “leis e regras” mais sofisticadas.

Em Achada Ponta as mudanças que advêm da civilização e do progresso hoje são bem visíveis, fruto do aumento do nívelde escolaridade, da melhoria da qualidade de vida, marcada pela chegada da luz elétrica, do telefone, da água canalizada e pequenos comércios, isso nos levou ao encontro da concepçãode Sorre (1984), quandoele disse o seguinte: o modo de vida nasce, transforma-se e se expande, etc. Os pontos mencionados trouxeram um conjunto de normas culturais e simbólicas, muito dependentes do conhecimento do espaço circundante. As atividades ditas tradicionais aparecem na base da formação do território e territorialidades, refletindo no modo de vida.

A forma usada para lavrar a terra, tanto do regadio como do segueiro está representado por uma grande tradicionalidade (que vem mudando com o tempo), apesar do cultivo de regadio estar muito influenciado pelas novas técnicas (gota-gota, uso do motor para bombear água, uso de pesticidas, praguicidas e máquinas para combater as pragas nas plantas) mas muitas técnicas permaneceram intactas. Atenção, essas mudanças existem e elasse tornam visíveis se fizermos uma comparação daquilo que a A.P foi e no que estão se transformando hoje. Certos problemas se fazem presentes ali, apesar de alguns progressos.

A referida comunidade vem enfrentando dificuldades diversas ao longo do tempo. Eles têm sofrido com a seca, falta de água, iluminação de baixa qualidade, via de acesso em péssimo estado de conservação, escolas abandonadas e em mau estado de preservação. O desemprego assola a todos, inexistência de espaços de lazeres, ali só encontramos um campo de futebol de terra batida. Os pescadores e as vendedeiras não têm como guardar os seus produtos e diminuir a probabilidade de perda dos pescados, toda a trajetória de casa até a baía é feita por um trecho malcuidado e perigoso, construído na rocha e não tem iluminação. No mar há riscos de serem pegos pela tempestades e de serem arrastados para fora do seu perímetro caso haja uma mudança repentina na direção da maré, apesar disso tudo, eles também têm problemas com os iscos/iscas.

Falando da mudança é pertinente lembrar a ideia de Max Sorre,

Em vez de se definir, como no passado, em relação aos elementos do meio físico e vivo, é pertinente defini-lo em relação a um complexo geográfico, econômico e social. Ela muda de plano à medida que a atividade dos homens muda de dependência (SORRE, 1984, p. 120).

O que prevaleceu com o processo de civilização é o que evolui, as formas dos agrupamentos sociais saídos originalmente da colaboração da natureza e dos homens, mas cada vez mais emancipados das influências diretas dos meios. O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para seu uso.

Caçador, pescador, agricultor, o seu modo de vida é pessoal fruto da sua conquista, aquilo que ajudou pôr sua iniciativa à criação. Mesmo nos modos de vida que não ultrapassam um grau assaz obscuro de civilização, a quota de invenção é bastante sensível para testemunhar a fecundidade desta iniciativa. Os modos de vida introduzem entre os seres humanos um novo princípio de diferenciação, princípio esse representado pelo tipo de nutrição e pelos hábitos (BLACH, 1954).

Seguindo algumas leituras e análise da realidade observada, conseguimos perceber que as categorias de análises são o organismo, o meio, a ação humana, o modo de vida, categorias essas consideradas como fatores geográficos. Segundo La Blache a combinação desses fatores é que dá a aparência geográfica ao planeta e representa a marca dos povos sobre a superfície terrestre.

Conforme explicou Max e Engels no Manifesto do Partido Comunista, o surgimento da cidade e conseqüentemente das grandes metrópoles e megalópoles provocaram e temprovocado uma enorme ruptura entre o modo de vida “urbano e rural” nos diversos pontos da Terra, dividindo a sociedade em classes sociais, burguesia, proletariado e camponês (MARX; ENGELS, 1848). Nos países mais pobres ou em via de desenvolvimento, como é o caso de Cabo Verde, o surgimento de pequenas cidades e aglomerações mais compactas, resultado do êxodo rural/urbano e da emigração sobretudo da costa ocidental Africana e das outras regiões do mesmo continente influenciaram de forma direta o modo de vida dos nativos.

Os pescadores artesanais de Achada Ponta compartilham de modos de vida comuns entre eles, ato quase imprescindível que marca a vida dessa classe e de toda comunidade, que desenvolve no bojo das suas atividades, começando com o levantar para ir ao mar, que continua durante a estadia na pesca e culmina com o regresso à terra. As formas de confecções dos apetrechos são praticamente as mesmas, os processos desenvolvidos na baía são os mesmos, os laços são criados independentemente do grau de parentesco. Mas no resto da população encontramos modos de vida com um certo grau de diferenciação, marcado pelo nível de vida, diferenciação cultural e religiosa, nível de escolaridade e também devido ao efeito das profissões que cada um desempenha. No entanto essas características não são muito marcantes.

A abordagem ao espaço aquático, como a marcação dos pesqueiros e o modo de pescar, o comportamento ao regressarem da água, como a venda e a bebedeira antes de irem para casa são ações comuns entre eles. Aqui fica claro que o gênero ou o modo de vida dos pescadores são construídos à base dos dois meios, “território terrestre e território marítimo”, tendo por suporte as técnicas passadas de geração em geração e os próprios hábitos criados pelos pescadores, essas observações são idênticas da obra de Maldonado (1994). Na figura número 11, podemos encontrar um grupo de jovens pescadores consumindo álcool, uma das culturas/tradições que vem sendo passada de geração em geração, mas o que tudo indica, atualmente ganha cada vez mais espaço no seio da juventude. Tornando numa atividade de rotina diária e praticamente inviolável.

Figura11– Um grupo de pescadores consumindo grogue (Cachaça) ao regressarem do mar



Fonte: Monteiro (2017).

Na perspectiva de Maldonado (1994) a mobilidade do meio aquático é necessária na náutica para a pesca e o nível mais exigido de imediato e perceptível da marcação é o conhecimento do mar. O conhecimento é a arma que norteia qualquer ciência, a partir dela é construído um conjunto de saberes fundamentais para sustentar qualquer teoria, no mar ele ajuda a criar territórios de pesca e nas construções das territorialidades.

As características internas (características sociais) das localidades pescatórias e as políticas por eles desenvolvidas e seus modos de intervir com o meio aquático nem sempre vão ao encontro das políticas territoriais dominantes, gerando assim descontentamentos, desobediência das normas impostas pelo poder público ou ONG'S (governamental ou não); por causa disso poderá haver conflitos futuros, afetando desse jeito a atividade desses trabalhadores.

Conforme verificado por Silva, o grande desafio na atualidade é a superação das grandes fronteiras econômicas e comerciais que tem aparecido, impostas pela produção científica e lógicas do planejamento racional e burocrático que separam o trabalho e a cultura, a economia e a compreensão de sociabilidade (SILVA, 2014). Superando as grandes fronteiras, as distribuições desiguais da economia e do comércio, pode-se ver o

impacto negativo, por elas causado, diminuído devido à inserção na economia de maior número de pessoas possível, em resultado da superação dessa barreira social.

O conceito já foi objeto de estudo de várias pesquisas desde o século passado até a atualidade e a tendência é para que o estudo sobre essa categoria de classificação da população tenha mais ênfase no mundo acadêmico devido às várias transformações que têm aparecido no bojo das sociedades, tanto nas mais tradicionais como nas mais evoluídas imprimindo ritmo diferente nas diversas escalas geográficas, e o modo de vida é o resultado das relações que se produzem dentro dessa escala (escala geográfica).

A terceira grande escola da Geografia Tradicional, denominada por alguns estudiosos de Racionalista, tem em Carl Sauer (1889-1995) um de seus maiores expoentes. Para ele, a Geografia deveria ser capaz de explicar os aspectos morfológicos que estruturam o espaço e sua evolução no tempo. Nesse sentido, os geógrafos deveriam conduzir-se de uma maneira analítica para examinar os elementos significativos na estruturação de uma paisagem, a qual não poderia ser explicada apenas a partir de um viés meramente descritivo (ALMEIDA, 2014, p. 111). Aqui fica evidente a preocupação do autor com o modo descritivo com que os geógrafos têm desenvolvido seus estudos, mostrando outra linha de pesquisa não necessariamente descritiva, que envolve a observação e o análise detalhada do objeto em discussão.

Na tentativa de explicar a relação entre o homem e o meio físico (paisagens), Sauer deixou contribuições que podem ser usadas também na análise do modo de vida e interpretação da paisagem em questão, definindo a paisagem dessa forma:

a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto, em certo sentido, como possuidora de uma qualidade orgânica (SAUER, 1998).

O modo de vida e as territorialidades dos pescadores em pauta são formados também pelas relações acima mencionadas, ali acontece uma constante aproximação e envolvimento entre a superfície terrestre e o meio aquático.

Analizando a evolução do espaço em discussão chegamos à conclusão que ela é construída sobre uma metodologia prática ou teórica baseada na historicidade,

superposições, combinação, ela é caracterizada por um tipo de combinação dinâmica e instável de elementos geográficos e sociais diferenciados (físicos, biológicos e antrópicos) que, ao reagirem dialeticamente entre si, fazem daquele espaço um conjunto geográfico e social indissociável que evolui simultaneamente.

Tratando de um tema de estudo eminentemente geográfico, a paisagem deve ser entendida, segundo Ribeiro, como um fato concreto, real; independentemente do significado que lhe é atribuído ela está lá: um amontoado de casas em algumas periferias, de residências pobres de uma grande cidade, uma ampla extensão desértica, umas juntas, posição de campos parcelados e intensamente aproveitados, um porto ou uma pequena baía de pesca [...].

Uma paisagem é um espaço acessível à observação, para ele a paisagem processa-se por meio de processo multiplicador: subir ao cimo de um monte ou de uma torre, desenhar, fotografar no solo ou de avião, observar o relevo em estereoscopia, elaborar mapas por fotografias, perscrutar, apartir de satélite, grande faixa do globo ou mesmo o conjunto do hemisfério [...] (RIBEIRO, 2001).

O autor está demonstrando que a paisagem está sempre em construção e essa construção se encontra anexada ao próprio interesse depositado sobre ela. Assim como os pesquisadores que dedicaram os seus estudos à atividade pesqueira e o território que lhe pertence, mostrando a formação desse território sob o olhar histórico, de superposições, combinação e multiplicação, Diegues, Maldonado e a própria FAO, os autores voltados para o estudo da paisagem Bertrand, Troll e Orlando Ribeiro também vão pelo mesmo caminho, apesar dessas duas categorias serem deferentes e a paisagem ter uma dimensão maior.

O modo de vida tem sido construído e representado sempre por uma coletividade, cuja formação envolve um conjunto de hábitos, costumes e crenças pelos quais o grupo que os praticam assegurou sua existência e a sua continuidade (neste caso a localidade de Achada Ponta): a pesca, a caça, a colheita de frutos, a agricultura sedentária e a vida pastoril (hábitos e costumes, técnicas e cultura representados por meio de instrumentos tradicionais) são tipos de modos de vida que se integram em esquemas de vida mais complexos, isso nos levou ao encontro da perspectiva de Sauer (1995, p.169).

Na leitura de Sauer (1995) ficou visível que modo de vida perene não existe. Mesmo sem receber influências externas, um dado modo de vida é modificado pela invenção de novas técnicas ou por modificações demográficas, podendo surgir rapidamente ou lentamente. O aumento ou a diminuição demográfica exerce diversas influências no contexto de modo de vida. A diminuição nem sempre se encontra ligada à precariedade, assim também o aumento

não justifica a melhoria das suas condições, os elementos da melhoria podem estar sob o risco (arte, cultura, técnicas e trabalho), ou seja, as iconografias podem estar sob risco constante devido às alterações induzidas no território.

Os exemplos a seguir tentarão explicar melhor essa teoria.

- Muitos são deslocados por causa da questão política, natural e pelas questões sociais. No território brasileiro está evidente um possível deslocamento dos aglomerados populacionais a jusante das hidrelétricas, sobretudo por falta de políticas que garantam o bem-estar dessas localidades. Rios diminuíram o fluxo e posteriormente houve a diminuição da capacidade produtora, sem água não haverá nem a pesca nem a agricultura, aqui é evidente uma mudança no modo de vida dessas populações, com todas essas transformações dificilmente as coisas serão as mesmas.
- O aumento da população hoje reflete uma realidade contestada, tem aumentado o número de refugiados nas fronteiras e vem aumentando os emigrantes clandestinos em inúmeros países, a miséria tem tomado conta de várias regiões da África devido ao excesso da população, isso não ajuda em nada na melhoria de condições de vida “modo de vida”. O que contribui para a melhoria é a criação de uma política que vai ao encontro das necessidades das pessoas. O modo de vida se territorializa quando o indivíduo se identifica com um determinado espaço, ocorrendo diversas territorialidades, em atividades humanas como a pesca, ocorrem atividades diversificadas em um mesmo território (SILVA, 2006). Tudo isto foi colocado em jogo pelo envolvimento da política com o mundo capitalista, onde só o lucro faz sentido, as identidades estão sendo destruídas e as territorialidades substituídas, ou seja, há uma desterritorialização que afeta de várias formas e em muitas frentes essas regiões.
- A problemática do mundo globalizado onde predomina o sistema capitalista e a força da mídia trazem intervenções externas que introduzem nas sociedades elementos que estão transformando-as, fazendo com que o modo de vida sofra diversas influências, tanto na cultura, música, alimentação, modo de vestir e falar.

É de realçar o seguinte, o modo de vida nessas circunstâncias está sendo ameaçado, porque perante a situação do tipo um indivíduo é obrigado a levar o seu modo para fora do

ambiente onde ele o formou, tornando-o vulnerável e susceptível de mudanças. As técnicas foram surgindo e aperfeiçoadas de acordo com o conhecimento dos usuários, apesar de estarem dependentes das capacidades humanas em adaptar ou não a elas, impulsionando a extração dos recursos explorados. Para Bordalo:

(...) os indivíduos começaram a utilizar novos equipamentos, adequando-os aos seus modos de vida e aumentando a produtividade do que já era extraído, ameaçando cada vez mais a capacidade do suporte dos recursos naturais procurados, “pesqueiros, madeireiros” (BORDALO et al., 2016, p. 111).

Os conflitos emergentes em torno da utilização das novas invenções são inevitáveis, principalmente nos territórios de extração tradicional (de pesca, caça e agricultura). No território da pesca (Achada Ponta) sobretudo da prática artesanal, os conflitos são por causa da exploração feita sobre essas áreas por parte dos pescadores munidos de técnicas e equipamentos que possivelmente trarão impactos na vida daqueles não agraciados com as mesmas técnicas. Contudo no meio onde predomina a caça e a agricultura as desavenças situam-se em torno da ocupação desses espaços para outras atividades e construções de equipamentos e infraestruturas. Não vamos avançar com os conflitos porque nessa área os conflitos não são impactantes, os registros orais dos conflitos demonstraram que este tipo de problema social é baixo, quando se fala da pesca são apenas verbais, isso na localidade de Achada Ponta, todavia nos fez perceber que em relação à sociedade em si o conflito é mais constante e que já teve até caso de homicídio e várias agressões físicas.

Numa leitura feita por Silva (2006, p. 30) o conceito apareceu como sendo o modo como os homens produzem os seus meios de vida, dependendo, em primeiro lugar, da natureza, dos próprios meios de vida encontrados e reproduzidos. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vidados mesmos, como exprimem a sua vida, assim como são os indivíduos. Aquilo que eles são coincide, portanto, com sua produção, com oqueproduzem e tambémcomproduzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. E esta produção só surge com o aumento da população (MARX; ENGELS, 1984 apud SILVA, 2006).

Por ser uma manifestação das relações falhadas, ou jogo do poder etc., o conflito sempre fez parte da própria história do homem, pertencendo à natureza física antrópica. O conflito verbal faz parte do modo de vida de A.P e sempre esteve presente ao longo da sua

formação, refletindo nas diversas formas do uso do território, que por sua vez vai interferir nos modos de produção.

O modo de produção e o seu aumento são impulsionadores diretos do aumento da população. Assim sendo, para que haja um aumento significativo no modo de produção, o aumento populacional será um dos principais impulsionadores no desenvolvimento dessas técnicas. O aumento da produção está intimamente relacionado ao aumento populacional. Esse aumento determinará o desenvolvimento dos modos de vida para qualquer civilização, em como as atividades agrícolas, industriais ou extrativistas deverão sofrer um incremento devido o aumento populacional, ou caso não acompanhem o crescimento, tendem ao desaparecimento (SILVA, 2006, p.31).

Devido à influência externa exercida, o modo de vida dessa localidade tem sofrido alterações regulares e constantes, tanto negativamente como positivamente, mas isso não significa que é totalmente dependente da externalidade, contudo a própria dinâmica interna exerce influência sobre todo o sistema de um determinado grupo social, a capacidade produtora, a cultura, a religião o aumento ou a diminuição da população e disponibilidade do emprego são fatores preponderantes na modificação do modo de vida.

Wagley (1988 apud SILVA, 2006) demonstra que o modo de vida tropical abarca uma série de características que singularizam os indivíduos, incluindo as técnicas e os padrões culturais semelhantes em várias áreas do meio ambiente, dentro dessas áreas podem incluir a costa, por ser um dos espaços de atuação dos pescadores artesanais. Pois o ambiente, aparentemente homogêneo, necessita de aparelhos e equipamentos que se adaptam ao meio, isto é, técnicas condizentes com o ambiente e necessárias à incorporação dos recursos naturais, existentes nas regiões, pelas populações. Para que possa ocorrer essa adaptação, culturas e técnicas diferentes vão se unir e formar o tipo cultural dos ambientes pesqueiros. Mais uma vez a técnica e a cultura aparecem para reforçar a importância deles na consolidação da identidade e dos modos de vida de uma determinada sociedade. As duas são imprescindíveis na consolidação e materialização das atividades humanas.

É de realçar que o modo de vida dos pescadores não está dependendo somente deles, porém da presença de muitas outras pessoas, como por exemplo, os atravessadores, os produtores e fornecedores de insumos, ou seja, profissionais que atuam na esfera da pesca (SILVA, 2014). E dos consumidores, o que mostra certa dependência na formação do gênero ou modo de vida perante os fatores externos aos próprios pescadores. Como essa declaração feita por alguns pescadores:

Nós somos abandonados, e de certa forma são mesmo abandonados, ao longo dos anos o governo central e principalmente a Autarquia tem financiado embarcações e equipamentos (motores, rede e materiais para a manutenção das embarcações) para vários pescadores, quer a nível regional como nacional, mas nós trabalhadores rurais e costeiros não temos recebido praticamente nada, a não ser promessas e mais promessas. A última intervenção autárquica no setor já faz um bom tempo, que a data até foge a memória, eles nos deram duas latas de tintas para cada pescador, quantidade insuficiente para fazermos a manutenção das pinturas. Ainda fizeram a requalificação do caminho que nos leva até ao porto, só que a obra foi de má qualidade e não deu pra muito tempo.

O que falta saber é de que lado a falha se encontra (dos trabalhadores ou das instituições responsáveis pela pesca ou no próprio estado nacional). Uma coisa é certa, mesmo que a falha estivesse do lado dos pescadores por não elaborarem e não apresentarem projetos, é da competência do estado e instituições voltadas para essa prática estarem atentas a essa e outras localidades pescatórias pela sua importância no PIB e no seu papel preponderante na diminuição do desemprego e melhoria da qualidade de vida de muitas famílias. As dificuldades vão mais além do que a ajuda ou financiamento para aquisição dos materiais, eles têm que percorrer um caminho com trechos perigosos, danificados e sem iluminação. Este caminho já sofreu algumas intervenções, mas essas pequenas obras tiveram tempo de duração menos que o previsto, por causa sobretudo do uso dos materiais de baixa qualidade.

O estado atual desse trecho tem condicionado a ida e vinda para o porto, sobretudo porque a maioria dos que fazem uso deste caminho para ir trabalhar já estão com idade compreendida entre 50-62 anos, motivo mais que suficiente para que possa haver uma intervenção de verdade nesse espaço.

Apesar de existir na comunidade uma fábrica de conserva e produção do gelo, eles não têm como conservar seus produtos e adquirir gelo, na verdade esse entrave tem a ver com o abandono da mesma (fábrica) há mais de dez anos, os trabalhadores ligados ao setor pesqueiro dessa baía e de toda a região Nortese sentem obrigados a deslocar para a Cidade da Praia em busca de gelo, tanto para abastecerem os barcos maiores e as pequenas embarcações e para fazerem a conserva em casa.

Os seres vivos se adaptam ao meio de acordo com as faculdades que dispõem, no caso de homem é a capacidade de raciocinar. Entretanto, o homem não é somente um dominador do meio, mas também ao mesmo tempo está submetido a ele, ou seja, o homem é em relação ao meio, concomitantemente passivo e ativo (FERREIRA, 2013, p. 35). O pescador cria o próprio modo de vida através do seu olhar, da maneira como ele vê, observa e reage às

transformações e às estruturas impostas, a partir daí será analisado o envolvimento entre ele e o meio, se torna possível a análise do modo de vida partindo dessas bases.

Durante as visitas de campo chegamos à conclusão de que o modo de vida local encontra-se vinculado também à vontade, o desejo e a consciência das pessoas que vivem ali, mas têm circunstâncias em que tudo não deixa de ser fruto do acaso, independentemente da vontade e das consciências, os indivíduos são obrigados a coordenar suas ações com as condições econômicas, culturais, sociais e naturais que o circundam. Ela também está relacionada com as forças e relações de produção e trabalho presente no espaço, essas relações de produção dão sentido a tudo o que se faz de mais marcante em Achada Ponta e no Concelho em geral.

Tomando conhecimento acerca dos meios de produção e das forças produtivas e relações de trabalho, ficamos mais perto de entender o processo de transformação pelo qual o Concelho em si e o bairro em particular têm enfrentado. As novas relações sociais que vêm surgindo têm trazido várias consequências, em muitos casos destruindo velhas relações e construindo novas, o que tem impactado diretamente a formação do modo de vida local.

O trabalho árduo marca o cotidiano local, os habitantes dessa área estão aptos a desenvolverem suas ações a qualquer momento, dia ou noite. Em exceção dos produtos exportados, eles sentem quase que obrigados a produzirem para poderem suprir uma parte das suas necessidades e comercializar os excedentes das suas produções, para terem um certo equilíbrio em termo da alimentação e na comercialização. Consoante o exposto é pertinente lembrar a ideia e contributo deixado pelo V. Neznánov(1982), ao dizer que:

Para existir os homens têm de ter alimentos, vestuários, habitações e outros bens materiais. Mas estes bens não são fornecidos de forma acabada pela natureza. Para os obter, os homens têm de trabalhar. Por exemplo, para satisfazer as suas necessidades alimentares, os homens criam gado, aram a terra, semeiam, cultivam e colhem trigo, cevada e milho (no caso de Cabo Verde, não temos cultivo de trigo e cevada). Isso significa que a força mais importante e determinante do desenvolvimento é o trabalho, a produção de bens materiais. [...] O trabalho consiste na base da vida social, é um exclusivo da humanidade. [...] Ao produzir os bens que lhes são necessários, os homens aprendem as leis da natureza e, armados destes conhecimentos, põem a natureza ao seu serviço, exercendo cada vez mais o seu domínio sobre ela. Ao exercer influências sobre a natureza no processo de trabalho e ao transformá-la, o homem transforma também a sua própria natureza: desenvolve as suas capacidades de trabalho, aperfeiçoa os seus conhecimentos, alarga as suas possibilidades de aplicação (NEZNÁNOV, 1982, p. 8-9).

Na busca de produção os habitantes do bairro estabeleceram uma certa ligação e relações e no bojo desta ligação e relações (sociais, culturais, trabalhistas e comerciais) torna (nou) possível o contato com o seu meio e influencia (ou) todo o processo produtivo. Essas relações entre os indivíduos, de acordo com Neznánov(1982), surgem, antes do mais, devido aos meios de produção [...]. Meios de produção estes que acabam sempre por colocar em contato todos os intervenientes do sistema produtivo “tanto de modo direto como indireto”. Essas relações de trabalho e de produção têm influências diretas na formação do território e suas territorialidades e conseqüentemente do modo de vida de todo o município e principalmente da localidade de Achada Ponta.

Seguindo a teoria de Sorre, é possível dizer que a expressão gênero de vida– ou modo de vida – representa um conjunto onde se pode encontrar a presença dos elementos espirituais e materiais enraizados pela tradição, através das quais um grupo humano conseguiu assegurar sua existência ou permanência num determinado meio, que passa, conseqüentemente, a ser seu território. Na perspectiva dele o modo de vida é construído a partir de três elementos, sendo eles considerados como básicos: as técnicas no uso dos materiais, as organizações sociais e ações espirituais. Dessa forma ele acrescenta elementos ao que foi deixado por La Blache, mostrando que não só a técnica e a cultura estruturam o modo de vida, porém a própria organização tanto numa escala maior ou menor é de suma importância para fazer tal leitura (SORRE, 1984).

Segundo Silva (2006), levando em consideração a concepção de La Blache, o homem passou de determinado a possibilitado, isto é, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo meio para se adaptar e desenvolver suas atividades, também é de realçar o papel preponderante que a natureza tinha sobre o homem do passado, mas com o andar do tempo passamos a criar oportunidades, com o desenvolvimento das técnicas libertou-se pouco a pouco do processo primitivo. Ele traz uma visão do modo de vida segundo La Blache e Carl Sauer (1995) afirmando que:

Modo de vida refere-se sempre à coletividade, assim podemos defini-lo como conjunto de hábitos, que serão assegurados a sua existência pelos grupos que os praticam: a pesca, a caça, a agricultura e o pastoril são formas ou modo de vida que integram uma sociedade (SILVA, 2006, p. 29).

O modo de vida local ganhou mais sentido e conseqüentemente mais valor, em relação ao seu próprio meio, quanto o território foi transformado naquilo que Gottmann chamou de ponto seguro e o usufruto dos seus recursos segundo interesses da coletividade local. Os

espaços habitados foram constituídos por agentes de diferentes níveis econômicos, está claro que as condições financeiras influenciam e muito o modo como cada um cria e desenvolve as suas ações. Criando dessa forma a estratificação e desigualdade social, que acabam refletindo no nível de escolaridade na cultura e nos diferentes modos de relação social.

Também exerce influência direta no que diz respeito ao uso e ocupação do solo, tanto para a prática da agricultura, criação de gado e para a construção civil. Olhando a realidade por esse lado, vimos que a territorialidade neste espaço surgiu de forma diferente e cresce ganhando características e força muito opostas umas das outras e em várias ocasiões levando ao surgimento de conflitos.

Do ponto de vista econômico Becker & Santos (2007) afirmam que:

[...] o território pode ser definido nas suas desigualdades a partir da ideia de que a existência de capital no território não se dá do mesmo modo [...] (BECKER&SANTOS, 2007, p. 17).

A ideia aqui é mostrar até que ponto o Modo de Vida encontra-se sujeito a interferências do capital financeiro, ou seja, estamos sempre sujeitos à mudança quando tem dinheiro no meio. Quando se tem dinheiro construímos tudo diferente, as nossas visões mudam, a ideia é sempre querer o melhor e o maior, um exemplo bem simples é o seguinte: em vez de andarmos com pobres, sem terra, moradores de rua, fazemos tudo ao contrário, procuramos pessoas da mesma classe ou semelhantes para estarmos juntos, mesmo tendo as nossas origens em uma das classes apontadas. Preferimos táxi ao veículo privado em detrimento dos transportes públicos. Contudo quando a vida financeira é baixa ou baixíssima as coisas acontecem de maneira totalmente oposta e imprevisível, até a amizade, o respeito e os valores são afetados pela força da economia.

Essa ideia ficou mais clara e esclarecida com a teoria de que:

[...] o dinheiro cria lei e a impõe aos outros, forçando mimetismo, adaptações, rendições. Aqui fica clara a força que o capital financeiro exerce, desestruturando e reestruturando conforme a sua intervenção “sua força” (BECKER&SANTOS, 2007, p. 18).

Até nas mais pobres e afastadas localidades (como Achada Ponta) a influência do capital é notável, isso porque os detentores dos capitais aproveitam da situação para controlar esses territórios e toda a movimentação interna; exercem poderes sobre a pesca, a caça, e extração de madeira e no comércio. No caso das comunidades pesqueiras carentes de vários

equipamentos e infraestruturas, o modo de vida é influenciado pela presença dos atravessadores⁵ e proprietários dos meios de trabalhos que interferem diretamente em todas as etapas da atividade pesqueira, desde os financiamentos de apetrechos até a comercialização, isso no caso de alguns territórios brasileiros, conforme mostraram Bordalo et al. (2016). Ainda, segundo eles, a presença do atravessador vai mais além do que o financiamento do pescador e a pesca, amparando a família em caso de necessidades durante a permanência no mar e monitoram os preços dos pescados.

Neste sentido, mesmo sendo ele o proprietário da embarcação não tem força nenhuma sobre o seu trabalho, está o tempo todo vigiado, controlado e manipulado. A sua vida e a da sua família encontram-se dependentes de um território e territorialidade, sobrepostos ou infiltrados. Na zona pesqueira em discussão não existe atravessadores, mas existem proprietários (donos das embarcações) e várias lanchas em que a pesca é feita por duas pessoas e todo o lucro é dividido ao meio, depois da retirada dos gastos feitos com o dia do trabalho.

A localidade de Achada Ponta por ser uma região pobre e de recursos terrestres limitados por causa da seca e salinização do solo, viu as potencialidades diminuindo, com isso ficaram a depender da boa vontade da autarquia e instituições, tanto privadas como públicas, para a aquisição de barcos e apetrechos, mas essa realidade não abarca a totalidade da população. Para além das ajudas não há interferência direta desses autores/colaboradores na atividade, os pescadores elaboram os próprios planos, compram os materiais, ou seja, passam a ser o seu próprio financiador. Porém eles estão superinfluenciados pelos comerciantes que de uma forma ou de outra ditam a regra final.

Um determinado lugar por estar longe das condições ideais de receber os benefícios da modernidade global, não tem o seu desenvolvimento de forma homogênea como os restantes beneficiados pela modernidade, ficando à mercê das condições adversas e por isso o seu espaço é resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo. Para ela,

[...]o capitalismo está imprimindo seu projeto atual de desenvolvimento desigual (...) através de grandes empresas e investimentos nacionais e internacionais que buscam a modernização e a intensificação da exploração dos recursos naturais e da preparação de um novo mercado adequado à nova produção (FERREIRA, 2013, p. 41).

⁵Atravessadores – são potenciais capitalistas que investem nas atividades pesqueiras como financiadores da prática, usando, sobretudo os pescadores mais carentes e mais vulneráveis para agirem sobre eles, em muitos momentos esses investidores são as únicas esperanças desses trabalhadores das águas.

A Ilha de Cabo Verde estando hoje voltada para o turismo e a emigração, as consequências são notáveis em diferentes lugares e em escalas variáveis; houve mudanças nas instituições de saúde, judiciais, ensino, além das que aconteceram no bojo da própria população, alteração no modo de vestuário, falar, andar, ou seja, o país deixou de ser o mesmo. Mesmo nas aglomerações consideradas rurais a presença da externalidade e da internalidade mais desenvolvidas é constante, isso devido à imigração, à rede de comércio e de informação existente e à reforma do sistema político.

Ao analisar as comunidades pesqueiras de Cabo Verde, em estudos anteriores deparamos com uma variabilidade de riquezas técnicas, culturais e simbólicas, presentes na relação homem-meio natural, que para Ferreira (2008) representa uma cultura peculiar de uso dos recursos naturais presentes no meio físico. Isso tudo teve e tem um papel importante no desenvolvimento das atividades produtivas, tanto a pesca como a agricultura, a criação de gado, que em princípio dão suporte à produção do espaço.

A localidade não foge à regra (Achada Ponta), assim como toda a sociedade cabo-verdiana surgiu da miscigenação das diferentes etnias e culturas, mas esse em especial surgiu sobretudo devido à procura de espaço com condições favoráveis, onde havia água e solo, assim escapar da situação crítica que reinava no interior da ilha. Anos mais tarde houve uma nova incorporação no espaço local com a inserção das miscigenações vindas de outras ilhas, influenciando de forma direta a estrutura e modo de vida, introduzindo hábitos, costumes e culturas diferentes, o que se traduz no aparecimento de um novo gênero ou modo. Trazendo uma nova dinâmica sociocultural a essa localidade.

O modo de vida em Achada Ponta encontra-se diretamente ligado à sua cultura de produção (forma como exploram o solo, de pesca, da caça e do pastório) que por sua vez é influenciado pelas condições atmosféricas e características do solo, ou seja, da forma como se relacionam com a natureza. Mas não encontra isento de interferência das forças externas tanto nacional como internacional.

Hoje é evidente um novo processo de inserção social, devido à aproximação das comunidades pescatórias, que fixa no território sua residência por um determinado período de tempo. É muito importante o estudo de modo de vida, visto que tal estudo nos ajuda a compreender de que modo o processo de formação do território se deu e como as territorialidades vêm evoluindo, e criar políticas de sustentabilidade que visam garantir um futuro sustentável para a região e as suas localidades.

Ferreira (2013) considerava o gênero de vida/modo de vida um meio pelo qual cada sociedade encontra e produz seu espaço e se enraíza em um determinado ambiente graças às ferramentas e instrumentos técnicos que sua cultura produz. Os gêneros ou modo de vida se desenvolvem de acordo com um quadro de condições naturais e de acordo com certo repertório cultural de cada nação (FERREIRA, 2013). O modo de vida se encontra vinculado a um conjunto, meio técnico e natural, formado a partir da combinação dos dois fatores, físicos e humanos.

Por ali tudo começa muito cedo, por volta de 4 horas da manhã, quando os pescadores começam a se preparar para irem ao mar, e aproximadamente 22 horas a circulação, ou seja, a relação social público é praticamente nula. Restando apenas relações sociais fechadas entre famílias, isso pelo simples fato das famílias estarem sempre reunidas a essa hora para assistir a televisão ou contar histórias. Antes disso (22 horas), são praticadas diversas atividades, como por exemplo, apanha de lenha, apanha de areia, trabalho de campo, banho do mar, pesca para lazer, jogo de oril e baralho e o futebol no final da tarde etc.

Mulheres, crianças e homens estão sujeitos a desempenhar a mesma função, há uma grande cooperação entre os membros da família, por causa da carência local, todos ou quase todos os membros da família trabalham de mãos dadas, “djunta mó” até nas tarefas mais pesadas e difíceis de realizar.

Outro aspecto importante apontado é de que na atualidade, devido à mundialização da cultura e da economia, entender o gênero/modo de vida somente pelas características desenvolvidas a nível nacional ou regional se torna arbitrário, pois dessa forma, são negligenciadas as influências produzidas e impostas em nível global que são as principais forças de estrutura espacial na era atual. Com a expansão e o domínio dos meios de comunicação em circulação e de informação, houve interferência de fenômenos globais, nacionais, regionais e locais, sendo assim ela é conhecida como um produto que desenvolve em múltiplas escalas, que integram entre si e materializam em determinado lugar (FERREIRA L, 2013, p. 33).

1.2. Território

O Homem sempre foi um ser ativo, mesmo quando ele era considerado nômade, isto porque este ser nunca foi fixo ou estático, estava sempre à procura de melhores condições para se fixarem em um determinado lugar. Para garantir a sua existência, o homem sentiu a

necessidade de alimentos, vestuário, habitação e outros bens materiais. Porém, tudo isto não se encontra na natureza de forma acabada, mas em alguns casos os alimentos podem ser encontrados de forma acabada. Na tentativa de adquirir o que precisava os homens começaram a dominar o seu espaço e a criar o seu próprio território e a construir sua territorialidade, adquirindo novos hábitos, construindo assim também o seu território e as suas relações de poder e posteriormente o modo de vida.

O método pelo qual os pescadores e os demais habitantes da localidade constroem o seu território e suas territorialidades estão intimamente ligados com as estações do ano, que por sua vez são elementos decisivos nas atividades desenvolvidas, na movimentação das espécies (ida e vinda), influenciando diretamente a opção pelos pesqueiros e o lugar para construir suas habitações (a natureza). Mas isso não justifica todo o processo, porque ainda podemos citar as características físicas (dos homens) das embarcações assim como o estado atmosférico de uma forma geral. A criação do gado, a agricultura (regadio e sequeiro) e a extração de areia ao longo da costa (a cultura/tradição) também fazem parte do processo.

Devido à sua característica natural e às constantes transformações introduzidas pelos atores sintagmáticos, o território pode ser considerado como um conjunto de espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, mas o conceito não é aceito de forma homogênea e nem tão pouco está fechado, isso devido ao processo de globalização e o surgimento constante de novas percepções ou visões acerca do lugar. Também é visto como o resultado da interação entre o homem e a natureza, espaço de vida das populações, resultante de suas aplicações “ação” (SACK, 1986). Para Tavares, a relação entre o homem e o ambiente tem gerado um conjunto de exigentes desafios, atualmente, mais complexos do que em qualquer outro período da história da humanidade (TAVARES, 2014). Com isso pretendemos afirmar que o território não é um objeto, nem um elemento da natureza física ou humana, onde o homem encontra tudo praticamente construído, mas sim um meio pelo qual introduzimos na natureza as nossas concepções, ideias e ações, alterando o seu perfil, transformando o lugar em uma área semiartificial.

Ao abordar o território automaticamente entra a questão do limite, que apesar de ser muitas vezes ignorado mostra uma relação entre um determinado ator com uma porção do espaço, isso porque toda ação tem uma reação e os limites, mesmo estando subentendidos, controla a apropriação e a progressão das atividades, seja qual for o projeto, a ideia, ou o objetivo, o limite existe, mesmo sendo até apenas psicológicos (RAFFESTIN, 1993).

Nas atividades pescatórias o limite aparece de diferentes modos, começando com as próprias condições dos pescadores, a influência da maré e das condições climáticas, porém também há o limite imposto pelas entidades responsáveis (INDP, Capitania Dos Portos⁶ e DGP). Falar das condições dos pescadores é o mesmo que falar da sua condição financeira e o estado físico, a parte financeira ajuda na aquisição dos equipamentos, mas essa vertente varia de acordo com o grupo social e a condição econômica de cada um, sendo os mais carentes dos meios financeiros os mais vulneráveis aos efeitos dos limites. Naquilo que toca ao estado físico vem na mente a ideia da locomoção, é claro que um homem em bom estado físico tem melhores condições de se mover até de vencer certos limites do que um com dificuldades físicas.

No caso do mar, por si só é cheio de limites, manifestando-se através das variações das marés e dos fenômenos naturais que acontecem à sua volta (maremotos, tsunamis etc.). Essas barreiras naturais obrigam a criação de delimitações e o desenho das áreas de atuações, ou seja, é necessário o uso do poder para tentar conter as influências dos limites.

Com a apropriação dos espaços vem a transformação desse mesmo espaço por atores diferentes com percepção também diferentes, com isso surgiu a preocupação e o interesse de um grande número de estudiosos/pesquisadores que se interessam pela questão, manifestando assim as suas preocupações. Tendo em vista que a ação de apropriar, modificar, transformar não se encontra isenta de controvérsias, ou seja, com a presença humana o conflito é constante, por isso há preocupações dos diferentes ramos da ciência (geografia, psicologia, sociologia, economia e antropologia), em estudar a causa e o efeito da formação do território.

Com a presença dos fatores bióticos e abióticos (sobretudo aqueles provenientes dos humanos) e suas apropriações, surgiram inúmeros tipos ou formas de territorialidades, sendo estas conflitantes ou não, indo de acordo com o modo de apropriação e o grau de influência, “a estruturaterritorial serve para dar mais instrumentos de análise ao estudo territorial” e intervenção de outras territorialidades (SPOSITO & SAQUET, 2009). Ao falar dos dois fatores constituintes da natureza referida no início do parágrafo é importante lembrar o olhar de Sposito e Saquet:

Falamos das estruturas territoriais, e somente destas, para não fazer confusão com o ambiente, isto é, “o conjunto dos elementos físicos, bióticos e abióticos, que circundam um ou mais seres vivos, populações, espécies, comunidades biológicas – em relação entre si”. O ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem

⁶ Entidade responsável pela fiscalização e controle das áreas marítimas cabo-verdiana.

trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, “em uma paisagem”. Esta não é uma construção material, mas a representação ideal da construção [...] (SPOSITO & SAQUET, 2009, p. 17).

No caso dos conflitos que emergem entre as paisagens constituintes do espaço em função das suas apropriações, chamamos a atenção para a criação ou revisão do plano de gestão territorial que abarca as diversidades dos agentes que compõem o espaço geográfico, com o intuito de compreender e organizar as diversas territorialidades dominantes no lugar apropriado. Organizando o espaço teremos o trabalho projetado, que terá mais integração territorial e o poder manifestará conforme o trabalho ali imposto.

Neste contexto, segundo Lotman (1985), o conceito é interpretado do seguinte modo: trabalho humano mais a combinação de outras forças, ações mecânicas, físicas, químicas, biológicas. Também como um processo de reordenamento dos espaços e seus conteúdos, cuja ordem é ser encontrada nos sistemas de informação que os seres alienam em virtude de pertencer a uma cultura. O Território pode ser interpretado como o espaço formado pela semiesfera, ou seja, o sistema de significação a partir do qual o autor chama os recursos informacionais da ação. Em uma abordagem um pouco diferente, surge a ideia de um território formado por meio do mesmo território, onde não é necessário um novo espaço para o surgimento de outro território, surgindo assim em função dos já existentes (aqui a domesticação não é necessária, mas sim a adaptação). Mas isso não quer dizer que a domesticação é posta de lado, visto que elementos antigos são retomados para a reterritorialização de novas formas (RAFFESTIN, 1993). No texto fica evidente a interpretação feita por Rogério Haesbaert no livro mito da desterritorialização.

Seguindo esta linha de pensamento é visível que o território ao se transformar adquire novas características ganhando elementos novos, mas a base continua sendo a área modificada, contudo porque os processos antigos não são abandonados mas sim reeducados e reestruturados para a nova realidade. Nas áreas de pescas as reconstruções começam nos relatos dos veteranos, passando pelas baías, portos de pescas, etc., até a chegada aos pesqueiros⁷.

Nesses espaços (pesqueiros) as territorialidades são construídas ou desenvolvidas por meios de procedimentos com a origem nos conhecimentos populares, porém na prática tudo tem o início com a escolha das áreas de atuações, produção dos apetrechos e a efetivação da

⁷ Ponto estratégico usado pelos pescadores para a atividade pesqueira.

atividade. De acordo com o GAPTA⁸, nesse espaço são desenvolvidas suas territorialidades que vão desde a prática das atividades produtivas pesqueiras até sua reprodução física, social, cultural, econômica. É nesse processo que observamos a construção dos territórios de pesca, na sua relação inseparável dos territórios terrestre e aquático (BORDALO et al., 2016).

Cada fase desse procedimento contribui diretamente na formação de novos territórios de pesca, todavia pelo fato das experiências e os conhecimentos serem imprescindíveis no instante em que torna necessária a formulação de um conjunto de procedimento e medidas técnicas visando construir novos territórios pesqueiros. Porém o espaço só passa para a categoria do território fruto de uma ação materializada mais dinâmica, isso porque as territorialidades e as territorializações só acontecem quando o poder se manifesta transformando o meio onde encontra inserido, o resultado de tudo isto é o surgimento do novo território ou a transformação do já existente.

Neste contexto, Caetano (2005) vê o território,

[...] não apenas como um espaço econômico introduziu na sua concepção o espaço ecológico, social e cultural, religioso, um espaço jurídico e um espaço vivido. Este espaço vivido, valorizado pelo homem, reintroduz o espaço existencial mostrando como os habitantes dão o sentido ao lugar, introduzindo-lhes valores e conotações simbólicas. Esses valores por sua vez evoluem e a redescobertas das dimensões ecológicas e da qualidade de vida territorial gerem novas práticas territoriais que, por sua vez influenciam os novos modos de organização do território e da sociedade (CAETANO, 2005, p. 11).

Cardoso (2003) se apropria da expressão territórios pesqueiros, referindo-se aos recortes espaciais onde os pescadores impõem o poder, ou seja, lugares onde há materialização das ações, partindo desde as áreas de preparação dos materiais até os locais do trabalho, mostrando que esses territórios não são recortes desconhecidos. Os pescadores os conhecem ao ponto de arquitetarem atividades sobre elas, criando um modelo simbólico e cultural sobre esses territórios, ou seja, são espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira (CARDOSO, 2003).

Observando a formação do território dos pescadores da baía de Achada Ponta, chegamos à conclusão que Cardoso (2003) estava certo ao afirmar que: os territórios pesqueiros são construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, territórios que podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático e sobre os quais pescadores exercem algum tipo de domínio e são objetos de disputas e conflitos (...). Visto de

⁸Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA).

antemão como recursos comuns e de acesso ilimitado, a apropriação desses territórios por parte dos pescadores contribui para a criação de mecanismo que tentam regular o acesso aos pesqueiros, o acesso é muito influenciado pelo respeito entre os pescadores (CARDOSO, 2003, p. 3-4).

O território dessa área (Achada Ponta) foi e está sendo construído por meio de envolvimento entre o território terrestre e aquático, mas por detrás disso há uma intensa ligação com o conhecimento popular dos pescadores e habitantes locais, passada de geração em geração. Vindo desde a escolha das áreas onde a atividade vai ser executada, o apetrecho a ser usado e os locais de confecções dos apetrechos, da comercialização do produto e a localização das suas habitações. Um dos pontos mais importantes na territorialidade no meio natural, principalmente no ambiente aquático, é saber usar as técnicas em sintonia com o movimento e as transformações do meio. As técnicas refletem a capacidade e o conhecimento do usuário “pescador” na exploração e manutenção dos espaços “pesqueiros” por eles escolhidos.

Bordalo et al. (2016) consideraram que:

A territorialidade na pesca é concebida a partir das relações sociais e das identidades dos pescadores artesanais, o conhecimento tradicional, os apetrechos utilizados, nos territórios de pesca, a territorialidade é materializada(...), para muitos pescadores, o domínio da arte da pesca só se consolida conjuntamente com o domínio das técnicas que permitem o melhor convívio com o mar, sem o qual não se faz pescador artesanal (BORDALO et al., 2016, p. 26).

A relação existente entre os dois meios (terra e mar) é vista por Maldonado (1994) sob um sistema enraizado um no outro, explicado assim:

O fato dos pescadores produzirem e relacionarem socialmente em dois meios, a terra e o mar, é fundamental para a interpretação que os fenômenos que ocorrem na pesca não perderem de vista que o mar é espaço produtivo que é também o referencial ideológico e espacial dos pescadores e considerado de posse comum. Fato que dele tem as comunidades marítimas e repercute nas suas práticas sociais (...) no seu movimento existencial e produtivo em dois meios, o pescador tem na distância da terra, na constituição de embarcações e no risco e na mobilidade do mar, os seus maiores desafios. É também na esfera do espaço indiviso que se constroem os códigos simbólicos, que constroem a territorialidade marítima, viabilizando e ordenando a apropriação da natureza pelos pescadores Maldonado (1994, p. 33) .

A estrutura social das localidades pesqueiras cabo-verdianas bem como as economias comunitárias é formada pela inter-relação homem-natureza, manifestando no modo de fabrico dos materiais, a extração dos recursos e as formas como utilizam a mesma, essa aproximação

e envolvimento do homem com o meio/espço influencia a formação do território e o possível domínio em torno dela. Faz com que a análise territorial surtisse aqui como um importante instrumento para a sua própria compreensão.

O recurso pesqueiro já foi, ou é, considerado como sendo comum e ilimitado, mas na atualidade as coisas não são bem assim, na teoria pode até ser comum e ilimitado, na prática tudo é diferente. Podemos até considerá-los como bens comuns, porque qualquer um que tiver capital e condições de investir na pesca pode pescar em diferentes partes. O problema que temos à vista é que: um número bem grande dos pescadores não dispõem de condições financeiras que possam fazê-los pescar em certas distâncias e os investidores não investem de forma direta, o estado pouco está fazendo para melhorar esta situação. Assim sendo automaticamente a expressão comum deixa de fazer sentido, visto que os pescadores não têm o mesmo acesso aos pesqueiros.

Quando se fala em recurso ilimitado, isto tudo não deixa de ser um mito, centenas de espécies estão sob risco de extinção e algumas já foram extintas, todas as áreas fluviais (mares, rios, lagos, etc.) correm um grande risco de sofrer perda da sua biodiversidade, tanto pela pesca predatória e derrames de óleo/petróleo e lixo industriais. Na comunidade de Achada Ponta os recursos marinhos já são muitos escassos, hoje a atividade pesqueira que é considerada como a principal fonte de renda e o seu produto distinguido como uma das fontes de proteína mais consumida e importante, perde espaço pelas outras atividades desenvolvidas. Pouca quantidade de pescado é retirado do mar e toda a prática nessa zona passa por uma fase de (re) construção de um novo território e nova territorialidade.

É do conhecimento da maioria dos cabo-verdianos que os produtos marinhos não são comuns a todos os pescadores, começando com as características das embarcações, nível de instrução, tipos de investimentos e opção de investimento do estado. Uma das provas dessa afirmação é o acordo de pesca rubricado com diferentes países e delimitação da área de atuação para cada tipo de barcos. Nesta circunstância os marinhos (pescadores) da comunidade de A.P estão excluídos de compartilhar o bem comum (mar/peixe), por estarem desprovidos de embarcações capazes de desfrutar da nossa ZEE. É nessas limitações que surge a impossibilidade do uso de um território de pesca mais vasta e surge em parte a interferência dos fatores externos na construção do território e territorialidade Achada-Pontense.

1.2.1 Território como categoria de análise

Para compreender o território como categoria de análise é preciso antes entender a projeção das ações humanas sobretudo naquilo que desrespeita a apropriação, isso porque as ações e as apropriações revelam a forma como os atores sintagmáticos procuram efetivar as suas produções. Partindo do princípio que a produção é fruto da apropriação e da utilização dos recursos naturais para a satisfação das necessidades básicas, de fundamental importância para a alimentação, vestuário, moradia, etc., além da ampliação de possibilidades na inserção socioespacial no projeto capitalista de vida (SILVA, 2006), a relação sociedade e natureza, nesse sentido, expressa a relação material mediada pelo trabalho humano que condiciona a formação econômica-social de determinada sociedade. Tem-se, como resultado dessa dinâmica contraditória de relações, a materialidade do território, a territorialização concreta das coletividades (SILVA, 2012, p.110).

O Território pode ter na sua formação duas bases distintas, uma planejada e uma não planejada ou instantânea. No território planejado podemos encontrar os bairros, cidades, parques naturais ou até mesmo áreas protegidas, com intuito de promover o crescimento/desenvolvimento e atrair investimentos. Nos não planejados encontramos os bairros clandestinos ou instantâneos e algumas aldeias provisórias, como é o caso das aldeias dos pescadores nos trechos dos rios ou de um grupo de trabalhadores de uma empresa durante a construção de uma infraestrutura ou equipamentos. No caso de Achada Ponta o seu território surgiu instantaneamente e continua em evolução, graças à chegada de novas tecnologias e de novos habitantes.

O território em pauta, principalmente o da pesca, aparece aqui por causa do uso dos meios “recursos” naturais para a extração dos recursos, a exploração desses meio (terra - mar) é controlada em sintonia com os interesses envolvidos. Sendo assim há um grande risco das explorações excederem a capacidade de reposição dos produtos extraídos, colocando em causa a sustentabilidade das espécies.

Ao falar do território voltado para a pesca é importante lembrar que além desses espaços serem o local do trabalho, que existe ali uma relação especial (histórica) entre a ação e o objeto, a apropriação ganha desta forma uma relação intensa que faz com que os pescadores se sintam como parte do lugar (território pesqueiro). Tudo vem na sequência de

uma relação tridimensional, ou seja, sociedade-espaço- tempo, seguindo a leitura feita por Raffestin (1993).

A relação entre o território e a territorialidade pesqueira é intensa, partindo do princípio que há uma ligação íntima entre elas, sobretudo porque uma é o recorte da outra, dependendo uma da ação da outra para se impor. Neste caso quase sempre são os pescadores (comunidade) os próprios organizadores do seu espaço. A comunidade elabora e estrutura as suas ações a partir da extração, conseqüentemente do território envolvente, no sentido de promover o uso racional dos recursos (sustentabilidade) para manter o equilíbrio.

Numa abordagem parecida Sack vê o território sob seguinte olhar:

[...] é melhor pensada não como algo biologicamente modificada, mas sim enraizada socialmente e geograficamente. Seu uso depende de quem está influenciando e controlando o quê e quem, nos contextos geográficos de espaço, lugar e tempo. A territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço e como elas dão sentido ao lugar. Claramente, essas relações mudam e a melhor maneira de estudá-las é a de revelar sua mudança de caráter em relação ao tempo (SACK, 1986, p. 3).

Mas no caso da área em discussão (Achada Ponta) a realidade é totalmente diferente, a organização territorial acontece de forma natural, sem um plano prévio, os pescadores, “comunidade”, sem se aperceberem daquilo que estão provocando, estruturam a organização dos seus espaços, delimitando as áreas de atuações, quer nas pescas costeiras, como também nas práticas mais afastadas da costa, também é importante lembrar que além das duas atividades há outras praticadas com o uso das técnicas mais tradicionais feitas com canas de pescas (bambu), rede de arrasto e a presença dos mergulhadores são constante.

Na superfície terrestre (na comunidade) o uso do espaço para a construção do território e suas territorialidades acontecem livremente, cada um faz aquilo que bem entender. O uso e a ocupação do solo para a construção das habitações, currais e chiqueiro não passam por nenhum processo burocrático e nem seguem a regra da urbanização, a consequência disso tudo é a ineficácia de políticas públicas e lei de urbanização para essa área. Alguns afirmam que há mais preocupação com a proteção da floresta presente neste espaço do que com as outras atividades desenvolvidas aí, sobretudo a pesca, a agricultura e a criação do gado.

O professor universitário cabo-verdiano, Varela, disse que a dimensão territorial está ganhando uma grande importância pelo que não é possível entender o desenvolvimento local, sem se ter em consideração o papel que joga a dimensão local (o território). As políticas

territoriais permitem decifrar tanto o enquadramento do desempenho espacial dos três setores produtivos, como a liderança do mercado de trabalho, com destaque para o desenvolvimento local que ainda incluirá políticas que facilitam a utilização e a forma de administrar e negociar os recursos endógenos, nomeadamente, a mão-de-obra qualificada, as infraestruturas, os recursos naturais. Portanto, são as políticas territoriais que permitirão criar um ambiente econômico local favorável (VARELA, 2007).

Nas comunidades onde predominam as atividades tradicionais (como é o caso de Achada Ponta), a combinação dos diferentes tipos de técnicas e comportamentos refletem a herança histórica e a influência sofrida ao longo do tempo, essas atividades e esses comportamentos, sobretudo aquelas realizadas nas áreas de pesca tradicionais direcionam o destino da produção. Falar dos pescadores nos remete automaticamente aos homens, onde a territorialidade não deixa de ser compreendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fronteiras e pessoas, controlar área é uma estratégia onde a territorialidade pode ser ligada e desligada (SACK, 1986).

Na sua obra “Territorialidade humana”, Sack mostrou vários exemplos que podem ser usados para explicar a ideia de ligar e desligar o território, mesmo ele tendo usado estes para exemplificar outras ideias. Ele faz referência à educação dado aos filhos pelos pais, usa também a categoria emprego para explicar o funcionamento do sistema durante o dia e a noite. Mostrando que ao mesmo tempo nós podemos ter domínio sobre um território, mas as territorialidades podem sofrer interferências sendo desligadas de alguns atores por determinado período de tempo, construindo a ideia de ligar e desligar as territorialidades, deixando claro aqui que a nossa territorialidade não depende só de nós (SACK, 1986).

A ideia deixada é que mesmo tendo um território como nosso, as nossas atuações podem ser controladas ou até interrompidas por um determinado período de tempo, colocando em causa a territorialidade e as territorializações, devido à apropriação deste mesmo espaço por atores secundários para a realização dos eventos (desportivos, lazer, militares e científicos, ou burocráticos), sendo assim há o usufruto do poder para controlar o espaço e consequentemente o território, que na teoria pertence a outro agente. A causa disso é que a formação do território e as territorialidades que os compõem não dependem somente dos elementos internos.

Na comunidade de Achada Ponta os atores sintagmáticos são desligados das suas áreas de trabalho mais por processos naturais do que pelas leis, regras ou normas impostas pelos

homens, já que ela encontra-se num certo nível ou grau de abandono por parte do poder local e nacional. Na agricultura o elemento condicionador é a falta da água provocada pela escassez da chuva, o avanço temporário do nível da água do mar na baía provocando a salinização do solo, na criação do gado também se sente o efeito de pouca chuva, que repercute na escassez ou diminuição da pastagens. Em relação à prática da pesca podemos deparar com mau tempo, mar agitado, falta de peixe em um determinado período do ano e épocas do defeso de determinadas espécies.

Quanto ao território de pesca ele é ligado e desligado quando leis e normas são impostas colocando limites às ações dos pescadores. Essa teoria é mais clara nas épocas do defeso ou quando as autoridades competentes criam uma linha imaginária pondo limites ao avanço dos trabalhadores do mar, sobre tal perspectiva ela vai servir para compreender a relação social existente e a sua interconexão. Através do controle e supervisão da área pesqueira o território e a territorialidade dos pescadores são mantidos debaixo de um olhar atento por parte das autoridades responsáveis. Como dito anteriormente, na localidade este processo acontece mais por motivos naturais.

Podemos até afirmar que os meios aquáticos, mar e rio, agem de certa maneira como elementos de ligação entre eles e os pescadores, por causa da influência de direção e condições das marés, que de certa forma ao longo do ano em várias ocasiões priva os pescadores da atividade pesqueira por apresentarem condições impróprias à entrada dos homens no seu bojo. Obrigando a comunicação a crescer devido à procura constante de informações a respeito do estado do mar (troca de informações entre eles) e do conhecimento que o homem passa a ter sobre o meio natural e a necessidade de estar sempre ou quase sempre em contato com a natureza, por ser o seu lugar de trabalho.

1.2.2 Território e territorialidade

Friedrich Ratzel (1844-1904) pela contribuição dada à Geografia durante a sua vida acadêmica e pelas experiências acumuladas nas viagens efetuadas, divulgando ao mundo em forma de livros e seu contributo como formador, fez com que ele fosse considerado por muitos o fundador da moderna Geografia Humana e o responsável pelo aparecimento da Geografia Política como disciplina. Ratzel é um dos maiores contribuintes na mudança do

pensamento geográfico; a contribuição dele é indispensável para a compreensão do estudo de território e da territorialidade.

A antropogeografia apresenta uma ideia clara, que é o de superar ou ultrapassar aquela geografia fortemente descritiva criada pelos seus antecessores, a ideia era avançar na formação de elementos/categorias de outras dimensões, ultrapassando a teoria descritiva e introduzir a capacidade de explicar, analisar. Aparecendo desse modo a reciprocidade na obra (o estudo dos efeitos recíprocos entre o homem e seu ambiente, onde o homem teria um duplo posicionamento: ativo, na medida em que transforma, através de seu trabalho, a superfície terrestre; e passiva, na sua dependência das condições naturais, que seu espaço vital lhe impõe) entre o homem e o ambiente, surgindo assim o espaço como lugar central. Para ele a Geografia tinha que ir além da leitura simples da superfície terrestre. Dando grande destaque à relação homem/ambiente segundo a tradução feita pela prof. Luciana de Lima Martins⁹ e nas abordagens de Moraes (1990).

O território local ganhou ênfase devido à sua contribuição na representação das condições de trabalho, das oportunidades oferecidas e da própria existência da sociedade e suas atividades. Mas por uma outra perspectiva, vamos ao encontro da necessidade de aumentar as expansões territoriais visto como consequência do progresso, onde o “espaço vital” serviu de base para Ratzel explicar as suas colocações a respeito do território, nessa abordagem o espaço vital representa uma porção de equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis à apropriação para suprir as necessidades (MORAES, 1990).

Ratzel via a sociedade como um todo e o todo não passava de um organismo que mantinha e mantém uma relação com o solo, conforme as necessidades alimentos e moradia. Segundo ele o progresso significava um maior uso do espaço/meio, ou seja, dispunha de uma relação mais enraizada com a natureza. No entender dele quanto maior o envolvimento com o solo, maior seria a necessidade de manter a sua posse. Aí entra em ação a chamada relação do poder usada por Raffestin (1993) que não é o poder absoluto ou generalizado, mas sim um poder estratégico e específico posicionado sobre o objeto, também pode ser introduzida uma ação não territorial para poder manter a posse e o poder, isso partindo da ideia de Sack (1986).

Território e Territorialidade são frutos da ação humana sobre o espaço onde se encontram inseridos, podendo ser espaço usado de forma permanente ou não, ou seja, território e territorialidade acontecem mais com uso e ocupações diferenciadas. Território é

⁹Mestre (1993) e doutora (1998) em Geografia pela UFRJ, desde 1999 trabalha como pesquisadora do Grupo de Geografia Social e Cultural de Royal Holloway, Universidade de Londres.

fruto dealgo provocado e territorialidade como a consequência do sucedido(RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade humana, em particulara de Achada Ponta, traz como causas as necessidades dos habitantes locais e da vizinhança num dado território e nos seus recursos, mediada por estratégias e planos de ações de acordo com os seus interesses.Para Sack (1986)essas territorialidades são diferentes das construídas pelos animais,a territorialidade animal baseia-se simplesmente nos seus instintos e a humana nos seus desejos, projetos e nas suas ambições. O território não é marcado por uma dimensão fixa, estando susceptível à variação do tamanho, podendo até ser considerado móvel ou não. Em relação ao tempo, as existências de variáveis dão sentido a ele, podendo existir num dado momentoe no outro momento deixar de existir, ou simplesmente desaparecer. Na tentativa de exemplificar essa teoria (desaparecimento do território) recorreremos aos territórios como o da ilha de Krakatoa.No dia 26 de Agosto de 1883, a ilha de Krakatoa ou Cracatoa, localizada no estreito de Sunda, entre as ilhas de Sumatra e Java, na Indonésia, desapareceu quando o vulcão de mesmo nome, no monte Perboewatan – supostamente extinto – entrou em erupção.

Falando dos territórios móveis, a mudança dos capitais políticos efetuados no século passado são bons exemplos. Com isso reaparece aqui a teoria do Sack:

A Territorialidade é sempre socialmente construída. Ela precisa de um ato do desejo e envolve múltiplos níveis de razão e significados. A Territorialidade pode ter implicações normativas também. Deixando de lado os locais e reforçando os graus de acesso, significa que indivíduos e grupos têm removido algumas atividades e pessoas de locais e incluindo outras, traduzindo no estabelecido de diferentes graus de acesso às coisas (SACK, 1986).

O Homem tem a sua casa e o seu trabalho (território permanente) e tem as suas funções e atividades sobre esses lugares (territorialidade permanente), mas usufrui do espaço que não representa uso e ocupação permanente, como o território de pesca e da caça, sendo o espaço da pesca muito influenciado pela condição climática e influência das marés como dito anteriormente. Com isso os pescadores são obrigados a mudar de lugar de pesca de forma constante, em primeiro lugar porque existem épocas em que o mar ou até mesmo os rios encontram - se agitados dificultando ou impedindo que as embarcações se movimentem.

Dos territórios construídos ali (área de estudo) apenas o território ocupado para o assentamento populacional é fixo e permanente, o da pesca, da agricultura e do pastoreiosão móveis e sazonais, porque estão sujeitos às variações e condições do tempo e da estação do ano.

Nesta perspectiva segundo Sack (1986):

[...] para os humanos a territorialidade é uma estratégia geográfica forte que visa controlar pessoas e objetos através de exercício de poder sobre a área. Considera os territórios políticos e a propriedade privada da terra como sendo formas mais familiares, mas a Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Sendo usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações sociais. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão inter-relacionados. A mudança de funções da Territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo (SACK, 1986, p. 6).

A Territorialidade, então, forma um cenário para as relações espaciais humanas e as concepções do espaço. A Territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras. As pessoas, simplesmente, não interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar. Ao invés disso, a interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultado da influência e poder. A Territorialidade é a forma espacial primária do poder(SACK, 1986, p. 30).

E em segundo lugar porque os peixes estão sempre em movimento, saindo de um ponto para outro, acompanhando a movimentação da maré e a temperatura da água, obrigando a mudança de estratégia da atividade e até mesmo a sua suspensão por um determinado período de tempo. É nesse sentido que o território e a territorialidade agem como um sistema aberto acolhendo as movimentações humanas e seus interesses, quer político, quer social, ou cultural. A sociedade estrutura-se sempre ou quase sempre buscando a relação com o meio, essa relação pode manifestar através de um sistema espacial manifestado pela relação do poder, onde a técnica e a cultura vão estar quase sempre juntas. Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (SPOSITO&SAQUET, 2009). Sack chamou a atenção acerca da territorialidade como componente do poder dizendo que,

Territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criar e manter a ordem, mas é um mecanismo para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e damos sentido a ele(SACK, 1986, p. 258).

O modo como os animais, sobretudo os aquáticos, territorializam uma determinada área vai determinar as ações humanas e as intervenções sobre essas mesmas áreas. Podendo até vir a desencadear conflitos por causa da luta pelos melhores pontos de pesca e invasão do espaço alheio. Com isso estamos afirmando que o território e a territorialidade não dependem só dos homens, varia sobretudo da presença dos recursos que o espaço ao seu dispor lhe oferece. Os pescadores da referida comunidade constroem suas territorialidades tendo a pesca

como referência, como sua principal atividade econômica, para conservação da vida (dando sentido a ela), e dos saberes tradicionais. O mapeamento participativo elaborado internamente esclareceu muitos detalhes sobre as territorialidades, onde é possível perceber a dinâmica e a influência que a pesca e as demais atividades tradicionais exercem na vida comunitária, cultural, social e econômica desses pescadores.

Segundo Claude Raffestin, considerado como um dos pioneiros na interpretação do território. Cujas obras de maior destaque, “Por uma Geografia do Poder”, onde ele desenvolve sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico em relação com o poder, nos diz que,

[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relação (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

De acordo com Silva, a produção, a partir do espaço, é feita através do uso que a sociedade realiza no território. O território torna-se, assim, o locus privilegiado para análise das práticas de gestão territorial e do campo de poder na definição do espaço, no qual melhor é possível evidenciar o uso dos recursos (naturais ou não) pelos diferentes atores sociais. É no território que esses atores buscam resolver seus anseios e garantir seus acessos aos recursos, para isso lutam para ampliar as possibilidades de participação efetiva nas políticas socioeconômico-culturais (SILVA, 2012, p. 111).

O poder é algo sempre presente, mas não manifesta por si só, precisando de um ator sintagmático para que as suas ações possam materializar-se sobre o espaço e posteriormente transformar esse mesmo espaço num território, todavia para que possa haver a transição é necessário que os processos sociais sejam dinâmicos no tempo e no espaço. Porque cada lugar é interpretado pela dinâmica interna e é essa condição interna que o projetará, fazendo o poder manifestar apesar da sua onipresença. A zona pesqueira de Achada Ponta surgiu instantaneamente e os trabalhos desenvolvidos posteriormente contribuíram para que ela seja um território onde diversas ações são praticadas diariamente, mantendo-a ativa até hoje. As territorialidades são adaptadas ou readaptadas constantemente devido às novas condições de trabalhos e novos modos de vida que estão formando, tendo como resultado as transformações pelas quais o Concelho e a comunidade, em particular a Achada Ponta, estão sujeitas a enfrentar.

Nos pesqueiros/meio aquático e na construção das territorialidades terrestres (Achada Ponta) o poder manifesta-se pelo domínio dos pescadores e da população sobre o espaço que os circundam. O controle do poder pode ser encontrado na técnica usada para se mover em ambas as superfícies e nas condições sobre as quais esses territórios são mantidos, neste caso o território é explorado livremente, praticamente sem objeção das autoridades. Das poucas vezes que acontece as interferências das entidades responsáveis tanto pelas pescas como para a urbanização, acontece o seguinte: no primeiro caso tudo ocorre nas épocas do defeso, mas mesmo assim a fiscalização não é diária e nem rigorosa, isso porque as espécies protegidas são capturadas sucessivamente e sob o olhar atento das autoridades. Em relação à urbanização, as autoridades só interferem caso haja conflitos, o que é difícil de acontecer aí, visto que todos da localidade já estão habituados a uma norma criada pelos próprios moradores, seguindo um critério que vem sendo passado de geração em geração, impedindo assim que um invada o lugar do outro.

Guedes, na sua tese de mestrado usando Souza como referência trouxe o seguinte: “Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está presente em todas as espacialidades sociais. Se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território, uma vez que os processos sociais são dinâmicos no tempo e no espaço” (GUEDES, 2009, p. 33). Ao destacar o caráter político do território, considerou-o como um espaço que se modifica pela manifestação do trabalho demonstrando com isso, relações de poder que pode ser vivenciado e aproveitado em múltiplas escalas de relações (...) do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território (...) o mesmo acontece com o indivíduo que constrói uma casa ou mais modestamente aquele que arruma um apartamento (GUEDES, 2009).

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. Essa relação se inscreve perfeitamente no campo do poder (...). Consoante Sposito & Saquet, o trabalho humano pode ser definido como uma combinação de energia e informação. A quantidade variável de energia e informação determina os tipos de trabalho (de reprodução ou invenção) e conseqüentemente as territorialidades e as territorializações (SPOSITO & SAQUET, 2009).

Na condição dos atores sintagmáticos a população local (os pescadores) variam do território e territorialidades de modo sazonal, na estação seca ou inverno, a tendência é procurar pesqueiros mesmo nos limites impostos pela lei (3 milhas náuticas), devido à presença de grandes pelágicos nessas áreas. Enquanto que no verão acontece um movimento

inverso, há uma maior concentração bem próximo da costa e uma presença considerável nas águas intermediárias (zona marítima que separa a costa das águas mais distantes) isso acontece devido à concentração dos grandes e pequenos pelágicos e espécie demersais que abundam nessas áreas.

Em relação às outras atividades acontece quase a mesma coisa, ou seja, o efeito das condições climáticas são muitos influenciadoras. A agricultura (regadio e sequeiro), pastoreio, extração de inertes e as demais atividades desenvolvidas, seguem uma ordem natural traçada quase que obrigatóriapelo meio. No mês de Maio começam os preparativos para a cultura de sequeiro e em Julho começa as sementeiras, essa prática vai até ao mês de Dezembro e no meio a extração de inertes surge como uma atividade complementar etc. Todas essas práticas são determinantes para compreendermos como o território é construído e como as territorialidades são mantidas e abordadas.

Para Raffestin (1993) o território e a territorialidade colocaram em discussão o termo espaço, apesar de ele continuar a ser evocado. O espaço e o território não são termos equivalentes, distinguem uma da outra pelo fato do espaço ser um apriori, formando assim o território apartir do espaço, e a distinção entre as duas faz-se necessária devido à importância do conhecimento dos processos espaciais, fruto das diferentes formas de apropriação da natureza, o território é o resultado de ações conduzidas por atores sociais diversos. Com isso a sua formação tem que ir de acordocom diferenciações tanto físicas como humanas presentes no recorte territorial onde ele está sendo criado e analisado.

Abordando a passagens do espaço para o território ele disse:[...] território é um espaço onde se projetou um trabalho, podendo ser energia ou informações e que, por consequências, revela relações marcadas pelo poder(RAFFESTIN, 1993). No momento da chegada dos primeiros ocupantes e que posteriormente se transformaram em habitantes, o espaço que hoje é um território era uma extensão territorial vazio, sem interesse e com pouca atratividade, devido à inexistência de equipamentos, infraestruturas e da presença humana. Com o passar dos tempos esse espaço começou a ganhar uma nova dinâmica principalmente pelo fato dessas primeiras personagens terem resolvido fixar suas residências nesse espaço transformando-o num território, fruto das suas ações sobre essa área, manifestando assim a relação do poder fruto das ações práticas executadas ali.

Partindo em princípio de algumas leituras feitas e observando a dinâmica da referida localidade ficou claro que o território e a territorialidade andam sempre de mãos dadas, visto

que eles retratam uma relação entre o espaço o lugar e entre o sujeito e o objeto, ainda conforme Raffestin (1993) o espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si mesmo. Essa prisão refere ao resultado da apropriação do espaço e a sua transformação num território, mas quem prende os homens são as territorialidades e as territorializações. Sendo assim o espaço aqui é visto como matéria-prima, produto a ser apropriado, sujeito às transformações.

Ao longo das idas ao campo ficou bem visível a afirmação feita por Raffestin, quando ele comparou o território e a territorialidade usando a palavra prisão. Os habitantes da aldeia afirmam serem felizes vivendo ali, mesmo sobre as condições desfavoráveis pelas quais eles passam muitas vezes. Onde podemos encontrar tanto as limitações impostas pela natureza e as provocadas sobretudo pela falta das políticas e programas que visam garantir uma vida melhor para o bairro. Muitos dizem que o motivo pelo qual eles partem do seu berço é para tentar conseguir uma vida melhor, fugindo do desemprego e da falta de alternativas, mas que levam a aldeia viva na memória e que vão voltar sempre e que pretendem construir suas habitações aí. Nos que ficam (ram) a territorialidade é construída socialmente, mas para aqueles que partem ela é desenvolvida mentalmente e simbolicamente, ou seja, elas são construídas a base de omnipresença.

Soja (1971 apud RAFFESTIN, 1993) compartilha da ideia que:

[...] a compreensão da territorialidade encontra-se diretamente associada com a organização espacial em esfera de influência ou território delimitado. Delimitação essa que assume característica diferente em função do uso e ocupação (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

Ainda nas leituras de Raffestin, as territorialidades são apresentadas sob duas relações (simétricas e dissimétricas) onde podem ser caracterizados por ganhos e custos equivalentes ao não. Opondo uma a outra, a territorialidade aparece como estável e instável. No primeiro caso, os elementos não sofreram mudanças ao longo prazo, contudo na segunda os elementos são suscetíveis de mudanças em longo prazo. Aqui o autor está demonstrando que quando há estabilidade o controle é maior, e o uso do poder faz-se eficaz impedindo que haja transformações das características locais, e com a instabilidade o controle e o poder perdem a importância e as territorialidades passam a ser vulneráveis, e com isso torna possível a flutuação e transformação com o tempo. Essa não é uma regra sem exceção, podem existir

casos de mudanças tanto em um como na outra sem necessariamente ser na generalidade(RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Falando da estabilidade e instabilidade é importante lembrar que a territorialidade na pesca é influenciada pela marcação, que por sua vez não se encontra isento das relações simétricas e dissimétricas. A marcação enquanto técnica e náutica é da ordem da territorialidade, sendo o elemento mais importante para a produção e para o resultado das jornadas das pescas(MALDONADO, 1994). Com isso fica evidente certa dependência da territorialidade em relação à marcação dos pontos da pesca, o ato de marcar é indispensável na construção do território no meio aquático e uma excelente estratégia de obtenção do lucro e dar vida à territorialidade. Na comunidade “superfície terrestre”, a territorialidade vem atreladaàs atividades ali desenvolvidas, que por sua vez fazem parte da cultura e da técnica utilizadas localmente.Bordalo et., al expuseram o seguinte,

As territorialidades criadas pelos pescadores são exemplos da reprodução dos modos de vida dos indivíduos em determinados espaços, em territórios específicos, que demandam relações de poder e o uso sobre um determinado recurso (BORDALO et al, 2016, p. 116).

Sposito e Saquet chegaram à conclusão de que: é de extrema importância a compreensão de que o território é construído a partir do espaço, colocando o espaço como um a priori“o espaço antecede o território”, e dessa maneira de interpretar, o território não deixa de ser o resultado da ação conduzida (SPOSITO&SAQUET, 2009).O espaço é o concreto, o palpável e o visível existente, a raiz de toda a formação territorial e o território também é o concreto, o palpável existente mas não da forma como o espaço se encontra vinculado com o meio, não é raiz da própria formação, isso porque ele não deixa de ser a categoria introduzida por intermédio das ações antrópicas. O espaço é a forma, mas a vida que as anima (SANTOS, 2002, p. 103). Seguindo com a ideia dos dois nos aparece que,

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a “matéria-prima” oferecida à imaginação, para ser “trabalhada” e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas (SPOSITO & SAQUET, 2009, p.33).

Para construir é necessário “ações e relações”, as finalidades das ações convertem - se nas territorializações que por sua vez têm na base as territorialidades. Isso demonstra que os conceitos encontram-se intimamente ligados, ignorando um colocamos em causa todos os

conceitos envolvidos. As relações pelas quais a vida é estruturada leva à interpretação da territorialidade como sendo um conjunto de relações provenientes do sistema tridimensional constituído por sociedade – espaço – tempo com o intuito de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema(RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993apud SILVA, 2006) demonstrou o seguinte: no que refere à territorialização da atividade humana torna-se materializado quando se percebe a delimitação específica que se materializa como uma malha política que não emerge do poder estatal e sim da força política localizada nos grupos sociais, no caso das localidades pesqueiras, que efetivamente utilizam os espaços para dele extrair os insumos necessários para a sua sobrevivência. Entretanto, para que ocorra a sistematização da apropriação do território faz-se necessário a instituição de um sistema de símbolos que possam ser identificados pelos vários grupos que interagem num determinado território, para que este seja efetivado e marcado por toda uma infraestrutura, pela força de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelo modo de produção. E assim, preconiza-se a transformação do espaço que se tornou o território de um ator, desde que tornado relação social de comunicação (SILVA, 2006, p. 47-48).

Apesar das diferentes visões e abordagens a respeito do território, uma coisa é certa: ela sempre terá uma dimensão política e cultural do espaço muito mais prático e enraizada às questões econômicas. Devido aos recursos de elevado valor tanto monetário como simbólico, (petróleo, ouro, monumentos históricos e parques naturais, etc.) não podendo ser visto sob um olhar diferente, isso porque as bases que constituem o sistema territorial, tanto os materiais e os imateriais, natural e artificial, fazem parte ou estão sendo introduzidos dentro duma abordagem toda ela virada para a produtividade e o lucro (as relações economia, políticas sociais e culturais,) fruto da nova era do capitalismo.

Algum tempo atrás Sack tinha afirmado o seguinte, “a territorialidade é a tentativa de um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre o lugar”(SACK, 1986). Contudo apesar de existir no território elementos da natureza que o caracterizam e ajudam na interpretação das territorialidades, o interesse e o poder são peças importantes para a sua classificação, interpretação e análise territorial. Partindo de tais forças aparece a divisão da mesma, podendo ser apartir daí um território funcional ou não.

Na aldeia, neste caso no mar, o território e as territorialidades aparecem principalmente pela presença dos recursos naturais e seu comportamento e em alguns casos pelas ações humanas. As ações humanas não são tão relevantes no ambiente marinho

principalmente porque a economia e as relações sociais não têm como impor regra num meio totalmente dinâmico e em constante movimento. Restando aos homens aproveitar as possibilidades oferecidas pelo oceano para adaptarem as movimentações e as mudanças. O contrário pode até acontecer caso transformem uma área de exploração comum em privado, podendo haver maior exercício do poder e do controle, mas não deixa de estar permanente sob a influência dos meios naturais.

Refletindo sobre território fechado vem a ideia e a contribuição deixada por Haesbaert (2002): Através das práticas sociais e da técnica, o espaço natural se transforma e é dominado, transformando-se em um espaço quase sempre fechado, esterilizado e vazio. Muitas vezes esses locais dão a sensação de serem privado, devido à sua complexidade e controle exercido sobre ela, e até pode ser comparada e confundida como sendo região.

Mas o território adquire um sentido maior que a região, por envolver as múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas, espaço-temporais. Deixando assim a territorialidade de conter apenas algo parcialmente fixa e adquirir características de território – rede (mobilidade controlada).

O território pesqueiro enquadra nesse sistema por meio de acordos de pescas internacionais e pela adoção de leis da mesma natureza, porém também há presença de empresas transnacionais e multinacionais que apropriam de certo território transformando-o em sua base de produção.

Para Raffestin (1993) o território é construído por uma relação de poder e a partir daí ele construiu toda sua visão acerca do referido conceito e as noções em torno da territorialidade encontram-se alicerçadas também ao poder (poder simbólico). Enquanto que Sack (1986) além da ideia do poder explicado por Raffestin, traz um contributo mais mediático do poder, podendo estar ela ligada ao uso da força ou não, ele foi claro quando trouxe o exemplo referindo a um pai norte americano e um pai indígena, introduzindo na sua concepção o uso da ação não territorial para controlar o território. Em Santa Cruz (Achada Ponta) acontece muito a opção pelo uso da ação não territorial, essa metodologia é visada sempre quando alguma coisa não vai bem, ou por não fazer parte da agenda política. Como exemplos podemos citar a organização de um torneio de futebol, mini-festivais e até mesmo campanha de doação de alimentos e materiais para construção ou perdão das dívidas com a câmara municipal.

1.2.3 Território com recurso

Outra contribuição teórica importante para o enriquecimento da discussão acerca do território é dada por Becker & Santos (2007), onde disseram o seguinte: o território transforma-se a priori em fonte de recurso, ou seja, meios materiais de existência. Ele é muito influenciado pela natureza pelo fato das principais fontes de energia proverem da mesma (água, oxigênio, fotossíntese, etc.) mesmo tendo por pretensão a universalidade. A relação entre o homem e natureza é de tal modo enraizada que são praticamente inseparáveis.

O uso do território como recurso vem sendo analisado dia após dia, mas essa é uma problemática que pode facilmente perder o impacto tão desejado, principalmente por causa das inovações tecnológicas e do desenvolvimento em rede. Inovações e redes que têm vindo a interferir no espaço modificando as territorialidades, contudo essas mudanças não estão isentas das manifestações naturais, principalmente porque todas ou quase todas têm por objetivo desafiar o meio físico e os seus elementos. O território e os recursos nele existentes são avaliados de acordo com o interesse em torno do espaço em questão, ele pode ser visto como recurso num determinado contexto e noutra não, é possível também vir a ser considerado como tal, um outro elemento que antes não tinha essa designação e o que tinha perder a categoria/designação que o acompanhava.

- Por exemplo, criando o ar condicionado, a ideia é controlar a temperatura, com isso queremos dizer que o homem sempre terá a natureza como referência;
- Ao construir um satélite a ideia é ter o controle de tudo à nossa volta, quanto ao lançamento e o sucesso da expedição estará sempre dependente das boas condições atmosféricas.

Em Achada Ponta o espaço que hoje foi convertido em um território, aparece como um das principais fontes do rendimento das famílias que residem nessa área. Do seu território advém uma boa porcentagem dos produtos consumidos aí, tanto pelos homens como pelos animais. Os recursos presentes determinam a mobilidade dos habitantes, o tipo de produção e os diferentes tipos de atividades, comerciais, pescatórias e agrícolas levadas a cabo nessa área. E influencia o valor atribuído a este recorte, sendo assim, o recurso surge dando ao território significado e trazendo dinâmicas, frutos do interesse que surgiu devido ao recurso ali presente.

Naquilo que tange ao território de pesca hoje ela está sendo muito monitorada pelas tecnologias, tanto pelo satélite como pelo GPS, sem falar na utilização dos motores, bombas de oxigênio, pistolas, entre outros equipamentos. Esses territórios podem ser de uso comum quando usado ou ocupado para o bem da coletividade (em Achada Ponta o território é do uso comum porque pertence à coletividade), e de uso restrito por servir à memória e o valor dos recursos são dependentes a estes modos de apropriações.

Na dissertação de Guedes o recurso aparece como:

Recursos naturais [...] bens que não são produzidos pelos homens. São todos os elementos da natureza para os quais existem utilidade, conhecimento científico e tecnologia, economicamente, rentável justificando sua exploração (...). Nesse contexto, podemos afirmar que a ideia de recursos naturais é um conceito econômico determinado, historicamente, pelo progresso da ciência e tecnologia, mas fundamenta-se pelas necessidades sociais (COELHO, 2000 apud GUEDES, 2009 p,56).

Os recursos pesqueiros são considerados como sendo renováveis, mas constantemente sofrem ameaças devido à pesca excessiva e outras atividades ligadas à indústria que fazem do mar e rio os lugares de despejo dos lixos químicos; a caça em demasia de certa espécie tem provocado desequilíbrio ambiental. Isso tem levado muito da fauna aquática a entrar na lista de extinção colocando em causa a renovação dessas espécies e a ideia da eliminação da mesma. Guedes (2009) abordou dessa forma,

Os pescados extrativos são recursos renováveis que por definição existem em quantidades “ilimitadas” no sentido do uso racional, os quais podem ampliar a quantidade desse recurso em um contexto favorável para o desenvolvimento da atividade da pesca. A relação de produção dessa atividade econômica pode ser simétrica ou dessimétrica, dependendo da mobilização ou não das técnicas de preservação. Mas quase sempre, senão sempre, essa relação de produção só é dessimétrica porque é sustentada por uma relação de propriedade dos meios de produção, por si mesma dessimétrica. Essas relações de produção e de propriedade interagem e constituem um sistema de relações de poder, podendo ocorrer ou não conflitos por territórios (p. 58).

A exploração dos recursos terrestres é feita de forma excessiva, apenas as áreas florestais são fiscalizadas, as propriedades agrícolas são cultivadas sem acompanhamento dos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Rural, os pescadores não dispõem de nenhum tipo de acompanhamento. Ao longo da costa pertencente a Achada Ponta podemos encontrar mulheres e crianças trabalhando de sol em sol na exploração da areia, que é uma das fontes de renda dessa população. Os recursos ali presentes estão sendo postos em causa pela falta de projetos e um fraco acompanhamento nos diferentes ramos de atividades.

Para que a exploração dos recursos naturais seja feita corretamente é necessária a adoção de algumas medidas que garantam a sustentabilidade desses recursos; o processo tem que incluir responsabilidades quanto ao exploracionista, “exploração”, preservacionismo, “preservar” e conservacionismo, “conservar”, elas aparecem ou devem aparecer como os principais mecanismos na hora de exploração dos produtos, conforme afirmado por Raffestin (1993). Os recursos pesqueiros e terrestres são bastante influenciados pela mobilidade do mercado e dos atores envolvidos.

Milton Santos vê essa categoria de análise do território (recurso) como sendo um recorte fechado, dando a ideia do território privado, isso porque ele o comparou com territórios empresariais. Como recurso ele ganha característica internacional ou privado de acordo com o interesse dos investidores. Aqui é evidente que o valor atribuído ao recorte pode fechá-lo a certo tipo de atores sociais, ganhando valor econômico, a intenção é sempre produzir, criando assim restrições quanto ao uso desse espaço. Esses locais dispõem de características especiais e essenciais, estão circulados por uma dinâmica que lhes atribuem valores de diversas ordens: econômica, social, cultural, arqueológica, despertando atenção necessária para fazê-lo deixar de ser um território comum, “normativa”, e passar a ser um recurso (SANTOS, 2005).

A luta pelo território tem convertido num conjunto de territorialidades, territorialidades essas que constantemente vêm sendo modificadas, frutos de novos interesses, também vem surgindo tentativas de organizações, apropriações e lutas com intuito de controlar o sistema territorial ao redor. Partindo do envolvimento da relação existente entre o meio físico e humano, Maldonado (1994) afirmou que:

Territorialidade como sendo o processo e mecanismo pelos quais os grupos estabelecem, mantendo e defendendo o usufruto ou posse de espaço que lhes interessa. Isso refere-se significativamente à dimensão do esforço feito pelos homens, direcionada, implícita ou explicitamente para apropriar e dividir os territórios transformando-os em recursos com o seu interesse, a sua ação e os seus esforços em mantê-los (p. 35).

Os territórios estão se transformando hoje a um ritmo fora do comum, tudo isto devido ao efeito da nova era do capitalismo e o alastramento das empresas em redes que se fazem presentes mesmo estando longe. Os setores-chaves do crescimento/desenvolvimento (o primário, secundário e o terceiro) foram submetidos a transformações quase que obrigatórias, a agricultura viu-se obrigada a se transformar para poder dar respostas ao aumento da

demanda pelos seus produtos, na mesma linha a indústria e o setor de serviços foram afetados. Durante muito tempo essa aldeia não tinha água canalizada nem telefone fixo, a água era distribuída através de um tanque (reservatório), onde toda a população é colocada na fila para poderem adquiri-la. Mas com a chegada de uma dessalinizadora a água passou a ser canalizada, o telefone era movido ao raio solar, situação esta que veio melhorar com a chegada da rede de telecomunicação, com isso o território começou a ser mais valorizado e a atrair mais atenção.

Figura 12 – Reservatório de água



Fonte:Monteiro (2017).

Durante uma reflexão sobre as transformações ocorridas no território a nível municipal, e em particular da comunidade pesqueira de Achada Ponta, pelo efeito da modernização, nos conduziu para a ideia de Sposito & Saquet, quando eles afirmaram o seguinte:

[...] os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo [...]. A pesca tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável. As paisagens aquáticas “mares e rios” sofrem logo a influência do terceiro estado da natureza, aquele sintético ou cibernético que começou com a química moderna na metade do século XIX e é caracterizado, hoje, pelo desenvolvimento da biotecnologia através da manipulação genética. Com este desenvolvimento, entramos verdadeiramente no mundo da simulação [...](SPOSITO & SAQUET, 2009, p. 24).

O crescimento da atividade nas áreas da pesca acaba gerando impactos negativos associados à modernização desse território, “ou seja, a modernização sobre esses recortes traz consequências negativas afetando principalmente a pesca artesanal”, que vê sua área de atuação sendo limitada. Aumentando assim a área de exclusão, a pesca e consequentemente a tensão, as disputas, os conflitos e a resistência em espaços pesqueiros como construído (SILVA, 2014).

Apesca por ser uma atividade dinâmica, acompanhou o ritmo mas não teve grandes avanços em comparação aos ocorridos nas indústrias transformadoras, isso no que diz respeito à prática artesanal, o recurso existente nas áreas da pesca artesanal não tiveram uma super exploração durante muito tempo, mas hoje com o interesse dos agentes econômicos nesses espaços a exploração torna cada vez mais constante e de volume maior. As causas do baixo índice de exploração de um território muito valorizado como recurso são diversas, podendo estar relacionadas a fatores econômicos, sociais, culturais. No que toca ao território pesqueiro (em Acha Ponta) teve alterações sim, mas de modo gradativo e lento devido a vários fatores:

1. A limitação financeira daqueles que praticam a atividade artesanalmente, não lhes permitem a aquisição dos materiais na hora e no momento oportuno (redes, motor e embarcações novas, etc.). Por isso não terão capacidade para ir a certas distâncias e investir na captura de grande quantidade de peixes, ficando limitado a um território de pesca reduzido, refletindo assim na vida econômica das localidades que não terão muitas alternativas quando ao processo de crescimento.
2. O baixo nível de escolaridade é outro fator presente no insucesso dos pescadores tradicionais.

Os dois pontos sublinhados e expressos resumem a vida desses homens, começando desde a linguagem, vestuário, comportamentos até chegar à sua convivência com o meio aquático, talvez a área mais importante do dia a dia deles.

Território nesta perspectiva nos remonta a ideia da presença do valor, que por sua vez chama a atenção pela especificidade atribuída pelo espaço que lhe agrega tal designação específica, muitos são aqueles que estão ganhando vantagens competitivas em relação aos outros por serem considerados como recursos. As desigualdades territoriais desempenham de certa maneira um papel importante nos vários domínios do espaço, agregando-lhes valores

econômicos, nessas situações os territórios não são substituíveis entre eles, mas complementares, a importância dada ao território encontra-se diretamente ligada às ofertas e às possibilidades de exploração contidas nele. Jean Gottmann havia dito a respeito da complementaridade:

Por ser tradicionalmente usado tanto como abrigo quanto como recurso, o território cria um dilema básico para seu povo. Ele pode tentar desenvolver os recursos como um sistema autocontido, tendo em mente o uso como abrigo. Pode também adotar uma atitude completamente diferente e usar o território para desenvolver os recursos próprios dos lugares (GOTTMANN, 2012, p. 532).

Seguindo a interpretação por ele feita, vimos que a fragilidade de território está relacionada com a sua dimensão. A função como abrigo é posta sempre em jogo, para ele quanto menor o território for, mais vulnerável aos ataques ela é, mas essa regra tem exceção, porque com a presença de tecnologias de ponta e um enorme riqueza interna ele pode deixar de ser vulnerável e vir a ser uma potência, como é o caso da Suíça e Coréia do Norte. Quanto ao recurso, a fragilidade, disponibilidade e a capacidade de exploração variam de acordo com a capacidade tecnológica dos pequenos territórios (GOTTMANN, 2012).

Os fenômenos naturais determinam/influenciam de que modo o território e as territorialidades pelas relações de proximidade existente entre elas. O exemplo a seguir mostrará algumas interferências da natureza sobre o território em si. Em 2014 aconteceu a erupção vulcânica da Ilha do Fogo (Cabo Verde), as lavas consumiram vários hectares de terrenos potencialmente agrícolas, destruindo casas e sonhos; houve um processo de deslocamento (desterritorialização) e realojamento (re-territorialização) marcado por vários conflitos. A seca é um dos fenômenos devastadores de vastas áreas de produção, tanto no meio aquático como no terrestre, cursos de rios estão sendo modificados e a pesca nessas áreas passa por momentos difíceis, sobretudo devido à mortalidade dos peixes, resultado da diminuição do fluxo de circulação de água.

1.3. Cartografia social ou Mapeamento Participativo: Representando o Modo de Vida

Todo a história, todo o conhecimento e todo o saber humano começaram a ser construídos milhões de anos atrás, numa época vivida sobre um constante determinismo imposto pela natureza. O determinismo geográfico é marcado pelo nomadismo, modo de vida

totalmente dependente ou anexado ao ambiente, o homem nada produzia e possivelmente nem se preocupava com isso, com o tempo começaram a perceber que podiam mudar a mesma história. O conhecimento adquirido na fase do nomadismo serviu de base para as mudanças do comportamento, começaram a perceber que a semente germinava e deram conta que era possível domesticar animais e produzir os próprios alimentos, isso levou à sedentarização e o melhoramento das condições de vida. Talvez a descoberta mais vantajosa e o maior sucesso feito pelo homem venha a ser a relação de convivência ou laço de amizade e de aproximação criado entre eles. Aparecendo assim como uma das maiores descobertas já feitas pelo homem, influenciando diretamente todas as ações e atividades desenvolvidas. O trabalho em grupo é uma delas.

Durante um longo período de tempo o homem viu-se obrigado a correr atrás das transformações impostas pela natureza, conforme explica o determinismo geográfico. A capacidade de mapear mentalmente ou através de símbolos, pinturas, sempre acompanhou o homem desde as épocas mais remotas, a prova disso são as pinturas rupestres, a própria rota da navegação construída pelos navegadores sem o auxílio da tecnologia. Com as transformações climáticas o avanço da tecnologia e o alargamento da área de intervenção, veio a necessidade de criar cartas onde o conhecimento era depositado, ou seja, onde a realidade era representada cartograficamente com o objetivo de criar um mecanismo de auxílio. Nessas cartas podemos encontrar o conhecimento nativo, as representações culturais, sociais, etc. Ali estava depositado a visão acerca do espaço que eles percorriam e pensavam conhecer.

Ao longo dos anos o mundo se depara com um série de problemas ambientais que têm se manifestado em escalas diferentes e produzindo consequências negativas devastadoras. Isso tudo vem refletindo nas políticas públicas e nas formações de leis direcionadas à população mundial. A preocupação com a sustentabilidade ambiental partindo da dimensão global até uma dimensão menor (escala internacional, nacional, regional ou local) tem levado a adoção de medidas com interesses em diminuir os impactos negativos provocados pelo próprio homem (criação de lei sobre a emissão de carbono “CO₂”, criação de ZEE e leis sobre a extração de inertes, esse último no caso de Cabo Verde). Contudo a criação dessas leis nem sempre envolveram o público alvo. Os construtores do seu próprio território são postos de lado nessas horas, assistindo de fora as mudanças nos seus territórios e nas próprias vidas.

A intervenção do público alvo é e foi demaior valia para o sucesso desse projeto, visto que eles têm o conhecimento pleno do seu cotidiano, ou seja, convivem com tais espaços dia após dia e ninguém melhor que eles para relatar sobre a situação em que a localidade se encontra e como o seu território tem progredido. A participação dessa gente trará mais meios e melhores elementos para a projeção sustentável da área em questão e os projetos destinados a eles teriam maior possibilidade de evitar certos constrangimentos, auxiliando na construção de políticas públicas voltadas para elas. No mapeamento participativo os moradores terão a oportunidade de fazer o retrato do seu território e de suas atividades. Neste processo usamos uma base cartográfica atual para que os intervenientes possam ter a noção do que estão fazendo. Antes da elaboração da cartografia participativa foi indispensável algumas visitas de campo, isso porque as visitas podem evitar conflitos futuros.

Figura13 –Mapeamento participativo(dia dois)**Figura14** –Mapeamento participativo(dia um)



Fonte: Monteiro (2017).**Fonte:** Monteiro (2017).

A construção da cartografia social (mapeamento participativo) aberto à participação pública permitiu que os cidadãos trouxessem para a cartografia o seu conhecimento, do saber fundamentado nos processos da sua vida, memórias/lembranças, tradição contadas, conhecimentos socioculturais, ambientais, afetividade, ou seja, todos os elementos que podem e contribuem para a construção da identidade e o modo de vida de uma determinada comunidade (representação do espaço vivido e pensado).

Isso tudo não passou de um processo que envolveu a reflexão crítica ou não da construção territorial e suas territorialidades, são contribuições não representadas nas cartas oficiais. Como ferramenta metodológica utilizada com a população de Achada Ponta, as

cartas sociais ou mentais foram uma importante fonte ou base de informações, por serem representações da memória e da vivência estimulada e trabalhada estrategicamente durante o processo de mapeamento. As memórias estão ligadas à forma como o indivíduo vem apropriando e vivenciando o seu espaço no domínio dele.

Um dos pontos mais importantes do mapeamento participativo foi o envolvimento dos cidadãos na criação da sua própria base cartográfica. Quando há envolvimento coletivo ou de um número considerável de pessoas, sempre haverá introdução de elementos que se dependesse das entidades responsáveis pelos planos ficariam de fora por não representarem características importantes para eles, mas que para a sociedade são importantes, aqui foi introduzido os conhecimentos sociais. Em termos da arte da cultura e das técnicas e do senso comum que em contato com a virtualidade do real se transforma em uma ferramenta imprescindível. De acordo com isto, Verbicaro e Silva (2015) expuseram o seguinte:

Estes mapas geralmente representam um entendimento social ou culturalmente distinto de paisagem e incluem dados que são excluídos dos mapas convencionais, os quais usualmente representam a visão dos setores dominantes da sociedade; estes tipos de mapas são fruto do Mapeamento Participativo, entretanto o que o faz significativamente diferente da cartografia tradicional, é o processo pelo qual tais mapas são criados e os usos aos quais eles são posteriormente dedicados (VERBICARO & NUNES, 2015).

O resgatar da memória coletiva e em especial dos pescadores é uma das linhas de pesquisa a ser seguida neste trabalho, os mapas mentais surgiram aqui como despertador da memória na estruturação de narrativas históricas, inclusive de espaços extintos e fantasiados. Seemann (2003) afirma que “o mapa encontra-se longe de ser o ponto final, mas sim um estímulo bastante poderoso para a memória e a construção da identidade”, contudo ainda serve como o ponto de partida para as pesquisas [...] a memória produz o espaço, mas o espaço também produz a memória.

Por meio do mapeamento social, buscam-se dar voz e visibilidade às diversas categorias sociais, como às mulheres quebradeiras de coco, ribeirinhos, homossexuais, quilombolas, indígenas, faxinalenses, artesãos, extratores, seringueiros, castanheiros, carvoeiros. Esses grupos populacionais veem na cartografia uma maneira de expor seus processos de territorialização e sua identidade (GORAYEB, 2014). Além das funções apontadas acima, essa técnica pode representar a realidade e o cotidiano dos comerciantes ambulantes e as relações mais complexas e difíceis de representar devido à

clandestinidade, como, as bocas de fumo, bares e casas noturnas ‘boates e casas de prostituições’.

O conhecimento territorial do espaço em torno é a chave do sucesso dessa técnica. Na perspectiva de Ferreira, cada situação de mapeamento tem seus próprios objetivos. Uma classificação possível, entre tantas outras, dos objetivos presentes nos processos de mapeamento participativo realizados [...], pode ser a seguinte: i) busca por legitimidade; ii) busca por informações mais precisas; iii) busca pelo fortalecimento da mobilização dos grupos (PLESSMAN, 2013apudFERREIRA, 2016, p.86).

A partir de técnicas de mapeamento social, os trabalhos de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social (...) visam analisar os processos diferenciados de territorialização, hoje em pauta, e sua relação com a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Tais identidades são múltiplas e configuram uma diversidade sociocultural. Elas são expressas por diferentes identidades coletivas, aglutinadas consoante denominações locais, tais como: (...) pescadores artesanais, agricultores, criadores de gado, artesãos e artesãs dentre outras.

Cada uma destas categorias de identidade acha-se agrupada segundo uma forma organizativa própria, construindo, mediante mobilizações sucessivas, suas territorialidades específicas, territorialidades essas construídas apartir dos modos de vida presente nesse território. Através de uma crescente autoconsciência cultural elas têm mobilizado forças para defender suas territorialidades daqueles interesses predatórios, responsáveis maiores pela devastação ambiental e, sobretudo, pelos desmatamentos e pela contaminação dos recursos hídricos. Para tanto elas desencadeiam campanhas contra os invasores que devastam os recursos naturais(ALMEIDA & JÚNIOR, 2013).

Esses projetos entram nas comunidades, contam histórias de vida das pessoas, retratam os modos de vida. Para que tenha aderência é preciso criar laços de confiança, de compreensão e de aceitação, conforme mostrou Almeida, ainda de acordo com ideia dele é importante lembrar e realçar o seguinte,

São feitos com base num processo colaborativo e participativo sendo necessária a envolvimento da comunidade. Isto implica que seja então estabelecida essa relação e diálogo contínuo com as pessoas dos bairros visados. Leva o seu tempo, semanas, meses(ALMEIDA, 2016).

Sobre o laço de compreensão e aceitação Chaves (2011) disseque,

A confiança tem de existir em ambos os lados. Quer por parte da comunidade local, quer do sujeito que auxilia a comunidade a fornecer o conhecimento tradicional e a transforma-lo em informação a ser representada em um mapa. A confiança envolve a credibilidade e a apropriação dessas informações; credibilidade por parte de quem fornece a informação e apropriação por parte do sujeito que não pertence ao grupo. O envolvimento com os atores sociais é de suma importância para dar início ao processo do mapeamento participativo além da sua continuidade e nos processos finais (p. 71).

Os mapas (mapas participativos) são representações que incluem ou excluem informação. Vão até certo ponto, não têm informações como aquela esquina é a esquina onde a comunidade se encontra aos domingos, exemplifica, apontando que são esses tipos de mapa “convencionais” que são tidos em conta quando se fazem políticas, se propõem soluções ou se traçam estratégias. Assim, este tipo de projetos, com processo participativo permite outra abordagem no próprio planejamento (ALMEIDA, 2016)¹⁰. Mesmo com a participação pública, os conteúdos e as informações podem ser omitidos, isso devido à própria realidade do lugar em estudo, a questão do medo e da insegurança é um dos motivos que influenciam na omissão de informação na hora de mapeamento.

No decorrer da nossa pesquisa percebemos que uma parte da população não mostra muito interesse pelo que acontece no seu território, preferem estar bebendo, conversando ou fazendo outras coisas de menos valia para a sua sociedade em vez de participar de uma atividade que possa ajudá-los a entender e a pensar melhor o lugar onde vivem. Porém existe uma outra parte que quer estar por dentro e se inteirar de tudo, ficou bem visível a passividade dos habitantes locais em ir atrás dos seus objetivos. Observamos que as atividades sem fins lucrativas não são abraçadas facilmente, há uma certa dificuldade em conseguir juntá-los para levar avante qualquer trabalho, por causa das divergências de ideias que são muitas.

Para Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa”. Assim é que métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como as dos SIG – Sistemas de Informação Geográfica, dos Global Positioning Systems(GPS) e do sensoriamento remoto foram adotados para a elaboração dos mapas, gerando um novo horizonte de produção e uso de tais instrumentos de

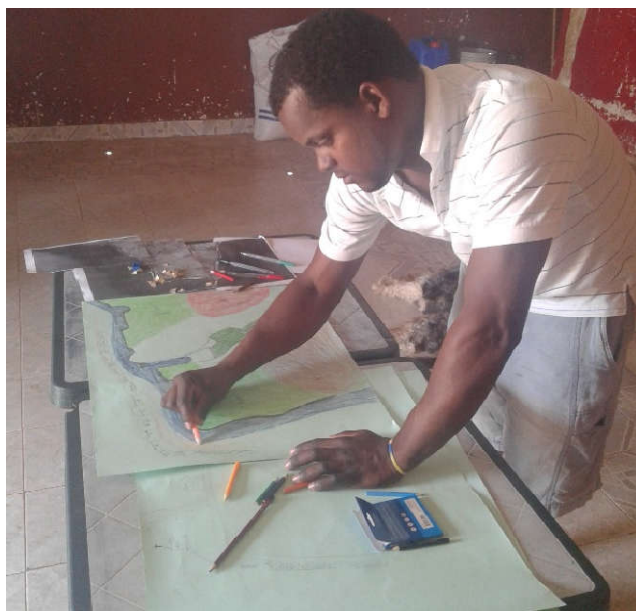
¹⁰Texto originalmente publicado na edição impressa do Expresso das Ilhas nº 749 de 06 de Abril de 2016.

representação espacial (HERLIHY; KNAPP, 2003), assim como também um novo espaço de intervenção para as referidas agências de desenvolvimento(ACSELIRAD, 2008, p. 15).

O modo de vida da população envolvida nessa cartografia ganhou vida, de forma como os participantes foram estruturando a própria vivência e o conhecimento que possuem sobre o seu território, expressando suas ideias por intermédio da percepção visual facilmente compreensível por eles. As exposições feitas pelos populares muitas vezes são ignoradas pelos técnicos capacitados, por não representarem o elemento da sua análise, mas que não fica de fora quando a cartografia é social, porque a tendência é mapear tudo o que a sociedade achar importante, sendo assim sempre aparece coisas novas e os técnicos terão que aceitar.

Ao construir a referida cartografia, percebemos muitas semelhanças com o trabalho feito por Carneiro, Viana & Pessoa (2010), em que a comunidade foi levada a mapear tudo à sua volta (as ameaças, as potencialidades, as vantagens e as desvantagens existentes e o que promove o modo de vida nos seus territórios), de forma a registrar suas percepções e observações acerca dos processos vividos no território, onde se elenca uma diversidade de fatores que impactam de forma positiva e negativa a vida.

Figura 15 – Construção do mapeamento Participativo



Fonte: Monteiro (2017).

Também utiliza-se o mapeamento participativo para uma diversidade de variedade de outros propósitos, dentre eles tem-se: mapeamento social, de saúde, de mobilidade, de

educação, de água e saneamento, agrário, prevenção de crime, calibração e correção de um censo [...], desastres, ameaças, tanto sociais quanto naturais [...], espaços de perigo e felicidade para as crianças, prestação equitativa de serviços, (CHAMBERS, 2006; McCALL, 2012a; McCALL, 2012b apud ROQUETTE, 2015).

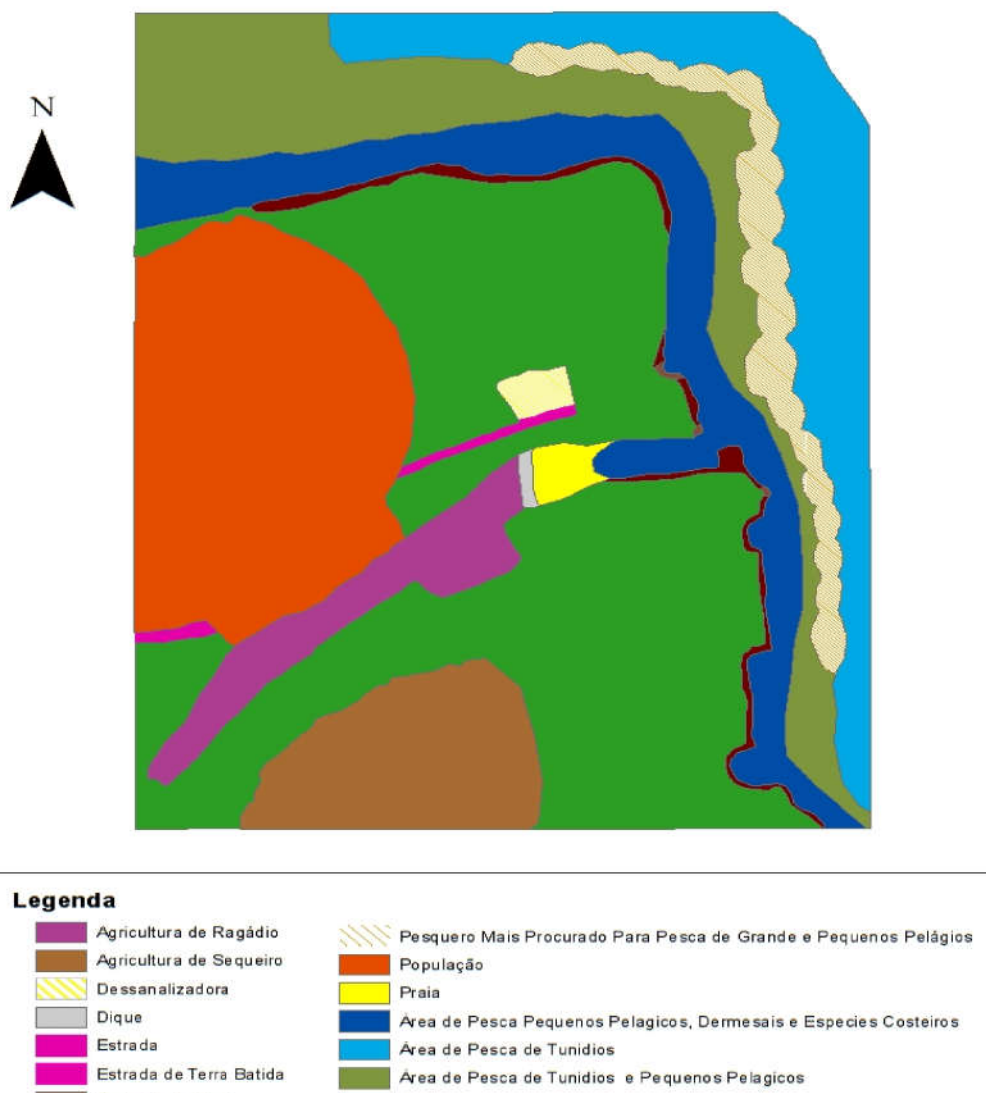
Com a cartografia social conseguimos identificar uma diversidade de elementos que contribuem para a formação do território, da territorialidade e do modo de vida, além de mapear praticamente tudo aquilo que a sociedade conhecia, mapeamos possíveis áreas de conflitos, habitações dos pescadores e todas as obras construídas pelo poder público.

Mapa2 – Mapeamento Participativo representando o ordenamento do bairro



Legenda							
	Acesso a Net		Curais		Fabrica		Praia/Porto
	Caminho		Desanlizadora		Floresta		Propriedades Agrícolas
	Campo de Futebol		Escola		Habitagões		
	Capela		Estrada Principal		Jardim		
	Comércio		Estrada de Terra Batida		Podlga		

Fonte: Monteiro (2017).



Fonte: Monteiro (2017).

No mapa número 2 estão identificados os equipamentos e as infraestruturas locais. Também conseguimos identificar os pontos mais suscetíveis de acontecer os conflitos, como é o caso do campo de futebol, a praia e o comércio. O uso de ferramentas como as técnicas de cartografia digital em associação ao sensoriamento remoto têm-se tornado de suma importância para a avaliação dos problemas ambientais e significativa para a elaboração de medidas mais eficazes de planejamento territorial. Aqui não é só a cartografia tradicional, também não se trata apenas do uso da tecnologia e da técnica, mas do conhecimento social e do senso comum ou saberes sociais (VERBICARO & SILVA, 2015).

Essa técnica da cartografia permitiu que nós passássemos a conhecer um pouco mais de uma área mal explorada e pouco aproveitada, tanto pela própria população como pelos

organismos governamentais e não governamentais. A população entra aqui por estar sem projetos e programas que visem impulsionar o seu crescimento, mas também pelo fato de ser uma localidade com um enorme carência, a nível de emprego e formação, refletindo na capacidade financeira e na qualidade de vida.

Por intermédio da cartografia social nos foi possível conhecer mais sobre os hábitos, costumes, culturas, afetividade etc. Por via dessa técnica concluímos que eles são humildes, carentes, curiosos, mas não participativos. Percebemos vários defeitos, contudo vivenciamos as suas qualidades. Nas conversas durante o processo de mapeamento verificamos que existe um enorme vazio a ser preenchido, demos conta das fraquezas do diaadia, dos sonhos e projetos, das revoltas com o sistema político, para ser mais claro passamos a conhecer um lugar com muitas histórias e cheios de potencialidades.

Além de observar a localidade e as suas dinâmicas, ou seja, de conhecer as características sociais e econômicas, conseguimos construir cartas do uso e ocupação dos territórios presentes e uma outra representando o ordenamento local, conforme mostram as figuras 16 e 17 que se seguem.

Figura16 –Ordenamento do território

Figura17 –Usos e Ocupação



Fonte: Monteiro (2017).**Fonte:** Monteiro (2017).

Ao inserirmos todos os procedimentos da cartografia social, fomos efetuar novas visitas ao campo com o intuito de confirmar as informações, com as informações confirmadas, começamos a rever as nossas abordagens e a ver com outros olhos toda a

localidade. Conversando com os populares vivenciamos e aprendemos muitas coisas, conhecemos diversos instrumentos usados, cada um com a sua história e de épocas opostas. Na comunidade ainda existe moinho feito de pedra, tina de lavar roupa de meio bidão, potes de barro, casa com cobertura de palha e bidões e elas fazem as necessidades fisiológicas ao ar livre, etc. Esta técnica permitiu explorar mais de perto o cotidiano local.

A inclusão foi uma das peças chaves para a realização desta fase, através da inclusão foi possível ter todas as partes interessadas em torno do projeto social, onde foi possível identificar aqueles capazes de influenciar na tomada de decisões. Os seus conhecimentos foram de suma importância. O conhecimento e o saber usar o conhecimento são peças fulcrais na elaboração dessa cartografia, mesmo tendo-o, mas se não usá-lo corretamente todo o trabalho corre o risco de ser uma simples narração sem trazer nada de novo e o mapa facilmente poderá não servir para praticamente nada, devido às informações introduzidas de modo incorreto.

No nosso caso a referida cartografia abarcou toda a área do recorte territorial em estudo. Por causa da sua reduzida dimensão, começamos por visitar a localidade e a conversar com as pessoas de forma informal sobre o projeto, para só depois levar adiante o mapeamento participativo. Uma conversa franca com todos os pescadores e os demais intervenientes na atividade pesqueira auxiliou na maneira desses atores sociais compreenderem mais claramente o nosso objetivo e com isso os ajudamos também a compreender melhor a formação e a dinâmica do seu território e a importância de seus conhecimentos para a realização desse trabalho.

O diálogo foi aberto ao ponto de todos entenderem a importância de não deixar nada para trás por considerarem insignificante; a clareza e o rigor tem e esteve sempre presente no decorrer da elaboração da carta social. Depois de explicar e esclarecer aos atores o seu papel, veio a hora deles colocarem na prática o que lhes foi passado, com isso chegou o momento de demarcar ou marcar o território e as territorialidades, entre essas demarcações podemos encontrar:

- Os pescadores;
- Áreas de conflitos;
- Tipos de pesca (malhadeira, curral, arrasto, com vara ou linha etc.);

- Tipos de pescados;
- Locais de pesca (esportiva, artesanal, industrial);
- Pontos de embarque e desembarque do pescado;
- Propriedade agrícolas(regadio e segueiro) e áreas de pastoreio;
- Áreas habitacionais e seus equipamentos e infraestruturas;
- Espaço de lazer.

Com a contribuição dos trabalhadores do mar e da população local, foi possível analisar a dinâmica territorial dos pescadores artesanais e da comunidade, trouxeram informações a respeito do uso do território (da pesca, agricultura e do pastoreio), através da elaboração de uma base cartográfica contendo as informações de suas territorialidades nas atividades por elas desenvolvidas, principalmente a pesca, envolvendo informações referentes às áreas de conflito, locais de maior incidência das espécies capturadas, tipos de pescados, utilizando os fundamentos da cartografia social como um instrumento de representação do uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores da comunidade envolvida.

1.40 mapeamento participativo na atividade pesqueira

Na perspectiva de Ferreira, para a realização do mapeamento participativo na atividade pesqueira, é necessário antes de tudo escolher a área e fazer o recorte do público-alvo. Buscar, recrutar e conversar com pessoas que são ligadas às atividades pesqueiras com conhecimentos dos pontos da localidade e do território de pesca por eles utilizados e criados(FERREIRA, 2016). Pois quando se trabalha nesta problemática relacionada ao mapeamento, a cartografia possui ferramentas e instrumentos fundamentais para a representação do território de uso das comunidades com a metodologia de cartografia participativa no qual a partir de sua disseminação tecnológica, tem servido de suporte para a representação do território de comunidades, sobretudo com o objetivo de posse e uso coletivo da terra e de seus recursos(FERREIRA, 2016, p. 89).

Naquilo que toca aos pesqueiros, esses pontos de pesca foram enumerados um a um pelo nome comum atribuído pelos próprios pescadores, demarcaram as distintas zonas de pesca (zona de pesca costeira “raso”, onde são pescados os pequenos pelágios e as espécies nativas, zona de pesca intermediária, podendo ser pescados tanto os pequenos pelágicos como

grandes pelágicos e a zona de pesca que ultrapassa as três milhas, que é a reserva da pesca dedicada à atividade tradicional).

Os pescadores fizeram o uso da memória e o conhecimento que possuem do espaço, tanto marítimo como terrestre na marcação dos territórios de pescas e dos pesqueiros, as referências dessas marcações podem ser os seguintes elementos: uma planta de grande porte próximo às margens, uma comunidade, uma montanha ou até mesmo a igreja situada numa elevação, tal como acontece com os pescadores da baía de Achada Ponta e do Concelho¹¹ em geral quando pescam nas diferentes direções, o monte do Pico de António e a Igreja de Renque Purga são os pontos mais visados. A própria memória já está preparada para colocar na prática toda a experiência, um dos momentos mais importante passou pela instrução e a comunicação de forma objetiva, para despertar toda sabedoria que o pescador e o restante de moradores possuem e ajudá-los a colocar isso na prática.

No processo da elaboração do mapeamento participativo, conhecemos algumas fragilidades. Apesar de já residirem ali há vários anos, ou de terem nascido no bairro, o conhecimento de muitos acerca do seu território marítimo é reduzido ou duvidoso, um tanto confuso. Ao fazer uma pergunta do tipo: “sabe os nomes e as localizações dos pesqueiros?”. Muitos responderam assim: “Na verdade esses pesqueiros existem, mas não sabemos a localização”. Eles disseram seguinte: “Os mais velhos sabem”, mas fazendo a mesma pergunta para os mais antigos a resposta é praticamente a mesma: “esses nomes e essas localizações quem poderia dizer são os mais velhos”. O problema é que a maioria desses veteranos já estão mortos. Com isso surgiram as seguintes preocupações: Será que esses pescadores não têm conhecimentos suficientes da sua área de atuação ou não querem colaborar/compartilhar; Eles estão preparados para enfrentar as dificuldades do dia a dia no mar; Não será isso um dos motivos da baixa produtividade local;

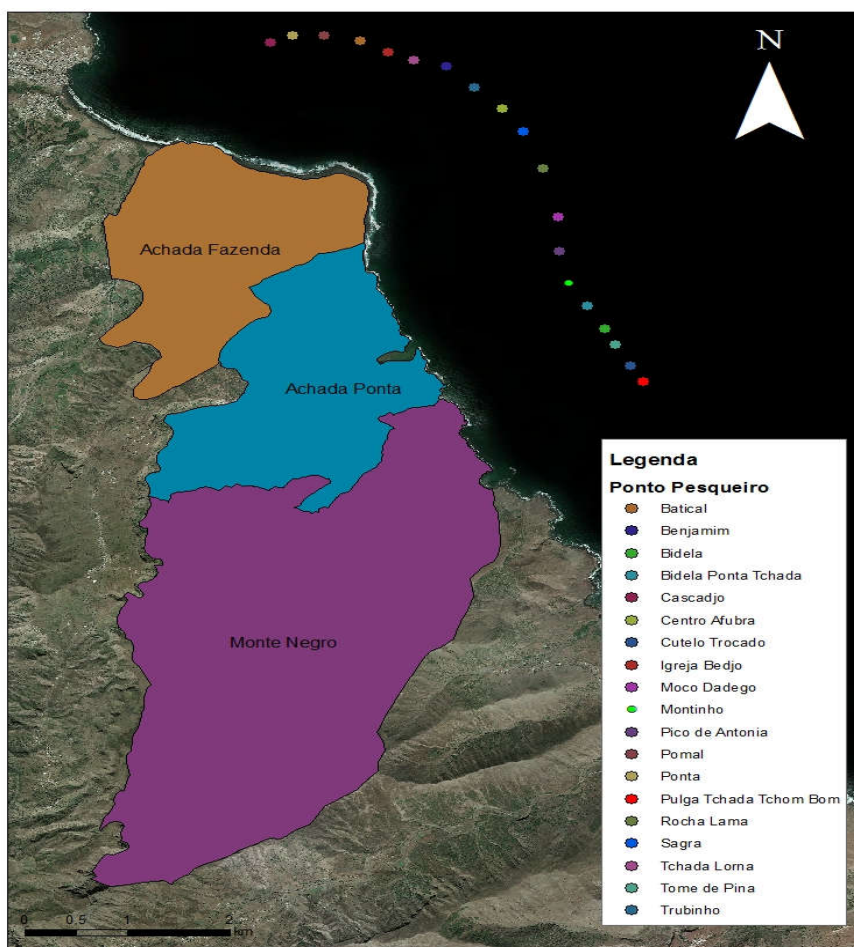
Seguindo esta metodologia, qualquer informação ou dados sobre as atividades piscatórias trarão mais meios e melhores resultados, pelo fato dos conhecimentos recolhidos estarem cheios de um saber endógeno e cultivado, passado de geração em geração, melhorando e transformando com andar dos tempos. Esses saberes passaram por um processo de reciclagem, mas nunca perderam a essência que tem andado no tempo com ele. Isso tudo auxilia, caso for bem usado, nas elaborações de planos e projetos direcionados à pesca e aos

¹¹No sistema institucional cabo-verdiano o Concelho é o mesmo que Município.

pescadores. Os dados sobre as épocas da predominância de uma determinada espécie e as mais capturadas foram levantadas por intermédio da cartografia social.

A carta que se segue é o resultado do mapeamento participativo, onde um dos objetivos era marcar os pesqueiros e as demais atividades; por intermédio dessa técnica, ficamos a conhecer muitos mais territórios de pesca, onde ficou provado que os pescadores, ou as comunidades tradicionais são ricos em conhecimento e sábios em desfrutar deles. A cartografia social nos acrescentou mais 15 (quinze) pontos em relação aos dados provenientes do DGP. Sendo assim, por essa e por outras razões, essa forma de mapear nos ajudou a conhecer e entender melhor a comunidade, os seus territórios e suas territorialidades. Na atividade pesqueira a cartografia social nos foi de grande valia, nos levando a encontrar respostas para determinados problemas.

Mapa4 – Território de pesca



Fonte: Monteiro (2017).

2. A PESCA E SUA IMPORTÂNCIA GEOGRÁFICA

A pesca sempre fez parte das culturas humanas, não só como fonte de alimento, mas também como modo de vida, fornecendo identidade a inúmeras comunidades e como objeto artístico. Contudo esta atividade tem-se desenvolvido em função de diversos fatores, dos quais se destacam o aumento da demanda pelos produtos do mar (peixe) e a redução dos seus estoques (SILVA, 2009). Ela é um dos elementos definidores da estrutura da sociedade onde se encontra inserida, não só pela importância social, cultural e simbólica mas também pelo contributo que tem nas economias (fornecendo opções de empregos) desses espaços e na formação do seu território.

De acordo com Cardoso, a questão pesqueira tem sempre permeado os estudos geográficos. Ora como objeto central, ora como pano de fundo no estudo das comunidades e áreas litorâneas ou ribeirinhas, o estudo geográfico da pesca forneceu importantes análises desse setor produtivo (CARDOSO, 2001). A pesca é uma atividade extrativa que mantém uma relação estreita com a natureza.

Os distintos nichos ecológicos, os ciclos de reprodução, a migração das espécies são influenciados pelos fatores oceanográficos e geomorfológicos, assim sendo influenciada a presença de cardumes, mas é a condição do mar e o tempo atmosférico que imprimem o ritmo e o tempo de duração dos pescadores no mar. Principalmente a pesca artesanal por ser uma atividade de baixos investimentos tecnológicos (CARDOSO, 2001). Porém também por ser praticada pelas populações com baixo nível de escolaridade, poucos instruídos e onde o capital humano é deficitário, isso também é um dos fatores que condicionam o tempo de duração da atividade e influenciam a produtividade.

Cunha (2001 apud LOTUFO et al., 2014) interpreta a pesca como uma atividade de produção estritamente humana que possibilita a aproximação entre os meios aquáticos e terrestres, facilitando o contato permanente do pescador e o seu espaço de trabalho. Sendo que os meios aquáticos comportam os processos de apropriação da natureza e o território terrestre representa os espaços da ação dos pescadores e seus familiares fora da área do trabalho. Essa prática constantemente sofre interferência direta das condições climáticas, uma atividade com articulações em um espaço tridimensional (terra-água-ar); durante a efetivação da atividade pesqueira é cultivado um conjunto de saberes que se materializam em culturas distintas, dentro de um cotidiano muito peculiar.

Os pescadores artesanais estabelecem uma relação particular com os elementos da natureza, no que refere ao processo de trabalho. Tal relação faz parte do conhecimento construído pelos pescadores, o sucesso da pescaria varia com a intensidade da interação homem/natureza, quanto maior a interação homem/natureza, maiores as possibilidades de sucesso nas pescarias, maior é o vínculo de pertencimento, o que ajuda a caracterizar a sua cultura e identidade (LOTUFO et al., 2014, p. 495-506).

O saber nativo que é repassado de geração em geração é bem presente, advém da experiência e define escolhas estratégicas que influenciam diretamente no desenvolvimento da atividade. Os locais de pesca, 'pesqueiros', em geral são definidos por marcas simbólicas, onde as marcações são feitas visualmente, tendo como pontos de referência alguns locais da superfície terrestre (uma montanha ou algo próximo da orla), podendo ser vinculadas à tradição de posse e uso do local, por parte dos usuários da pesca artesanal (FURTADO, 2008 apud LOTUFO et al., 2014).

Um contingente relativamente grande dos pescadores (as) vive no limite da pobreza. Em Cabo Verde é normal encontrarmos pescadores com pensões sociais (os com 62 anos ou mais). Os governos locais e o governo central estão sempre criando programas de apoio à pesca, mas é pertinente lembrar que esses programas não abarcam todas as localidades, por causa do baixo poder aquisitivo dessa classe. A precarização da vida reflete na fragilidade das formas de organização social e política dos pescadores, tornando-os expostos e mais vulneráveis às dinâmicas territoriais, decorrentes das decisões políticas, com externalidades que afetam suas relações grupais e ambientais, seus modos de vida e trabalho (DIEGUES, 1995; FURTADO, 2008 apud LOTUFO et al., 2014). Essa classe se torna mais vulnerável ainda pelo fato de serem menos ativos fora do seu ambiente de trabalho; depende de múltiplos fatores para que a atividade possa alcançar um nível equilibrado de exploração e de sustentabilidade. A atividade pesqueira tem sido estudada por diversos pesquisadores e instituições nacionais e internacionais, cada qual usando áreas e modalidades diferentes.

As consequências negativas das atividades pesqueiras sobre a natureza de forma gradativa a mesma, afetando e condicionando diretamente as relações socioambientais construídas nesse espaço. As diminuições dos estoques ocorrem devido à sobre pesca (exploração que ultrapassa a capacidade de reposição, o que afeta a dinâmica da renovação das espécies e faz com que os estoques percam o equilíbrio), potencializada pelo uso, na pesca industrial, de equipamentos e técnicas cada vez mais sofisticados e predatórios (MARQUES, 2001 apud LOTUFO et al., 2014).

Seguindo o mesmo raciocínio, é importante lembrar que existem vários outros fatores socioambientais que põem em risco a sobrevivência dos pescadores artesanais: desenvolvimento e crescimento da industrialização e o seu avanço sobre o território da pesca, entre elas podemos citar, os esgotos urbano-industriais, “dejetos” lançados nas águas, expansão das atividades turísticas, especulações imobiliárias, crescimento populacional, privatização dos espaços litorâneos, entre outros.

Na tentativa de organizar a atividade pesqueira a FAO organizou-a em três grupos:

- Pesca artesanal;
- Pesca industrial;
- Pesca recreativa.

A arte da pesca encontra-se intimamente ligada à cultura dos povos. Morin (2011) afirma que:

a cultura enquanto conhecimento e o conhecimento enquanto cultura são a dialética que movimenta, interage e dá sentido à vida e às práticas de pesca que, por sua vez, se refletem em saberes que permitem aos pescadores se relacionarem com o meio onde estão inseridos de maneira íntima, proporcionando a criatividade e a sabedoria (MORIN, 2011).

Para a Geografia, a localização e a orientação são peças indispensáveis. Os geógrafos têm no GPS, mapas, bússola, o suporte para a sua orientação e como auxílio na realização das suas atividades. Os pescadores também vão pelo mesmo caminho, só que neste caso o uso destes instrumentos é encontrado praticamente na pesca industrial e esportiva, visto que os que praticam a atividade de modo artesanal são munidos de conhecimentos e saber endógenos que os ajudam no momento em que a movimentação é feita; eles fazem o uso da memória e do conhecimento do território que têm a seu dispor para se orientarem e localizarem no tempo e no espaço. Os homens do mar, “pescador artesanal”, tem por referências pontos específicos situados na superfície terrestre, se acontecer um imprevisto e eles perderem a direção ou forem levados para longe da costa pela influência das marés, recorrem às estrelas – mas atenção não é uma estrela qualquer – e aproveitam da direção dos ventos para regressarem para a terra.

A Geografia tem muito a aprender com a pesca, principalmente no que tange aos saberes e conhecimentos que os pescadores possuem. A pesca aparece como um setor de atividade muito influente, tal prática pode servir e desempenhar um papel importante na (re)

inserir social, na criação do território, territorialidade e na formação do modo de vida, podemos dizer que a pesca é uma atividade modeladora da paisagem, ou seja, do meio onde encontra-se inserida.

Segundo Cardoso, verificar as dinâmicas espaciais e as questões da territorialidades na análise das pescarias traz uma dimensão pouco trabalhada pelos estudos geográficos: a dimensão marinha, oceânica e as interações terra/mar. Como alertam vários autores, estas dimensões não contemplam apenas aspectos físicos, mas revertem-se de significados sociais, econômicos e culturais. Para este mesmo autor as preocupações centrais no conhecimento geográfico são os seguintes: a relação sociedade/natureza e as dinâmicas espaciais e territoriais, geradas e geradoras desta relação (CARDOSO, 2001, p. 21).

De acordo com esta mesma fonte, para compreender melhor a relação entre a Geografia e a pesca, ou seja, entre a sociedade e a natureza, é preciso construir uma trajetória do conhecimento. Conhecimento e natureza na pesca, território e pescaria e movimento social dos pescadores. Onde essa trajetória reflete uma realidade específica do setor, em sua dinâmica e embate levado a cabo pelo segmento dos pequenos produtores pesqueiros, privilegiando na opção da análise (CARDOSO, 2001).

Ainda seguindo com as ideias dele, também chegamos à conclusão que em tempos contemporâneos a atividade pesqueira pode ser tratada como um setor produtivo que comporta questões consideradas geográficas, tais como a da relação sociedade/natureza e suas decorrentes implicações espaciais, sociais, econômicas e ambientais. Pode também ser considerada uma prática humana, que agrega sociabilidades, técnicas, culturas, representações. Com um ou outro entendimento, é um aspecto da realidade e um tema geográfico (CARDOSO, 2013).

2.1 A Pesca no Mundo

Na conferência de Roma (Roma, 19 de maio de 2014) foi exposto que hoje em dia, cada vez mais pessoas dependem da pesca e da aquicultura para a sua alimentação e rendimento, apesar disso as práticas prejudiciais e a má gestão ameaçam a sustentabilidade do setor. De acordo com a FAO, a produção pesqueira e de aquicultura a nível mundial tem aumentado, em 2004 a produção mundial de pescado representou cerca de 106 milhões de

toneladas, sendo o consumo per capita de 16,6 %, atingindo o valor mais elevado até então. Destes valores, a produção de peixes em aquicultura contribuiu com cerca de 43 % da produção total(FAO,2006). Em 2012 a produção foi de 158 milhões de toneladas, cerca de 10 milhões de toneladas a mais do que em 2010, a causa deste rápido aumento tem origem na produção da aquicultura e pequenos produtores (FAO, 2014).

O peixe já representa quase 17% do consumo de proteína no mundo – chegando aos 70 % em alguns países costeiros e insulares. A FAO estima que a pesca e a aquicultura são o sustento de 10 a 12% da população mundial. O emprego no setor teve um crescimento muito rápido, chegando a empregar cerca de 60 milhões de pessoas em 2012, 84% na Ásia e cerca de 10% em África.Em 2012 a produção mundial de pesca de captura manteve-se estável em cerca de 80 milhões de toneladas (FAO, 2014).





De acordo com as informações da FAO o mundo tem aumentado a produção pesqueira ano após ano, mas a produção hoje é questionada pelo fato de estar ocorrendo uma exploração excessiva dos recursos haliêuticos. Os líderes do ranque mundial na exploração excessiva são os asiáticos e a China é o país com o índice de produtividade maior; o Brasil ocupa a posição 19^o no que diz respeito à produção total de pescado, 25^o na pesca extrativa e 17^o na prática de aquicultura, conforme mostram os quadros seguintes (ACEB, 2014).

Os dados sobre a pesca tanto a nível nacional como internacional estão sendo subestimados, isso porque uma boa parte da produção não é relatada nas estatísticas, por falta de acompanhamento e pela omissão de dados por parte de alguns países.

Para Dr. Pauly, os dados sobre pesca são incompletos, apenas uma parte é relatada pelos países, considerando as capturas legais e ilegais. "Na década de 1980, foram capturados 140 milhões de toneladas em todo o mundo. O dado oficial é de 80 milhões. Vários tipos de pescas não são reportadas", revelou. Citando os exemplos dos Estados Unidos, Canadá e Rússia, que não informam as capturas que fazem no Ártico ou no Vietnã. Dr. Pauly estima que aproximadamente metade dos dados da África não são relatados. "Isso tudo depende da política dos países", observou (Brasília, 2015)¹².



¹² Disponível em:<brasil.oceana.org/imprensa/...a.../dados-sobre-pesca-sao-subestimados-diz-especialista>. Acesso em: 07 jul. 2016.

Quadro1 –Ranking mundial em toneladas, produção total de pescado (2010)

1 ^o	 China	63.495.197	37,69%
2 ^o	 Indonésia	11.662.343	6,93%
3 ^o	 Índia	9.348.063	5,55%
19 ^o	 Brasil	1.264.765	0,75%

Fonte: Primeiro anuário Brasileiro de pesca e aquicultura, 2014

Quadro2-Ranking mundial em toneladas, pesca extrativa (2010)

10	 China	15.665.587	17,50%
20	 Indonésia	5.384.418	6,02
30	 Índia	4.694.970	5,25
250	 Brasil	785.366	0.80

Fonte: Primeiro anuário Brasileiro de pesca e aquicultura, 2014

Quadro3-Ranking mundial em toneladas, aquicultura (2010)

1 ^o	 China	47.829.610	60,59%
2 ^o	 Indonésia	6.277.925	60,59%
3 ^o	 Índia	4.653.093	5,85%
17 ^o	 Brasil	479.399	0,61%

Fonte: Primeiro anuário Brasileiro de pesca e aquicultura, 2014

2.2 Pesca em África

A pesca na África é responsável por mais de 80% dos postos de trabalho e em todo mundo tem uma porcentagem considerável na balança comercial, aparecendo tanto de forma direta como indireta. Nas regiões costeiras da África Ocidental a pesca artesanal é de suma importância para as atividades transformadoras que abastecem os mercados locais. Silva sublinhou que na região subsaariana, a FAO mostrou que tal prática assegura 80% do produto pesqueiro destinado a consumo humano. Ainda na África Oeste, a pesca artesanal, desempenha papel considerável no melhoramento da oferta dos seus produtos aos mercados internacionais remunerados (GOEREZ, 2008 apud SILVA, 2009).

Os recursos haliêuticos são de suma importância para a sustentabilidade da pesca e dos pescadores. A pesca artesanal representa, aproximadamente, metade das receitas dos países como a Mauritânia e o Senegal, no caso do último país, 30% da exportação está vinculada à pesca (ANON, 2002 apud SILVA, 2009). A pesca tradicional em África encontra-se além de um instrumento de luta contra a pobreza, contudo é uma atividade de caráter vital para as populações, que no plano econômico, quer a nível de emprego, é a base de alimentação e a segurança alimentar (SILVA, 2009).

2.3 A Pesca em Cabo Verde

A ilha de Cabo Verde fica situada no coração do Atlântico, compreende uma zona econômica exclusiva (ZEE) de aproximadamente 734.265 km², com uma plataforma continental de 5.394 km² com 2.000km da costa e de um potencial de recurso marinho estimado em 45.000 toneladas/ano (SANTOS, 2005). Sendo a ilha de origem vulcânica apresenta muitas ondulações tanto na superfície terrestre como nas profundezas do oceano e os relevos marítimos segundo Cardoso E.S (2001) é uma das variantes que interfere diretamente na atividade pesqueira.

Logo após a independência nacional, dada a vasta extensão do mar em torno do arquipélago, a pesca passou a ser considerada como um setor estratégico de desenvolvimento de Cabo Verde. Seguiram-se iniciativas importantes, tais como o estabelecimento do limite das águas territoriais (Lei nº 14/75 de 13 de Dezembro), estabelecimento dos limites do mar territorial, águas arquipelágicas e da ZEE (Decreto-Lei nº 126/77 de 31 de Dezembro; Lei nº 60/IV/92, de 21 de Dezembro), tratado sobre a delimitação da fronteira marítima entre Cabo Verde e o Senegal (Resolução nº 29/IV/93 de 16 de Julho).

Após ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Lei nº 17/III/87), foi produzido um vasto corpo de diplomas normativos, entre os quais destaca-se a primeira lei-quadro em matéria de aproveitamento dos recursos haliêuticos: o Decreto-Lei nº 17/87, assim como Decreto nº 97/87, que define normas para a execução de certas disposições do Decreto-Lei nº 17/87. O Decreto-Lei nº 53/ 2005 de 8 de Agosto veio revogar e substituir o Decreto-Lei nº 17/87, definindo os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos, designadamente as normas de acesso aos referidos recursos e de planificação da sua gestão, assim, a fiscalização do exercício da pesca e das atividades conexas são com base nos seguintes princípios:

- Princípio da responsabilidade ou da pesca responsável; princípio de aproximação cautelosa ou de precaução, traduzido na adoção de medidas cautelares de gestão; princípio de equidade intergeracional; princípio de igualdade e não discriminação.

O Decreto-lei define também os mecanismos de gestão e integra os seguintes âmbitos:

- Tipos de atividades pesqueiras; requerimentos necessários para a pesca relativamente a planos de gestão com capacidade para estabelecer regulações; estabelecimento do Conselho Nacional das Pescas; requerimentos, condições e procedimentos a aplicar assim como a suspensão de licenças de pesca; proteção dos recursos

marinhos; investigação técnica e científica no setor; monetorização controle, autorizações e poderes; regulação e estabelecimento de acordos com terceiros países.

O Decreto-lei estabelece ainda as zonas marítimas, faz a distinção entre os diferentes tipos de pesca e cria as bases para a regulação e o licenciamento do exercício desta atividade (SILVA, 2013; MARTINS, 2009; 2010).

Em fevereiro de 2005 entrou em vigor o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, implementado sob a responsabilidade da Direção Geral das Pescas e apoiado cientificamente pela investigação haliêutica realizada e em curso no Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (MARTINS, 2009; 2010).

A administração das pescas está hoje inserida no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. Constata-se que as atribuições dos departamentos e instituições afetos às pescas poucos se alteraram ao longo das sucessivas remodelações ocorridas nos ministérios de tutela. O departamento responsável pela administração das pescas é a Direção Geral das Pescas (DGP) à qual estão cometidas atribuições de concepção, coordenação e execução das políticas das pescas e dos recursos marinhos.

Várias instituições intervêm na fiscalização, além da DGP: a Direção Geral da Marinha e Portos que estabelece medidas de prevenção contra a depredação dos patrimônios aquáticos e subaquáticos e que, através das Capitânias dos Portos, supervisiona a inscrição marítima e faz o policiamento e fiscalização das praias e zonas costeiras; e a Guarda Costeira Nacional participa regularmente com a Direção Geral das Pescas em ações de patrulha e fiscalização da ZEE. Sob a tutela do Ministro da Alimentação, Agricultura e Pescas, encontra-se ainda o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), que tem competências específicas nas áreas de investigação haliêutica, na promoção do desenvolvimento das pescas, nos estudos e projetos e na aquicultura. O Fundo de Desenvolvimento das Pescas (FDP) intervêm através da concessão de incentivos à realização de projetos e empreendimentos que visem o desenvolvimento das Pescas (MAOT, 2012).

Essas instituições governamentais em cooperação com as Organizações não Governamentais e as Associações locais como, a **Associação Ambiental Caretta em Santa Cruz ea Fundação Maio Biodiversidade**, são referências na proteção das Tartarugas marinhas ao longo das respectivas áreas de atuação. Trabalham intensamente o ano todo em prol dessa espécie considerada em via de extinção, acompanham o desovamento, fazem a marcação dos ninhos e monitoram esses ninhos até as tartarugas começarem a emergir na superfície e depois os lançam ao mar em segurança.

No território nacional, integram o Sistema de Gestão Pesqueira a Direção Geral das Pescas, como órgão de Administração Pesqueira, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, no pilar da Investigação Haliêutica, e os mais diversos órgãos de Fiscalização Direção Geral das Pescas, Instituto Marítimo Portuário, Guarda Costeira, Polícia Marítima (MARTINS, 2009; 2010).

Em Cabo Verde assim como no resto do mundo praticam os três tipos de pesca, a artesanal, pesca industrial e pesca recreativa. Tal atividade começou a ser praticada desde bem cedo no país, que além de ser banhado pelo oceano (oceano Atlântico), o primeiro assentamento da população foi feito no litoral (1462, Cidade Velha), onde o povo tinha um contato direto e intenso com o mar, tempos depois começou a criação instantânea do atual capital do país (Cidade de Praia) também muito perto do mar, o que de certa forma mostra o interesse em permanecer perto do oceano mesmo correndo riscos de sofrer ataques dos piratas.

Com a abolição da escravatura a cidade continuou crescendo e expandindo sempre, privilegiando os espaços próximos ao mar, já com novos moradores, homens livres da escravatura, mas presos pelo sistema colonialista tiveram quase que obrigatoriamente ocupar essas áreas. Os investimentos feitos sobre o litoral contribuíram para que anos mais tarde construíssem aquele que hoje é considerado como um dos melhores e o maior porto de pesca do país.

A exploração dos recursos haliêuticos é considerada uma atividade estratégica para o desenvolvimento econômico, sendo Cabo Verde um país relativamente novo, essa prática chegou às Ilhas no início do século XV, com a chegada dos ditos descobridores (primeiros colonos) e conseqüentemente com o povoamento. É de referir que, em Cabo Verde, esse setor (da pesca) vive perante ameaças e constrangimentos, todavia apresenta potencialidades que se forem aproveitadas de maneira mais correta e passar por uma gestão eficaz e eficiente melhoraria com certeza a condição da economia cabo-verdiana e melhoraria a qualidade de vida do público alvo, principalmente dos operadores do setor da pesca (proprietários, pescadores e comerciantes).

Os discursos políticos e as suas ações e falta de interesse para o setor da pesca e das demais atividades que compõem o setor básico, praticamente todo o discurso e os planos de desenvolvimento estão direcionados para o turismo e a especulação imobiliária. Não é que isso não é bom para o país, mas a materialização dos projetos voltados para essas atividades

tem trazido a exclusão social e contribuído para surgimento e crescimento dos bairros instantâneos (Bairro de Boa Esperança na ilha de Boa Vista, Alta Santa Cruz na ilha do Sal, Alto da Gloria e Jamaica na ilha de Santiago), além disso nos últimos anos tem aumento o território de prostituição próximos aos empreendimentos turísticos. O baixo investimento feita na pesca artesanal está contribuindo de forma direta para a diminuição dos efetivos dessa prática, o esforço no mar não tem sido compensado com pescaria capaz de manter muitos pescadores trabalhando no ramo, por isso muitos trocam a pesca por outras atividades, alguns até vão se aventurar fora do país.

Nos discursos políticos até parece que a pesca não é contemplada no orçamento do Estado, os investimentos diretos (estrangeiros ou nacionais) recaem quase que exclusivamente no setor dos serviços (aproximadamente 90%), tudo porque os sucessivos governos não estimulam os investidores a investir neste ramo da economia, que é descrito por muitos como o principal vetor de desenvolvimento de Cabo Verde. Todavia pouco tem sido feito para que essa potencialidade se transforme numa realidade, talvez tudo isto seja um jogo político para manter a maioria dos cabo-verdianos com um baixo nível econômico, para poderem controlar melhor os eleitores. Os programas de carisma sociais levado a cabo pelos governantes em nada têm ajudado as comunidades de pesca artesanal, porque eles continuam no limites de subsistência e cada vez mais pescadores têm abandonado a pesca.

Na maioria das zonas onde predomina a pesca tradicional os mestres da costa deparam com grande dificuldades em termos de disponibilidades dos insumos, estão mal preparados e treinados, muitos já perderam a vida por causa da falta de meios de comunicação e presença de fiscalizadores. O investimento em tecnologia de comunicação já deveria acontecer há um bom tempo, a política em torno desta prática tem sido deficitária e pouco desequilibrada. O atual contexto político¹³ tem desvalorizado a pesca, agricultura e a criação de gado. Essas carências fazem com que os trabalhos sejam executados na maioria das vezes de modo artesanal.

A atividade pesqueira em Cabo Verde desenvolveu-se, ao longo do tempo, de maneira lenta e nos moldes artesanais, havendo sempre predominância da pesca extrativa. A exploração de recursos pesqueiros foi feita, inicialmente, para garantir a subsistência dos

¹³ - A política em Cabo Verde tem sido livre e democrática, da independência, em 1975, não registrou um único golpe ou tentativa de golpe estado, uma referência na África Ocidental, na política de boa governança e gestão do território. As eleições são livres mas nem sempre justas e há alternância regularmente dos partidos no poder. Em Cabo Verde ocorrem três eleições de quatro em quatro anos (legislativas, presidenciais e autárquicas) e existem 22 círculos eleitorais.

pequenos centros pesqueiros. Atualmente, o setor pesqueiro além de abastecer o mercado interno consegue gerar excedentes exportáveis(VARELA, 2015, p. 33).

Ao longo do espaço marítimo pertencente às ilhas e em particular o Concelho de Santa Cruz pode-se encontrar várias pequenas baías onde predominam a pesca artesanal, mas a atividade industrial encontra-se quase sempre presente, em consequência da própria modernização local e da pesca artesanal, esse com intuito de corresponder ao aumento da procura. A pesca artesanal das ilhas deixou de ser aquela atividade que dependia totalmente da arte, da cultura e do conhecimento próprio do território marítimo para ter o auxílio das novas tecnologias (GPS), além da previsão do tempo feita pelo Instituto Nacional de Metodologia e Geofísica(INMGF)também houve a introdução de novos instrumentos com mais resistência, por exemplo: redes e anzóis modernos incluindo iscas artificiais. Contudo uma pequena frota contém esses materiais.

Segundo o Ministério de Ambiente e Ordenamento de Território (2012), num projeto intitulado PANA II que decorreu de 2004-2014,as zonas costeiras constituem um recurso ambiental a preservar dado ao seu papel muito importante no processo do desenvolvimento, pois os maiores aglomerados populacionais concentram-se nelas ou próximas delas (cerca de 80 % da população vive nessas zonas).

No território cabo-verdiano são praticados algumas modalidades da pesca artesanal, classificados de acordo com o tipo de apetrechos usados, elas estão organizadas segundo PANA II nessa ordem:

- Pescaria artesanal de linha de mão de peixes tunídeos e demersais;
- Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco;
- Pescaria artesanal de emalhar de pequenos pelágicos;
- Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia;
- Pescaria artesanal de lagostas costeiras, búzio e demersais de mergulho.

Porém há presença da pesca industrial¹⁴ e pesca estrangeira. A pesca industrial é representada por:

- Pescaria industrial de linha/vara de tunídeos e afins;
- Pescaria industrial de cerco de pequenos pelágicos;
- Pescaria industrial de covos de lagosta de profundidade.

¹⁴ Consultar os boletins estatísticos da INE e INDP (2014 e 2016).

E a pesca estrangeira opera com base em acordos ou contratos de pesca com a UE, Japão e Senegal etc. Os navios licenciados são caneiros, cercadores e palangreiros e as espécies alvo visadas são principalmente os tunídeos e os tubarões(MAOT, 2012, p. 11-20).

Na zona pesqueira de A.P (Achada Ponta) a modalidade mais praticada é pesca artesanal de linha de mão, de peixes tunídeos e demersais; e pesca artesanal de emalhar de pequenos pelágicos, mas no país e no Concelho em si podemos encontrar todas as modalidades apontadas pelo PANA II(Boletim Estatístico, 2009-2012).Os instrumentos da pesca mais procurados e utilizados são as linhas, cana e anzol, redes, para a pesca de superfície e ao longo da costa; na atividade de mergulho(pesca submarina)a caça é geralmente feita com o auxílio de garrafas de oxigênio como meio de conseguirem a respiração artificial. Há ainda a utilização do arpão, físga, ganchos, facas tridentes, vareta e espingarda de caça submarina. As principais espécies alvo são os peixes demersais e os grandes pelágicos. Na pesca submarina são igualmente alvos importantes as lagostas costeiras e os polvos (MAOT, 2012).

Na tentativa de analisar a territorialidade dos pescadores da zona pesqueira de A.P (Concelho de Santa Cruz), tornou-se necessário identificar a influência do Governo e de outras entidades, sobretudo a da própria organização dos pescadores sobre as mesmas, através do estabelecimento de políticas públicas para a pesca em geral. Sendo assim, torna-se de extrema relevância verificar quais as instituições mais importantes na elaboração e execução da política pesqueira no país em geral e em particular a área de estudo.

A preocupação com a gestão do meio ambiente levou ao desencadeamento de diversas abordagens para tentar reverter o uso indiscriminado e predatório dos recursos naturais diversos. Assim sendo, observa-se o envolvimento dos órgãos de fiscalização, controle e monitoramento, como por exemplo, o IBAMA (no Brasil), INDP, PANA II e MIEM, DGP, no caso de Cabo Verde e o FAO a nível internacional, são algumas das instituições a quem compete a fiscalização e a gerência dos recursos naturais no território cabo-verdiano e não só como a prática pesqueira. Numa situação em que ocorre a falta de uma política pública eficiente, cuja elaboração é da competência do Estado, as organizações sociais não-governamentais tendem a se formar para tentar ir ao encontro dessa gente e ocupar o lugar que deveria ser ocupado pelo Estado, tentando melhorar assim o seu contexto social¹⁵.

¹⁵Cabo Verde situava-se em 122º lugar, entre 187 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, em 2014. A esperança média de vida, estimada em 71 anos, é a mais elevada de toda a África Subsariana. A mortalidade na infância caiu de 26 por 1.000 nados vivos, em 2007, para 15, em 2011. A taxa de mortalidade materna caiu de 36 por 100.000 natos-vivos em 2006, para 26, em 2011. Em 2011, 94% das crianças com menos de um ano de idade tinham a imunização completa e a percentagem de população que habita

No caso da baía de Achada Ponta, a presença das entidades não é constante, o que reflete também a nível regional e até mesmo nacional, impactando assim de forma direta no modo de vida e nas técnicas pesqueiras dessa região onde predomina a pesca artesanal. Neste trabalho, mais a frente, será feito um pequeno estudo sobre uma das instituições responsável pela pesca no país, podendo assim trazer informações acerca da sua importância no estudo de pesca artesanal no país e no Concelho e sobretudo da área de estudo. Porém, a priori será caracterizada a prática artesanal na era atual e os principais tipos de pescas praticadas no território cabo-verdiano, mas debruçando principalmente aos tipos de pesca praticados no Concelho de Santa Cruz.

A Unep¹⁶(2003) considera a pesca como sendo uma das atividades mais antigas que os habitantes da costa têm desenvolvido de forma tradicional e que para essas regiões costeiras constitui em muitos casos, a sua principal fonte de proteína e de renda. Sendo assim, a proteção dos recursos pesqueiros ganha importância e influencia o desenvolvimento destas regiões. Para que se obtenha um manejo adequado, é necessária a compreensão dos fatores que controlam a produção, sejam estes de caráter ambiental, tecnológico, econômico, social ou institucional. Tais informações são geralmente escassas em países em vias de desenvolvimento (UNEP, 2003), como a maioria dos países da África, sobretudo Cabo Verde. Os recursos pesqueiros são muito importantes, visto que dispõem de uso múltiplo, servindo como fonte de proteína e conseqüentemente como fonte de renda, contudo a atividade pesqueira artesanal não tem recebido das entidades responsáveis o seu real valor pelo papel que desempenha. É muito comum encontrar em Cabo Verde áreas de pesca artesanal largada à própria sorte, apesar da existência de N instituições voltadas para este setor, de existirem também projetos e discussões com foco na pesca, porém essas duas últimas andam na velocidade de tartaruga. As pequenas baías são áreas aparentemente esquecidas sendo os próprios pescadores e outros atores sociais ali presentes os que mais intervêm para o equilíbrio dos seus espaços de atuação.

A pesca é uma atividade que tem feito parte da história dos homens desde há muito tempo, talvez uma das causas da sedentarização humana, ela tem um envolvimento muito grande com a cultura a arte e a religião. Por ser uma atividade muito antiga encontramos na

a menos de meia hora de um centro de saúde, atingiu os 86%. Do mesmo modo, os resultados da educação colocam Cabo Verde no topo dos países da África Subsaariana. A taxa de literacia adulta está calculada em 87%, embora haja ainda disparidades entre homens e mulheres (WOLDBANK, 2016).

¹⁶ Para mais informação consultar: www.Unep.org/annualreport/2003/AR-2003

Bíblia Sagrada algum texto falando desta atividade. Esses são alguns trechos que provam a antiguidade da prática presente no livro sagrado,

(...) os pescadores gemerão todos os que lançam anzol ao Nilo, e desfalecerão os que estendem rede sobre as águas (ISAÍAS, 19:6). (...) quando acabou de Falar, disse a Simão: faze-te ao largo e lançai as vossas redes para a pesca (LUCAS, 5:2).

A atividade ofereceu ao homem a arte de conhecer a natureza, através dela passamos a conhecer mais sobre a variação climática. Os pescadores usam a lua para classificar o período que a atividade é mais produtiva, classificando-o da seguinte forma: de ótima – lua cheia, boa – lua minguante e regular – lua crescente. Em Cabo Verde existem até mitos que prevêm ano de fartura (muita chuva) com a abundância de uma determinada espécie. Tal atividade tem sofrido várias transformações ao longo do tempo, quer a nível econômico como também a nível político. Essas mudanças encontram-se relacionadas às políticas públicas no setor que repercute no processo produtivo dessa atividade (FURTADO, 1985).

O volume das exportações obteve um aumento significativo a partir de 2004, fornecendo cerca de 65% do total da produção pesqueira destinado ao consumo, e os peixes são consumidos quase sempre de forma fresca. A pesca é exercida numa zona econômica exclusiva que possui um potencial considerável no crescimento, apesar da plataforma continental do país ser pequena. O potencial haliêutico ronda os 45.000 toneladas e apenas uma parte do mesmo vem sendo explorado por uma frota nacional (artesanal e industrial) e estrangeira. Entretanto, certas espécies, nomeadamente a lagosta, foram diagnosticadas como plenamente exploradas (FAO, 2012-2016, p. 14).

Entretanto, o setor desde sempre vem confrontando-se com várias limitações, em diferentes áreas, cada qual com o seu grau de dificuldade; no país as infraestruturas são inadequadas, temos grandes contingentes de pescadores com baixos níveis de escolaridade, o acesso ao crédito é limitado, fraca capacidade institucional, deficiente controle e vigilância da ZEE. Para alavancar o desenvolvimento da pesca os desafios passam pelas melhorias das infraestruturas existentes e construção de outras para suprimir a falta que várias localidades têm sentido, com isso impulsionar o aumento das capturas, investir na transformação dos produtos da pesca e implementação de mecanismos institucionais para uma melhor gestão dos recursos haliêuticos (FAO, 2012-2016).

A produção pesqueira nacional desenvolve por meio de dois sistemas de produção distintas, que podem ser caracterizadas pela tecnologia utilizada, em artesanal por atuarem sobre o litoral e usar pequenas embarcações e tecnologias rudimentares e de caráter de autossustentabilidade, contudo existe a pesca artificial/industrial, praticada geralmente por embarcações de maiores dimensões que dispõem de tecnologias variadas associadas às atividades industriais (BAPTISTA, 2005, p. 28). As tecnologias são a base da diferenciação e classificação dos diferentes tipos da prática pesqueira, refletem também na quantidade e qualidade do produto da pesca. Mesmo não sendo a mais lucrativa e mais produtiva, a pesca artesanal é a que oferece melhor qualidade do produto por colocar à disposição dos consumidores produtos frescos e oferecerem número de emprego maior em relação ao seu concorrente.

O setor da pesca artesanal tem grande tradição em todas as ilhas, representa uma fonte importante de emprego e é uma das principais bases produtivas e eixo de desenvolvimento. O seu papel social e na economia do país tem sido mais importante do que o refletido pela sua participação no PIB. A nível deste setor operam pescadores exclusivos e também pescadores de tempo parcial que provêm de outros ramos de atividade. A pesca artesanal constitui muitas vezes uma alternativa durante os maus anos agrícolas. Apesar de empregar muitas pessoas e de ser considerada como a maior fonte de proteína animal consumida no país, podemos considerá-lo como um dos ramos da atividade econômica menos desenvolvida e a que carece de mais e melhores investimentos dos que já feitos no setor e os seus trabalhadores são os que apresentam maiores dificuldades quando ao auto-sustento.

De acordo com a INDP(2012), o setor das pescas em julho e agosto de 2011 empregava, somente nas fileiras de produção e da comercialização, um total de 5748 pessoas, sendo 3717 pescadores de pesca artesanal, 1080 de pesca industrial/semi-industrial e 987 vendedoras de pescado (INDP, 2012).

A arte de pesca com linha de mão, a mais antiga de todas as praticadas em Cabo Verde, é comum a todas as comunidades piscatórias do arquipélago [...] a grande maioria (aproximadamente 93%) dos pescadores das comunidades piscatórias do país utilizam a linha de mão, sendo esta pesca a que tem maior representatividade na pesca artesanal, tanto em termos de esforço, como em termos de capturas (MAOT, 2012).

O uso da linha representa uma alternativa à falta de outros instrumentos mais sofisticados e com maior índice de lucro (rede), essa técnica depende da capacidade física e psicológica do pescador e do conhecimento que ele possui dos pesqueiros, porque exige muita

calma e muito envolvimento com si e com o meio. Essa técnica inclui diferentes métodos de pesca: linhas de mão sem ou com cana marítima ou vardasca, linhas fixas, linhas fundeadas ou apoitadas e linhas rebocadas ou de corrico (MAOT, 2012).

É predominante a arte de pesca com anzol e linha em todas as localidades onde praticam essa arte de extrair da natureza esse bem de consumo (peixe). Porém utiliza-se as redes, espinhel e garrafas, a pesca com anzol e linha de mão são os principais apetrechos usados em muitas comunidades pesqueiras do país e aparece como sendo a arte de pesca mais antiga praticada em Cabo Verde. É comum em todas as comunidades pesqueiras do arquipélago, representando 63% da captura artesanal e 93% do esforço da pesca artesanal. As embarcações mais utilizadas na pesca artesanal são de pequenas dimensões, feitas à base de madeira, movidos a remo e à vela, são vulneráveis por serem abertos (boca aberta) e com reduzida autonomia no mar, nomeadamente para atuar em pesqueiros distantes. É uma atividade essencialmente costeira (INDP, 2010). Em 2016 ela passou a ser responsável por 80% de captura e 94% e o esforço atingiu os 94% (INDP, 2016).

A pesca é uma das atividades econômicas com maior índice de empregabilidade no país, podendo ser diretamente ou indiretamente, ao par da agricultura e o turismo, e no Concelho de Santa Cruz só é ultrapassado pelo setor agrícola. Para alguns pesquisadores e instituições a atividade pesqueira tem aumentado de produtividade, contudo a pesca artesanal tem refletido uma outra realidade, a produção vem diminuindo e os esforços feitos pelos pescadores não têm sido compensado. Muitas vezes o resultado de um dia de trabalho não chega nem para cobrir as despesas (isto na pesca costeira, até 3 milhas), os estoques costeiros estão diminuindo e conseqüentemente aumenta a hora de estadia no mar. A baixa produtividade vem atrelada às condições rudimentares e às insuficiências das infraestruturas de apoio.

O período de maior abundância normalmente coincide com a queda do preço no mercado e dos rendimentos, em contrapartida nas épocas menos abundantes os preços aumentam, apesar disso a tradicionalidade e a rudimentaridade das embarcações fazem com que a pesca artesanal costeira não tenha muito lucro. É nessa época do ano (novembro/fevereiro) que o mar fica mais agitado e dificulta bastante a movimentação das embarcações de pequenas dimensões.

As políticas adoptadas neste setor não têm sido eficientes, se considerarmos as condições em que esta atividade é praticada e as dificuldades que enfrentam. O tipo e as estruturas das embarcações utilizadas, a segurança dos pescadores no mar, o funcionamento

das entidades, INDP, DGP, Câmara Municipal e MDR (Ministério de Desenvolvimento Rural), a formação dos pescadores, os equipamentos utilizados, são alguns dos elementos que demonstram a pouca eficácia deste setor em Cabo Verde e no Concelho de Santa Cruz.

O Desenvolvimento deste setor passa por alternativas traçadas a médio e longo prazo, de modo a permitir melhoria em termos de captura e da produtividade. Nesta perspectiva, consideramos ser fundamental a tomada de um conjunto de medidas, como a reabilitação do centro de pescada em diferentes partes do arquipélago e construção de novas infraestruturas, bem como dar formações para essa classe, dentro dessas formações podemos citar a segurança do pescador no mar; o papel e funcionamento das instituições ligadas a essa prática; como usar os equipamentos de localização dos cardumes e de orientação, como fazer gelo e conservar os produtos e gerir os seus lucros, etc.

Podendo assim contribuir para aumentar a produção do gelo e melhorar a conservação e transformação do pescado, assim como a sua gerência nas mãos dos pescadores e a construção de cais de pesca por exemplo em Santa Cruz. Juntamos a essas medidas, as facilidades no acesso a créditos aos pescadores, de forma a reforçar o financiamento da reparação e aquisição das embarcações e a aquisição dos acessórios de pesca. É muito importante a realização de fóruns e debates sobre a situação da pesca nos Concelhos, com a participação do INDP, DGP, Universidades e associações locais, e a presença dos próprios pescadores, e a Câmara Municipal, isso vem a ser uma das medidas eficazes que contribuirá para o desenvolvimento do setor, baseado num diagnóstico crítico da situação existente, contando com a presença de todos os interessados.

As espécies-alvo (pesca artesanal) são a albacora ea serra que predominam nas capturas, os peixes demersais: garoupa, moreias, salmonetes, esmoregal, sargos e chicharro. A estratégia de pesca consiste em geral em alternar a pesca de tunídeos e demersais. Em algumas zonas, existe um potencial de demersais passíveis de ser explorado, mas noutras zonas os indícios de sobreexploração são evidentes. No entanto, quanto aos tunídeos, existe um potencial disponível (INDP; DGP, 2005). Em geral a divisão é feita da seguinte forma: estes grupos compreendem os grandes pelágicos, os pequenos pelágicos, os peixes demersais, os crustáceos e outros recursos.

No grupo dos grandes pelágicos oceânicos são incluídos os tunídeos e espécies afins, cujas principais espécies presentes são a albacora (*Thunnus albacares*), o gaiado (*Katsuwonus pelamis*), o patudo (*Thunnus obesus*), a merma (*Euthynnus alleteratus*), o judeu (*Auxisthazard*) e o serra ou ilhéu (*Acanthocybium solandri*). Neste grupo inclui-se, também, o lobo ou dourado (*Coryphaena hippurus*) e as espécies de bico (*Istiophoridae*, *Xiphiidae*). Para

as outras espécies de tunídeos e grandes pelágicos oceânicos, o potencial é desconhecido. Apenas para o caso do serra foram realizados estudos pontuais sobre a sua biologia.

No grupo de pequenos pelágicos incluem-se as seguintes espécies: arenque ou sardinha (*Sardinella maderensis*), bonito (*Caranx crysos*), cavala preta (*Decapterus macarellus*), cavala branca (*Decapterus punctatus*), chicharro (*Selar crumenophthalmus*), dobrada (*Spicara melanurus*), pampo ou corcovado (*Selene dorsalis*) e voador (*Exocoetidae*).

No final de cada pescaria o produto é dividido seguindo o seguinte critério: na pesca artesanal, a repartição do rendimento segue os seguintes critérios: i) **Botes** – retiradas as despesas (combustível, materiais de pesca e isco), o remanescente é repartido em partes iguais, remunerando a embarcação, o motor, a rede e a cada membro da tripulação; ii) **Barcos de 11 m** – retiradas as despesas, o remanescente é repartido em duas partes iguais, sendo 50% destinado à embarcação e os restantes 50% repartidos em partes iguais aos tripulantes (marinheiros).

Esta prática é visível em quase todo o território a nível da pesca artesanal e não dista muito da prática da sub-região africana nesta matéria. O rendimento proveniente das capturas é destinado à reposição dos materiais de pesca, manutenção familiar e uma parte para a bebedeira “grogue/cachaça”, contribuindo para que o alcoolismo nas comunidades piscatórias, atinja níveis muito elevados, chegando alguns pescadores a caírem na miséria total, prejudicando as suas atividades e pondo em risco a saúde e a própria vida (VARELA, 2013, p. 62). Em Cabo Verde um número muito grande dos pescadores são consumidores frequentes do álcool e do tabaco, tornando essa classe uma das classes sociais mais frágeis e propícias de acontecer problemas psicológicos.

Posto isto, passamos à caracterização da pesca artesanal em suas diferentes modalidades, baseando nos boletins estáticos da INDP (2005, 2006, 2007, 2014 e 2016) e o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II).

2.3.1 Pescaria artesanal de linha de mão de peixes tunídeos e demersais

É considerada a arte de pesca mais antiga praticada em Cabo Verde, responsável por 80 % da captura e 94 % do esforço na pesca artesanal. É efetuada por botes de boca aberta de 3 a 9 m de comprimento e motor fora de borda, mas um grande número dessas embarcações são movidas à vela ou a remo. As espécies alvo são albacora e serra que predominam nas capturas e as espécies demersais como garoupa (*Cephalopholis taeniops*), moreias (Muraenidae), salmonetes (*Pseudupeneus prayensis*, *Mullus surmuletus*), esmoregal (*Seriola*

dumerili), sargos (*Diplodus sp. Lithognathus sp.*) e chicharro (*Selar crumenophthalmus*). A estratégia de pesca consiste normalmente em alternar a pesca de tunídeos com a de demersais.

O objetivo da pescaria artesanal de linha de mão para tunídeos e demersais é definido como sendo: uma pescaria desenvolvida de forma cautelosa, a níveis sustentáveis, em especial no que respeita ao controle do esforço de pesca, visando à manutenção do emprego nas comunidades piscatórias a um nível sustentável e o abastecimento do mercado local.

São definidas as seguintes medidas de gestão:

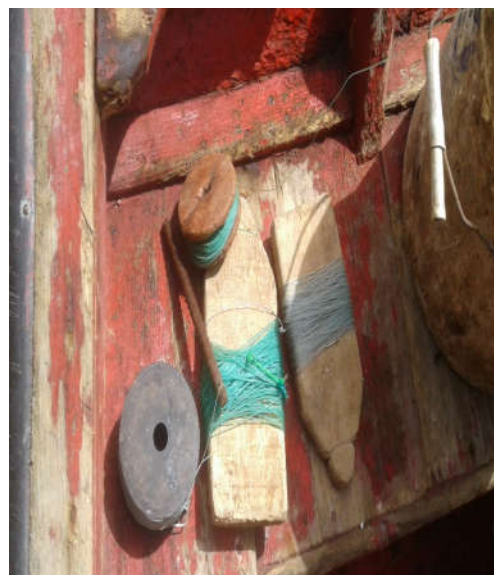
a) Estabelecimento em 27 cm o tamanho (comprimento furcal) mínimo de captura e comercialização de garoupa (*Cephalopholis taeniops*) e sargo de areia (*Lithognathus mormyrus*); e

b) Reserva de uma zona exclusiva para a pesca artesanal no interior das 3 milhas náuticas (INDP; DGP, 2016).

Figura 18 – Botes movidos a remo e a vela



Figura 19 – Linha de mão



Fonte: Monteiro (2017). **Fonte:** Monteiro (2017).

2.3.2 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco

Foi introduzida em Cabo Verde através de alguns projetos de apoio à pesca artesanal, tendo contribuído para redução de pesca com explosivos. Depois de uma expansão houve uma diminuição do número de redes de cerco na pesca artesanal. As embarcações que utilizam esta

arte têm entre 9 e 10 m de comprimento e motor fora de borda. As espécies alvo são: cavala preta e chicharro, podendo ainda aparecer nas capturas cavala branca (*Decapterus punctatus*) e pequenos tunídeos (merma, judeu e gaiado). O objetivo da pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco é definido como sendo: Uma pescaria desenvolvida cautelosamente, a níveis sustentáveis, proporcionando a manutenção do emprego nas comunidades piscatórias e o abastecimento do mercado local, contribuindo para a segurança alimentar.

São definidas as seguintes medidas de gestão para a pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco:

- a) Estabelecimento de reserva da pescaria a embarcações nacionais;
- b) Controle do esforço de pesca e da frota de pesca artesanal, designadamente através de licenças de pesca;
- c) Estabelecimento de um período de defeso de 15 de julho a 14 de setembro, para a cavala preta;
- d) Estabelecimento do tamanho mínimo de 20 cm de comprimento furcal da cavala preta a ser capturado e comercializado;
- e) Estabelecimento de um período de defeso de 15 de junho a 14 de julho, para o chicharro;
- f) Estabelecimento do tamanho mínimo de 16 cm de comprimento furcal do chicharro a ser capturado e comercializado; e
- g) Manutenção do tamanho mínimo para isco em 6 cm.

2.3.3 Pescaria artesanal de emalhar de pequenos pelágicos

Trata-se de um engenho de pesca seletivo no que se refere à espécie alvo e à malhagem. O número de redes vem vindo a expandir-se, representando atualmente um pouco mais de 50% do número total de redes, contra apenas cerca de 15% em 1990. A principal espécie-alvo é a dobrada (*Spicara melanurus*) que representa em média 69% das capturas nos três últimos anos, a maioria realizada na Ilha de Santiago. O objetivo da pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de emalhar é definido como sendo uma pescaria desenvolvida de forma cautelosa, a níveis sustentáveis, visando a manutenção do emprego nas comunidades de pescadores artesanais e o abastecimento do mercado local.

São definidas as seguintes medidas de gestão para a pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de emalhar:

- a) Controle do esforço de pesca através de licenças de pesca;
- b) Fixação do tamanho mínimo de captura e comercialização da dobrada em 17 cm de comprimento furcal; e
- c) Fixação do tamanho mínimo de lado da malha das redes em 30 mm.

2.3.4 Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia

É uma arte de pesca muito antiga, desde sempre praticada na captura de isco. O número de redes encontra-se em diminuição. As espécies alvo são o chicharro, que é dominante nas capturas, a dobrada, o arenque (*Sardinella maderensis*) e a cavala branca. Embora se saiba que uma parte das capturas é constituída por juvenis, não se conhecem dados detalhados. Para além da sua utilização como isco, uma parte das capturas é destinada ao auto consumo e à comercialização local.

O objetivo da pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de arrasto de praia é definido como sendo uma pescaria mantida a um nível de exploração que não ponha em causa a estabilidade em geral dos recursos alvo, comuns a outras pescarias, adequadamente acompanhada, contribuindo para o fornecimento de isco a outras pescarias. São definidas as seguintes medidas de gestão:

- a) Congelamento do número de redes de arrasto de praia na pescaria, em 23 unidades;
- b) Controle da entrada no país de matéria-prima dedicada à confecção desse engenho; e
- c) Manutenção do tamanho mínimo para isco em 6 cm.

2.3.5 Pescaria artesanal de lagostas costeiras, búzio e demersais de mergulho

É uma pesca que desenvolveu-se com a demanda do turismo, tendo como espécies alvo lagostas costeiras, búzio cabra, peixes demersais, polvos e chocos. A pesca de mergulho é realizada por 2-4 pescadores apoiados por um bote, podendo as capturas semanais de lagostas atingir 70-80 kg. Existem fortes indícios de sobreexploração de lagostas costeiras em todas as ilhas do arquipélago, evidenciada pela redução do comprimento médio dos exemplares capturados, bem como pela redução tendencialmente acentuada do tamanho de primeira

maturação sexual, com conseqüente redução das capturas. Indícios semelhantes manifestam-se em relação ao búzio cabra através da redução do comprimento médio dos exemplares capturados, diminuição dos níveis de abundância e o aumento da profundidade de captura que passou dos 5-10m para 20m ou mais.

O objetivo específico é formulado como sendo umapescaria regulada, mantida a um nível de exploração sustentável, adequadamente acompanhada, fazendo usode métodos de mergulho sem recurso à respiração artificial e a outros métodos alternativos de pesca.

São definidas as seguintes medidas de gestão:

- a) Estabelecimento para as lagostas costeiras, de um período de defeso, de 1 de maio a 31 de outubro, sendo expressamente proibida a sua captura, posse, detenção ou comercialização, durante esse período, exceto se for provado que a sua posse data de período anterior.
- b) Estabelecimento da proibição de captura, posse, detenção ou comercialização, de exemplares delagostas costeiras de tamanho igual ou inferior a 9 cm de comprimento da carapaça;
- c) Proibição da captura, posse, detenção ou comercialização de fêmeas ovadas;
- d) Estabelecimento de reserva da pescaria para os nacionais;
- e) Proibição de uso de meios autônomos de respiração artificial;
- f) Proibição de uso de dragas;
- g) Proibição de uso de redes de emalhar.

2.4Distribuição espacial de botes da pesca artesanal

No último relatório sobre a frota de pescaartesanal, industrial e semi-industrial realizado no ano de 2011, em Cabo verde, foram recenseados 70 portos, sete a menos que em 2005, verificando uma diminuição de 8%, num total de 97 portos, a maioria na ilha de Santiago. Foram recenseados 3717 pescadores, 1239 embarcações e 987 peixeiras, conforme mostra o quadro (não foram contemplados todos os portos). Em relação aos pescadores e às embarcações houve aumentos significativos, os pescadores passaram de 3108 para 3717, enquanto que as embarcações aumentaram 20% (1036-1239). A idade média dos botes varia entre 8 e 13 anos e dos pescadores de 37 a 42 anos (INDP, 2011).

Quadro 4 – Dados sobre a pesca artesanal

ILHAS	PORTOS	PESCADOR	EMBARCAÇÃO
Santiago	27	1479 – 40%	493 – 40%
Santo Antão	8	372 – 10%	124 – 10%
Fogo	9	327 – 9%	109 – 9%
Maio	7	204 – 5%	68 – 5%
Boa Vista	2	183 – 5%	61 – 5%
São Nicolau	5	240 – 6%	80 – 6%
Sal	5	360 – 10%	120 – 10%
São Vicente	4	279 – 8%	93 – 8%
Brava	3	272 – 7%	91 – 7%
Santa Luzia	Desabitada	Desabitada	Desabitada
Total	70	3717 – 100%	1239 - 100%

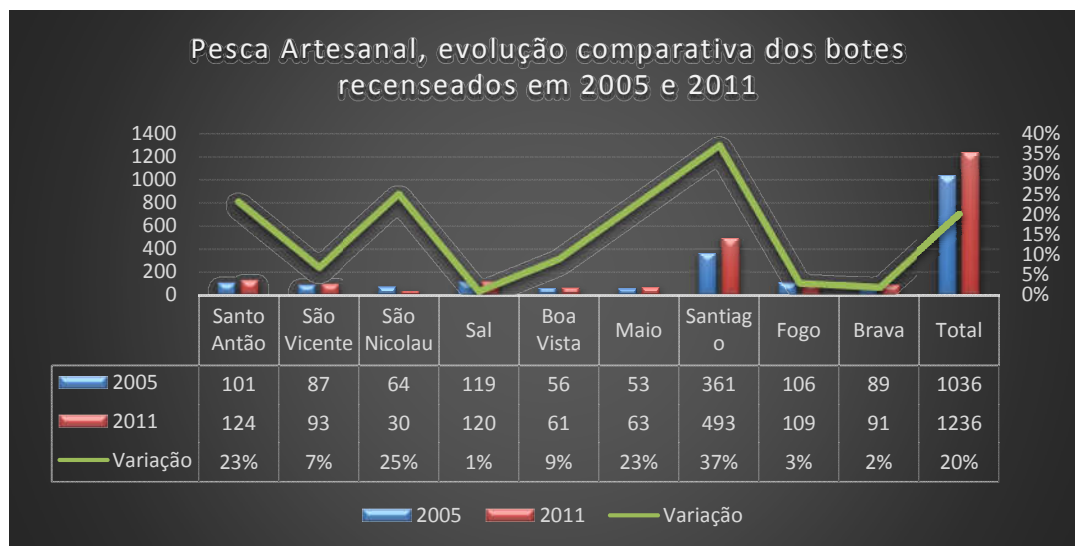
Fonte: INDP (2012).

Quadro5 – Total dos portos por ilhas sem amostragens

Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boa Vista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Santa Luzia	Total
12	4	6	4	4	9	33	18	7	0	97

Fonte: INDP, (2012).

Gráfico1–Pesca artesanal, evolução comparativa do total de botes recenseados em 2005 e 2011



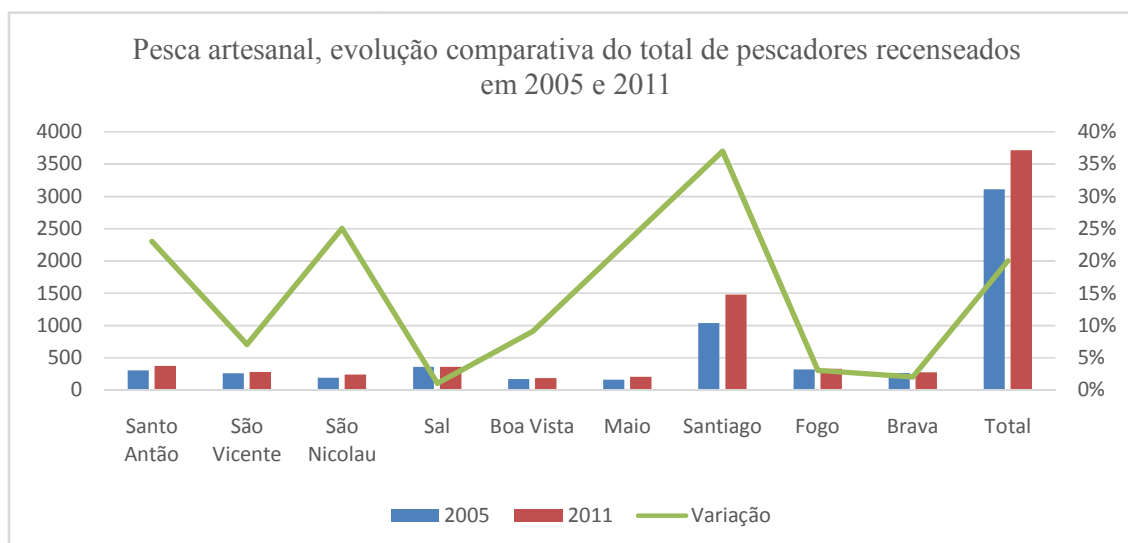
Fonte:Censo Geral da Frota de Pesca Artesanal e Industrial/Semi-Industrial, ano de 2011.Versão final julho/12 (INDP, 2012).

Quadro 6 - Pesca artesanal, evolução comparativa do total de pescadores recenseados em 2005 e 2011

Ilhas	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boa Vista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total
2005	303	261	192	357	168	159	1033	318	267	3108
2011	372	279	240	360	183	204	1479	327	273	3717
Variação	23%	7%	25%	1%	9%	23%	37%	3%	2%	20%

Fonte:INDP,(2012).

Gráfico 2 – Pesca artesanal, evolução comparativa do total de pescadores recenseados em 2005 e 2011



Fonte:Censo Geral da Frota de Pesca Artesanal e Industrial/Semi-Industrial ano de 2011.Versão final julho/12 (INDP, 2012).

Apesar do ligeiro aumento dos números dos pescadores, que aconteceu de 2005 a 2011, atingindo 20% em termos de variação, a realidade nos mostra outra evolução. Na década de 1990 o país chegou a ter cerca de 6.000 homens pescadores, mas no final dos anos 90 houve um decréscimo que continuou no início do ano 2000, essa diminuição inclui pescadores tempo parcial e tempo inteiro, contudo teve um ligeiro aumento de 2005 até 2011, conforme mostra o gráfico número três (3).

Gráfico3 – Evolução dos pescadores de 1990 - 2008



Fonte: Lux-Development (2013).

Hoje o país enfrenta um grave problema sobretudo pelo fato dos recursos haliêuticos estarem diminuindo nas nossas águas, com isso a renda dos pescadores e dos investidores estão sofrendo com este impasse, o nosso mar já não é o que era antes. Muitas vezes as embarcações regressam para a terra sem pescado, ou com uma quantidade reduzida de peixe que mal dá para cobrir as despesas das viagens. Os pescadores artesanais costeiros são os mais prejudicados, isso porque as embarcações por eles utilizadas são de pequenas dimensões, com pouca autonomia no mar, movido na maioria das vezes pela força física (remo) ou à vela, e a legislação cabo-verdiana não permite que eles pesquem além de 3 milhas náuticas. Na costa os recursos marinhos estão se escasseando dia após dia, a falta do pescado nessas áreas pode estar relacionada com a mudança climática, contudo o Acordo de Pesca¹⁷ feito entre Cabo Verde e países estrangeiros pode estar na base de toda esta crise.

¹⁷ - www.asemana.publ.cv - www.minpesca-gw.org > legislação - www.oceanpress.info > cms > redes-sociais - <https://africa21digetal.com> > 2013/11/22

As frotas estrangeiras extraem do nosso mar milhões de toneladas de pescado por ano, tanto nos termos legais como de forma ilegal, praticamente toda a nossa ZEE está entregue aos Acordos de Pesca que têm contribuído claramente para a diminuição dos recursos haliêuticos nas nossas águas e pondo algumas espécies em risco de extinção, devido à prática predatória e sem controle que acontece nos mares nacionais. As diferentes espécies vêm diminuindo ao longo da costa e complicando assim a vida dos que vivem da pescaria, além das influências dos acordos e das mudanças climáticas, essa classe artesanal vê o seu trabalho condicionado pelas políticas criadas internamente, como a delimitação da zona de atuação; preferência pelo sector dos serviços; épocas do defeso; proibição de mergulho com apoio de oxigênio artificial até um certo ponto.

Toda a pesca artesanal ao longo da costa encontra-se sob ameaças constantes, os nacionais estão sendo limitados enquanto que os estrangeiros recebem a prioridade, isso não só na atividade pesqueira, essa preferência tem acontecido em diferentes ramos da economia nacional. Muitas espécies que deveriam ou estão incluídas na lista dos animais marinhos protegidos ou em via de extinção, sofrem constantemente com a caça ilegal, pondo em risco a biodiversidade aquática das águas territoriais. Outra dificuldade enfrentada por essa classe tem a ver com a falta da oportunidade de transporte dos pescados, a conserva e a ineficácia do controle e da fiscalização da ZEE do arquipélago. Consoante o exposto é pertinente citar a leitura feita pelo DGP, no seu Plano de Gestão dos Recursos das Pescas (2016 - 2020):

O stock-alvo está fortemente explorado a nível do Atlântico devido às altas pressões de pesca exercidas pelos países que partilham o stock e pelas frotas estrangeiras que pescam na região. O fato da fiscalização nacional ser pouco actuante não ajuda na atenuação do problema. Para além disso, a pesca estrangeira legal e ilegal entra em concorrência com a frota nacional na captura deste recurso.

A investigação não faz o acompanhamento desejável em relação à pescaria, o que dificulta a obtenção de conhecimentos suficientes sobre a situação do stock e da pescaria a nível da nossa ZEE e não facilita a proposta de medidas de gestão a nível nacional. Constata-se que mesmo a nível estatístico o acompanhamento da frota é deficiente, não existindo dados separados para a pescaria, dificultando uma análise da situação da pescaria.

A administração e a fiscalização não fazem o acompanhamento/controlado desejável para a pescaria. A frota nacional apresenta uma baixa produtividade devido ao mau estado técnico de conservação e ao fato que os métodos de pesca utilizados são muito dependentes da captura do isco, recurso pouco disponível no país. Os hábitos de pesca dos nacionais, pouco inclinados a uma visão mais produtiva da frota e a reduzida disponibilidade dos meios de conservação, bem como os preços considerados elevados pelos armadores pioram a situação.

Esta frota não aproveita também de forma devida as possibilidades de pesca oferecida pelos acordos, em particular no que concerne o acordo com o Senegal, talvez porque as condições técnicas, de mercado e de acesso ao crédito não a permitem. Isso é agravado pelo fato que alguns dos acordos não beneficiaram de uma reodinamização por parte das administrações pesqueiras dos países implicados. A reduzida capacidade financeira dos armadores é outro problema importante da

pescaria, que é agravado pela deficiente organização de associações da classe dos operadores para ultrapassar os seus constrangimentos.

As dificuldades de comercialização interna, ligados aos preços reduzidos do mercado e a reduzida diversificação da indústria de transformação e do consumo, complicam a situação. A nível externo os problemas de comercialização são ainda maiores, devido à reduzida capacidade em abastecer o mercado com as quantidades desejáveis, à irregularidade, à reduzida fiabilidade e ao elevado preço das vias aéreas e marítimas(DGP, 2016-2020, p. 69-70).

Aqui está claro que os governantes não estão fazendo um bom uso da verba proveniente dos acordos da pesca, sobretudo do acordo com a União Europeia. Esses problemas poderiam ser menos impactantes e percebidos se as leis saíssem do papel, ou seja, se muitas coisas que são escritas e acordadas fossem cumpridas, ou pelo menos metade delas, a nossa realidade (cotidiano dos pescadores) seria bem diferente. Os direitos territoriais dos pescadores cabo-verdianos não estão sendo respeitados e nem valorizados, os seus direitos territoriais estão sendo transferidos para os capitais estrangeiros, devido à fraca participação do estado e aumento das frotas estrangeiras, frutos dos acordos de pescas.

O Acordo de Pesca entre Cabo Verde e a União Europeia é um exemplo disso, o primeiro acordo data de 12 de Janeiro de 1990, emitido pelo Decreto-Lei n.º 23/91 de 4 de abril no B.O n.º 13 (DGP). Desde então os protocolos têm sido renovados. Numa publicação feita pelo jornal ASEMANA, no dia 30 de Agosto de 2014, veio ao público o seguinte: com o novo acordo rubricado a União Europeia passa a pagar ao país 550 mil euros (em torno de 59.915.370.63 escudos CVE) nos dois primeiros anos e 500 mil euros nos dois seguintes. Totalizando 2.100 milhões e 100 mil euros (228.107.692.31 escudos CVE) durante os quatro de vigência do protocolo. Encaixando mais 360 mil euros em relação ao pacto anterior que era de 435 mil euros anuais.

Segundo a mesma fonte, metade da renda proveniente do acordo tem como destino promover uma gestão sustentável das pescas no país, bem como reforçar as capacidades de controle e vigilância e apoiar as comunidades de pesca (FAO, 2012; ASEMANA, 2014). É de referir que nem todas as comunidades estão sendo beneficiadas porque há um abandono muito grande das comunidades locais, muitas embarcações sem qualidade de ir ao mar, falta de materiais nos comércios, falta de gelo em várias localidades, diminuição dos estoks, pescadores mal preparados e com carências de equipamentos. A pergunta que fica é: onde está sendo investida toda essa quantia? Qual o futuro da pesca perante essa situação de abandono? Porque não estão investindo na pesca se existe verba para isto? Qual objetivo e a meta do governo em relação à pesca artesanal no arquipélago?

2.5 Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

O INDP foi criado no início da década de 1990 (1992), visando regulamentar o Decreto lei nº 33/92, de 16 de Abril e é a instituição vocacionada para a investigação e o desenvolvimento do setor da pesca. A função dela foi reforçada com a elaboração do Programa de Investigação Haliêutica, cujas linhas gerais foram estabelecidas em 1994 com a assistência técnica do projeto FAO/GCP/CVI/028/NET.

Na sequência do percurso histórico, a existência do INDP como Instituto Público, pode ser justificada pelas seguintes razões:

a) – O INDP é um organismo nacional responsável pela implementação de grandes variáveis da política nacional para o setor das pescas;

b) – Designadamente cabe ao INDP executar o grosso dos projetos enquadrados nos planos de desenvolvimento e nos programas que o governo traça de forma anual e plurianual para o setor das pescas;

c) – Grande é o volume de investimentos realizados no setor por intermédio do INDP;

d)–Cabe ao INDP¹⁸ promover periódica e sistematicamente a avaliação biológica, física, química e econômica de um componente de recursos naturais de que o país dispõe, que são recursos marinhos vivos;

e)–Cabe a essa Instituição a importante tarefa de concepção de modelos, estabelecimentos de propriedades e critérios, recolha, tratamento e divulgação de informação estatística sobre o setor;

f) – São responsáveis pela preparação de recomendações e propostas, técnica e cientificamente fundamentais, atualizáveis, de medidas de gestão dos recursos do mar, de forma a contribuir para a melhoria de segurança alimentar (...), a adequação de técnicas e tecnologias de produção, a preservação do ecossistema marinho e a melhoria das condições econômicas e sociais dos operadores e demais agentes da pesca;

g) – Por intermédio dos acordos e protocolos diretos de cooperação, o INDP tem proporcionado, a um nível relativamente elevado, a realização de importantes cruzeiros de

¹⁸ - www.indp.cv/faolex.fao.org > docs > pdf > cvi8280 (Decreto Regulamentar nº 123/92 de 16 de Novembro)

investigação de recursos marinhos e diagnósticos socioeconômicos com intercâmbio de informações e de experiências com entidades nacionais e estrangeiras;

h) – É através dos recursos dessa instituição que o (ISECMAR) conseguiu levar avante um importante projeto que é o de ministrar um curso superior de Biologia Marinha e Pesca, além do curso de Planejamento e Gestão dos Transportes Marítimos e especialização dos profissionais da pesca (...);

i) – O INDP gere um orçamento operativo compatível ao de muitas Câmaras Municipais e tem a particularidade das suas atividades serem de carácter nacional. Também servem como elo de ligação entre as instituições e as diversas classes socioeconômicas do sector.

3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 Cabo Verde e suas características socioambientais

Situado ao largo da costa ocidental da África, entre as latitudes 14° 50'N e 17° 20'N e a longitudes 22° 40'W e 25° 30'W, a 455 km da Costa Ocidental Africana (VARELA E. d., 2015). Mas tem autores que apontam para outra distância e outras coordenadas geográficas (ALVES et al., 1979) 500 km do continente africano, entre as latitudes de 17° 30' e 15°00' Norte e as longitudes 22° 30' e 25° 30' Oeste. Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas, das quais uma é desabitada. O país tem cerca de 500.000 habitantes. Apenas 10% do seu território está classificado como terra arável e o país dispõe de limitados recursos minerais. O clima árido e o terreno montanhoso que poderiam condicionar o desenvolvimento das Ilhas de Cabo Verde não estão sendo obstáculo ao processo de crescimento e desenvolvimento, uma vez que a presença da indústria do turismo assumiu o processo do progresso nacional. Para além de encorajar o turismo, o governo está fazendo esforços para transformar as ilhas num centro de comércio e de transportes (WOLDBANK, 2016).

O arquipélago dispõe de nove meses de estação seca e três meses de estação úmida, mesmo na estação úmida a chuva é irregular e caprichosa, influenciando toda a economia e refletindo nas condições de vida das famílias. A temperatura máxima varia entre 25⁰c e 30⁰c e a mínima encontra-se entre os 25⁰c e 19⁰c, os ventos mais constantes são o vento Alísios que sopram de Nordeste e o Harmattam sopra de Leste e a Monção sopra de SSW, dependendo das

frentes intertropicais responsáveis pela pluviosidade das ilhas e a temperatura do mar é ótima durante quase todo o ano, variando entre 20^oc e 25^oc.

O meio natural apresenta um desequilíbrio ecológico originado pela degradação da estrutura dos solos e a remoção da cobertura vegetal. A conjugação da seca, a erosão eólica e hídrica e a pressão dos homens e do gado têm provocado impacto severo sobre as potencialidades dos recursos naturais e sobre sua exploração. A escassez dos recursos naturais disponíveis leva a considerar como primordial e urgente as ações preconizadas com vista à sua preservação e sua exploração racional. O país possui uma diversidade do patrimônio natural diversificado em relação à fauna e à flora e da biodiversidade marinha [...]. Os efeitos da mudança climática já se fazem sentir em toda parte, o país tem sido afetado por secas cíclicas que têm representado ameaças à agricultura e à segurança alimentar das populações, particularmente as mais vulneráveis. Mas têm ocorrido chuvas intensas provocando cheias e inundações, resultando em perdas materiais e imateriais. Assim, esses impactos potenciais devem ser considerados em qualquer política de desenvolvimento sustentável (FAO, 2012-2016, p. 17).

A vegetação natural de Cabo Verde é muito escassa devido, essencialmente, a três fatores: os períodos de seca prolongados, os ventos secos que sopram do deserto e o uso de técnicas ineficazes no aproveitamento e distribuição de água.

A única espécie vegetal sobrevivente da época das descobertas é o dragoeiro, cuja maior concentração se situa em São Nicolau, Brava e Santa Antão. Têm sido levados a cabo programas para proteger as espécies endêmicas e de reflorestamento em vários pontos do país. As principais espécies animais existentes são marinhas ou aves migratórias. Estima-se em 75 o número das espécies de aves raras que habitam, sobretudo, os ilhéus protegidos como reservas naturais. As tartarugas também são visitantes assíduas. No interior da Ilha de Santiago existe uma pequena comunidade de babuínos¹⁹.

As características climáticas são responsáveis na formação de microclimas e de áreas de proteção existentes nas ilhas. O arquipélago possui 43 áreas protegidas, dividido em cinco (5) categorias.

- 4-Considerado reserva natural integrada;
- 15- Reserva natural;
- 9 - Parques Naturais;
- 10 - Área protegida;

¹⁹-(<http://viajar.sapo.cv/viva-cabo-verde/geografia/geografia-de-cabo-verde>, visitado 12/10/2016.11h-34m)

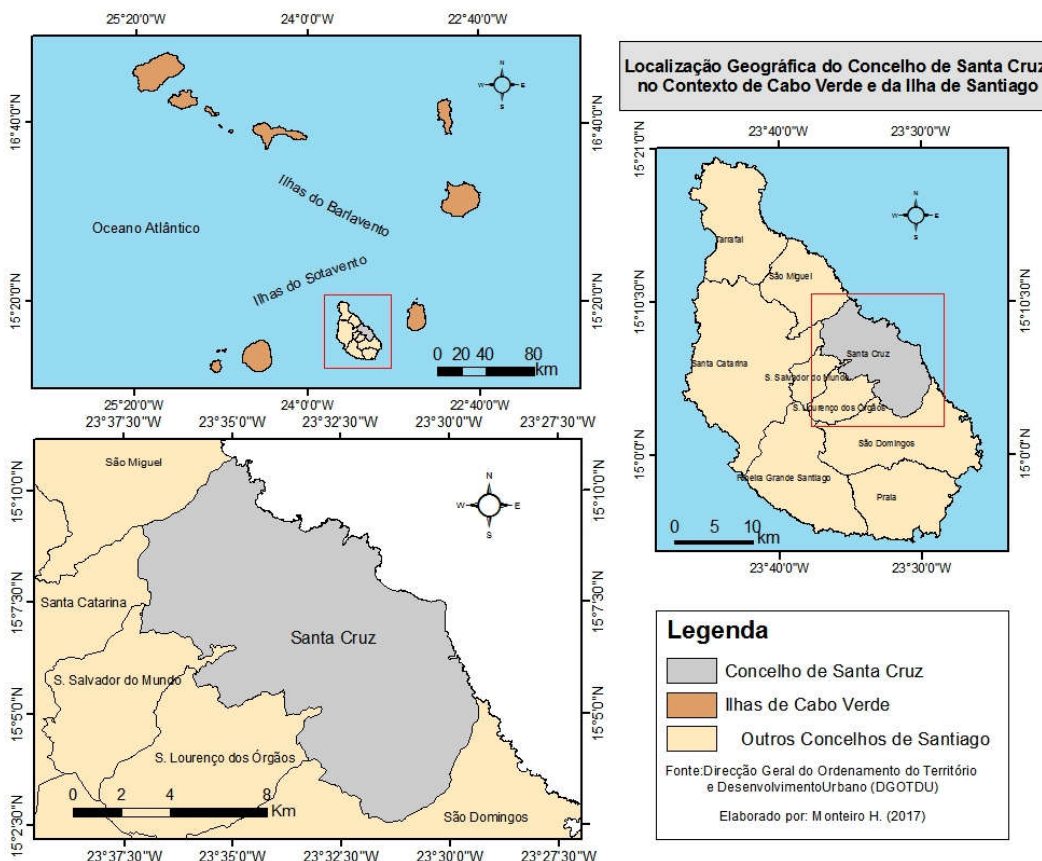
- 5 - Monumentos naturais;

3.2Conhecendo o Concelho de Santa Cruz

Santa Cruz fica localizada na zona Leste da Ilha de Santiago, aproximadamente entre 15° 05 e 15° 11 de latitude norte e entre os meridianos 23° 38° e 23° 30° de longitude Greenwich.O Concelho faz fronteira com outros 5 Concelhos.Localizado na parte leste da Ilha de Santiago, o município de Santa Cruz é um dos novemunicípios da Ilha (Santiago), cobrindo uma superfície total de 150 Km² , dos 991 km² que constituem a sua superfície total. Faz fronteira a Noroeste com o Conselho de S. Miguel, a Oeste com Santa Catarina, a Sudoeste com São Lourenço dos Órgãos e São Salvador do Mundo, a Sul com São Domingos e a Leste com o mar (INE, 2010).

O município de Santa Cruz, com sede na Vila de Pedra Badejo, foi criado em 1971 pela desanexação de duas freguesias do Concelho da Praia, pelo Decreto-Lei nº 108/71, de 29 de Março, com o objetivo de responder às exigências de ordem comercial e produtiva a nível da agricultura e pesca, permitindo, assim, um rápido escoamento de produtos. A autarquia local começou a dar os seus primeiros passos ainda muito antes da independência do país(VARELA, 2007). Em 2010 a vila de Pedra Badejo ganhou o título de Cidade. O Concelho dispõe de uma superfície de 150 Km² e tem cerca de 32.000 habitantes. Onde aproximadamente 60% são jovens(INE, 2010).Nessa região deparamos com os três setores de atividade (primária, secundária e terciária), predominando o setor primário, onde a pesca encontra-se inserida. Sendo as localidades situadas no litoral as mais influentes em termos socioeconômicos, sociais e culturais, isso porque são áreas com mais população por quilômetro quadrado.

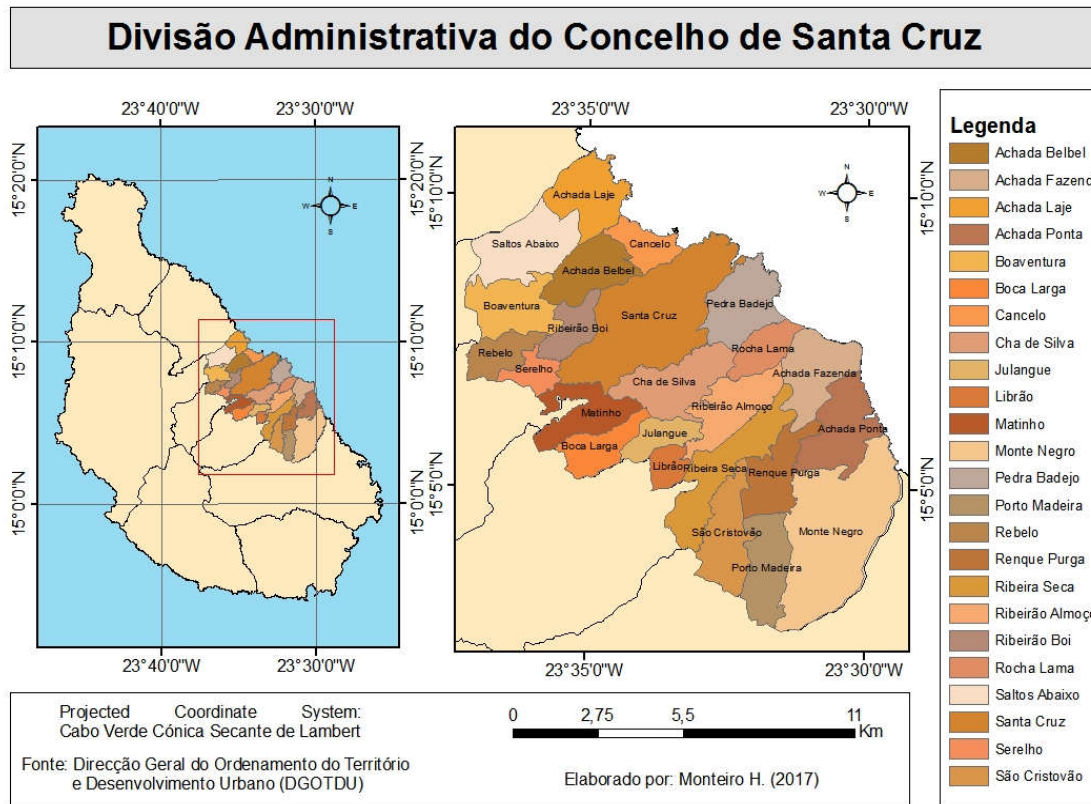
Mapa5 –Localização geográfica de Santa Cruz em relação a todos os Concelhos



Fonte: Direcção Geral do Ordenamento do Território

A Pesca desenvolve mais nessas regiões porque são elas que apresentam melhores características para tal. Essas áreas apresentam características e comportamentos semelhantes, (modo de falar, vestir, ou seja o comportamento social e cultural são parecidos, modo de vida semelhante). Santa Cruz é um dos municípios mais pobres do país e uma das com as maiores probabilidades de crescimento/desenvolvimento devido às condições próprias do lugar, dispõe de vales com grande potencialidade agrícola, área considerável de pastagens e portos com potencialidade pesqueira. A temperatura média mensal e anual e a precipitação média anual e mensais são semelhantes a do país.

Mapa6 –Carta de divisão administrativa de Santa Cruz



Fonte: Direcção Geral do Ordenamento do Território

Como se sabe Santa Cruz, à semelhança de Cabo Verde, é caracterizado pelos regimes das explorações agrícolas do sequeiro e do regadio. A agricultura de regadio é um sistema de exploração agrícola que pode ser praticada através da irrigação, quer por sistema de rega por alagamento e por rega gota-gota. Os recursos hídricos estão em escassez, por isso estão apostando na técnica de rega por gota-gota, uma técnica bastante econômica e eficiente na redução dos gastos quer da água e dos combustíveis (gasóleo, gasolina, petróleo).

O setor primário e o terciário dispõem de maior representação territorial. O território em estudo está se desenvolvendo de forma regular e organizada sobre o espaço, podendo no futuro vir a dispor de uma cidade onde a prestação de serviços tenha maior representatividade. O Concelho encontra-se inserido num meio onde predomina o rural, mas dispõe de um núcleo urbano, núcleo esse que é enriquecido com os melhores e maiores infraestruturas do Concelho. Grande parte do território municipal localiza-se no litoral ou próximo dele e tem

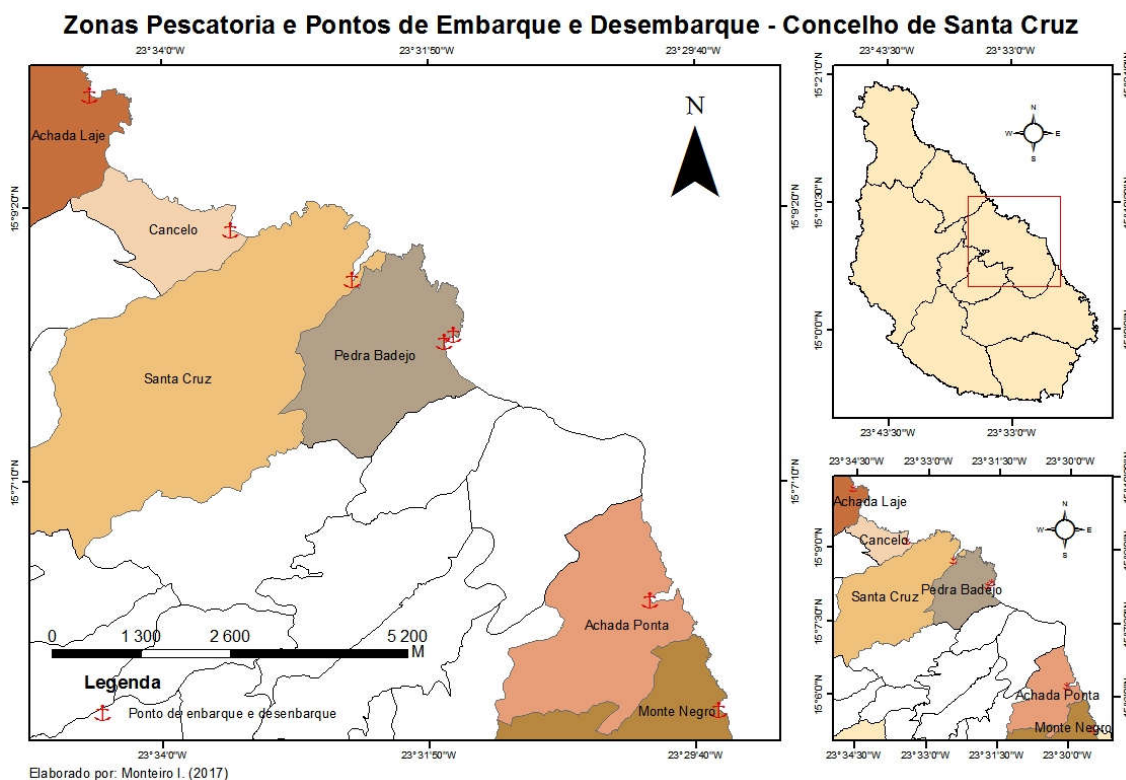
crescido, sobretudo devido ao êxito rural, inter-urbano e rural-rural, o principal meio de sustento das famílias vem da pesca, criação de gado e da agricultura.

Cerca de 1/3 da população ativa de Santa Cruz dedica-se à agricultura, à criação de animais e à silvicultura. O comércio, a construção civil e a administração pública têm uma importância secundária. A precariedade da ocupação é uma realidade para cerca de 47% da população (VARELA, 2007; INE, 2010). O desenvolvimento da cidade levou à estratificação populacional em função das suas atividades (estatuto socioeconômico), fixando as populações de renda baixa e média (mais vulneráveis) nas periferias, quase sempre com escassez de equipamentos e infraestrutura (TAVARES, 2006).

O núcleo urbano tem crescido rapidamente e esse crescimento tem imposto leis aos bairros constituídos, e os demais bairros do concelho trazem novas dinâmicas, mas essas dinâmicas não foram acompanhadas de igual modo pelos bairros, sobretudo do bairro em estudo (Achada Ponta) e é um dos que foram mais afetados (negativamente) pela mudança. No Concelho foram construídas duas (2) fábricas, de produção de gelo e conserva dos pescados, mas após alguns anos foram largadas à própria sorte e com o tempo foram se degradando até o abandono se concretizar (uma em Achada Ponta e a outra em Pedra Badejo). O dia do município é comemorado no dia 25/07, porém há várias outras festividades de caráter nacional presentes no seu território: a páscoa, a cinza o natal, além das outras atividades religiosas existentes em quase todas as localidades. Na cultura podemos encontrar diversas manifestações culturais, desde tabanca, funana, batuque, ladainha etc.

O litoral é banhado pelo oceano Atlântico ao longo da sua extensão, existem várias pequenas baías voltadas para a pesca artesanal e extração de inertes, essa conjugação é comum praticamente em todas as baías. A atividade pesqueira segue os mesmos critérios e as mesmas técnicas, os produtos têm destino semelhante, uma parte para o consumo familiar e outra para o comércio, as embarcações boca aberta são as mais frequentes. Os pescadores na maioria têm baixa escolaridade e o mar surge como a resolução do seu problema financeiro.

Mapa 7 –Zonas pescatórias e Pontos de Embarque e Desembarque -Concelho de Santa Cruz



Fonte: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

3.3 Localização da área de estudo

A localidade fica situada no sul do município, uma área dominada pela seca e com pouca diversidade vegetativa, a espécie da flora dominante é a Acácia Americana, conhecida no mundo científico como *Prosopis Juliflora*, mas dispõe de um vale agrícola cuja produção é irregular devido ao período da seca ser maior em relação a úmida e não existir exploração da água subterrânea que cubra toda área de cultivo. A criação do gado e a extração de inertes fazem parte do diaadia deles. Em Achada Ponta há conjugação das atividades, o pescador divide o tempo entre o mar - campo - criação de gado, a mesma coisa abrange todos ali, por exemplo, as mulheres agem da seguinte forma, campo - criação de gado - comércio ambulante -extração de inertes.

A Comunidade tem mais de 100 anos e as primeiras pessoas a fixar suas residências ali foram os pescadores e os pastores. Ao longo desse período esses trabalhadores não firmaram suas residências neste espaço, sendo ele usado em determinado período como um

território mais de abrigo de que de residências, isso porque essas pessoas tinham seus pontos fixo em outros lugares. Este foi transformado em um território por causa da baía ali presente e de um pequeno porto, da presença da água e de um vasto campo para a criação de gado. Como muitos dos que faziam dessa área sua morada por um determinado período de tempo tinham suas residências e seus familiares um pouco longe da comunidade do trabalho, resolveram trazer as famílias e ficar mais tempo com o objetivo de aproveitar por mais tempo as pastagens e o aconchego oferecido pela baía. E com isso começaram a construir uma relação de efetividade com o espaço que os circundam e desse jeito deu-se início à construção de uma nova aldeia (Achada Ponta).

E com o andar dos tempos vieram outras personagens, eles vieram de vários pontos da ilha de Santiago e até das outras ilhas. Os fundadores da aldeia ficavam quase que isolados, isso só não acontecia por causa dos caminhos feitos no decorrer da atividade pastoril. As infraestruturas começaram a surgir na década de 1960 com a construção de duas estradas de terra batida, poços para a exploração da água subterrânea e um chafariz anos mais tarde. Na era pós-independência foi feita a escola e mais recentemente a fábrica de conserva e produção de gelo e uma dessalinizadora. Mas a fábrica e a dessalinizadora estão desativadas assim como uma das escolas.

Sendo ela voltada quase exclusivamente para o setor primário, viu a sua estrutura sendo abalada e transformada pela força da urbanização. A pesca nessa e noutras baías começaram a transformar, deixando para trás aquela atividade de subsistência e ganhando vocação para o comércio (pesca como fonte de renda). Com o aumento da população e conseqüentemente da procura, os pescadores foram impulsionados a aumentar sua oferta, sendo assim começaram a investir em embarcações de maior envergadura e mais modernas.

O bairro por ser um dos mais pobres da região teve dificuldades em se adaptar à nova realidade e por isso os jovens pescadores sentiram a necessidade de se aventurarem à procura de novas áreas de atuação, escolhendo como destino as ilhas de Sal e da Boa Vista deixando a pesca nessa baía para os que fizeram da baía a sua segunda casa (pescadores mais velhos que já tinham construído a sua territorialidade ali e não estavam e nem estão dispostos a desfazer-se dela e também para os detentores das próprias embarcações).

Segundo o Senso (2010), a localidade tinha 403 habitantes em 2010, sendo o sexo feminino o mais representativo que o masculino. Onde a maioria da população tem uma ligação direta com o setor primário (pesca, agricultura e criação de gado, ambas praticadas de

forma tradicional). O quadro que se segue vai mostrar alguns dados populacionais de Achada Ponta.

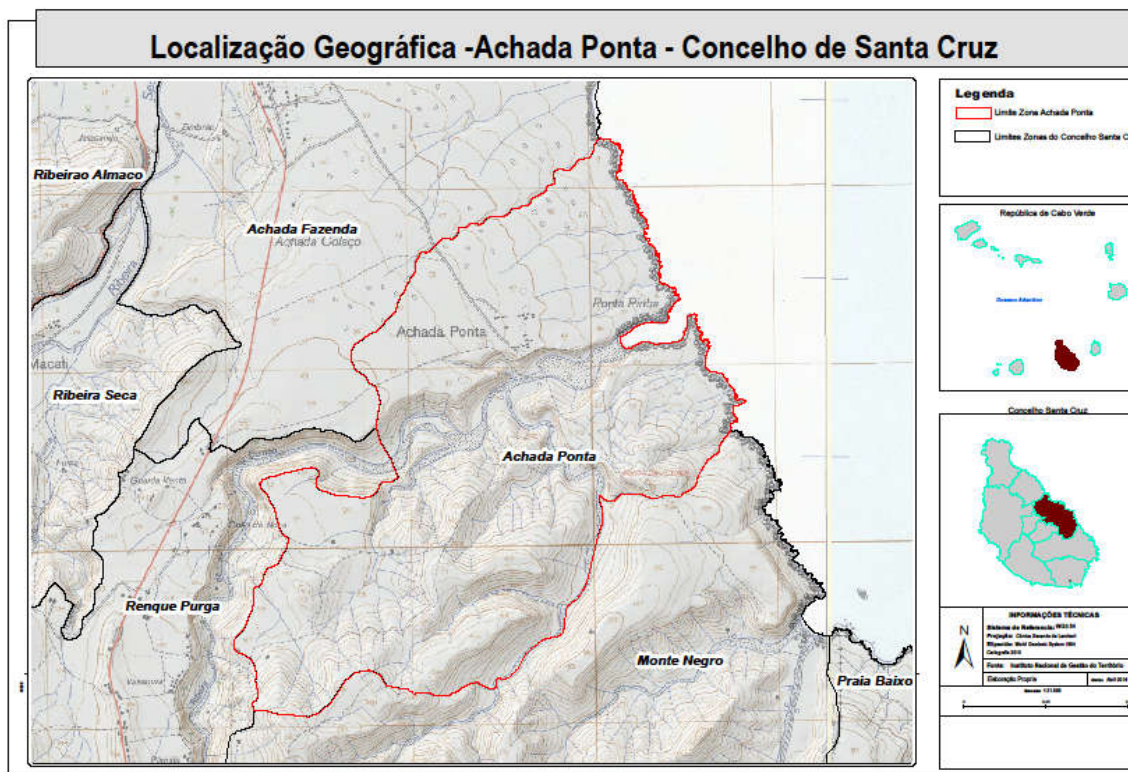
Quadro7 – Caracterização da população por sexo e idade

	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Agregados por sexo de representação	20	54	74
Pop. Entre 15 -18 anos	60	75	135
Pop. Entre 15 – 65 anos	121	128	249
Mais de 65 anos	8	11	19
Ativos com mais de 15 anos	65	52	115
Total	189	214	403

Fonte: INE(2010).

O quadro mostra que a maioria da população é jovem, predominando o sexo feminino em detrimento do masculino, sendo assim há uma boa disponibilidade de mão de obra para ser empregada nas suas atividades, principalmente na pesca. Esses dados não refletem a real e a atual situação, isso porque na verdade ela conta com número maior de pessoas, só que muitos estavam trabalhando nas outras ilhas, procurando melhores condições de vida, perdendo dessa forma o recenseamento geral da população na sua área. Foram recenseados como pertencentes às outras ilhas.

Mapa 8 –Localização geográfica de Achada Ponta



Fonte: Direcção Geral do Ordenamento do Território

4. ATIVIDADE PESQUEIRA EM CABO VERDE: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DE ACHADA PONTA

4.1 A Pesca em Santa Cruz (Achada Ponta): Caracterização dos Apetrechos e Pesqueiros

A pesca artesanal representa, como já dito anteriormente, a base de subsistência de muitas famílias tanto em Cabo Verde como no mundo e sobretudo nos arredores da Cidade de Pedra Badejo, nomeadamente de Monte Negro, Achada Ponta, Baía Curta, Areia Branca e Achada Laja. Nessas comunidades o setor primário tem dominado as atividades econômicas, a pesca, criação de gado e a agricultura têm sido praticadas em simultâneo. As baixas capturas nessas localidades fez e faz com que um número considerável dos pescadores dessa região norte viajasse para outras ilhas à procura de um ambiente melhor para executarem o seu

trabalho, principalmente os de Achada Ponta, Achada Laja e Cutelinho(Boavista, Maio e Sal) onde existe um potencial haliêutico maior.

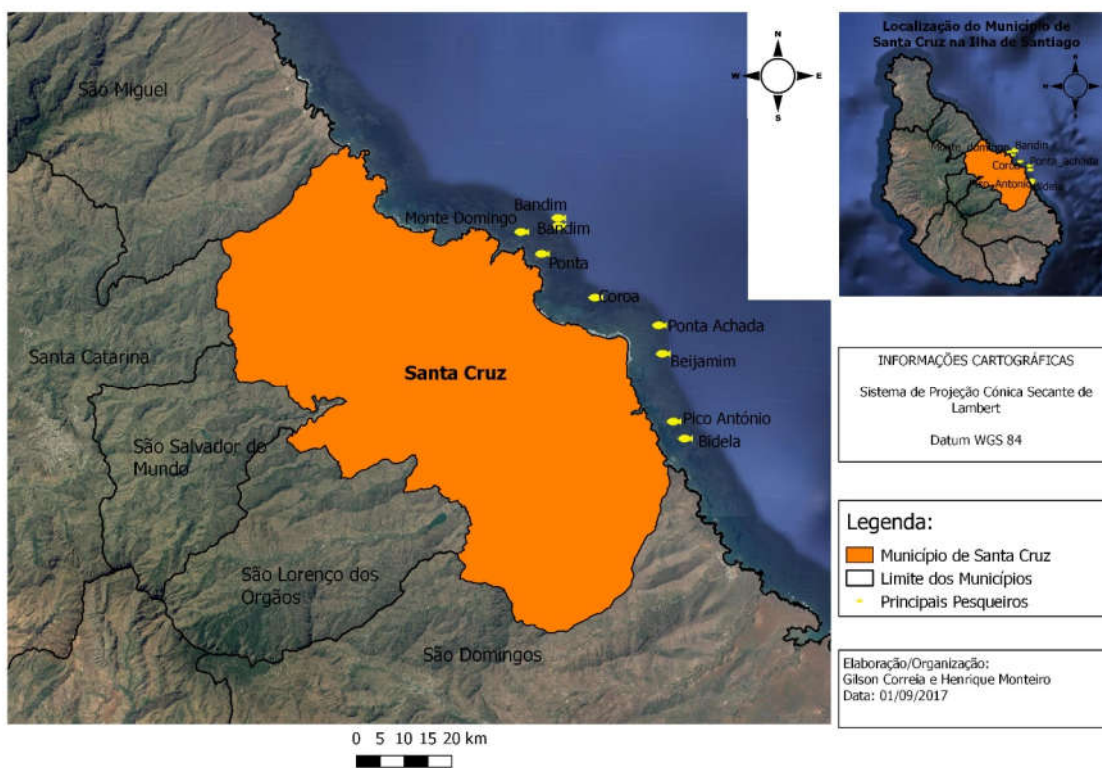
Porém podemos deparar com algumas iniciativas privadas na pesca industrial, contudo poucas desenvolvidas devido as limitações presentes, nomeadamente, no que diz respeito à fraca capacidade do Concelho em dar respostas à procura pelos equipamentos no mercado, partindo de uma escala nacional para local, trazendo assim certas limitações à pesca, criando dúvidas a respeito da rentabilidade e da segurança no alto mar. Já existem iniciativas para o desenvolvimento haliêutico, a nível das associações de pescadores. Porém, não é assaz falar da pesca em termos industriais. A tendência já foi mesmo de industrialização gradual, devido à construção de dois centros de pesca, mas com o abandono da mesma, somando aos poucos investimentos nessa área a industrialização de pesca em Santa Cruz parece mais uma miragem.

Tudo isto pode ser ultrapassado se for aproveitado da melhor forma a qualidade e quantidade existentes presentes, mas o Concelho carece de investimentos sérios que possam impulsionar a atividade, fazendo com que o seu produto ganhe valor e deixe de ser comercializado como está sendo hoje (comércio ambulante). De acordo com alguns pescadores a produção não cobre as despesas, isso porque a produção não é corrente, mas sim irregular, em alguns casos eles têm que recorrer a outros investimentos para cobrirem as despesas de manutenção das próprias embarcações e seus insumos.

As espécies mais capturadas são tunídeos, peixes de fundo, moreia e pequenos pelágicos. No mercado encontramos muitas variedades de peixes, embora em pequenas quantidades. Isto é indubitavelmente um indício da nossa riqueza em termos de quantidade e qualidade, ainda que mal conhecidos e explorados. Hoje temos um mercado que ultrapassa um pouco a categoria tradicional, mas o mercado é misto, sendo possível encontrar produtos de diversas origens; os peixes chegam em diferentes localidades graças às peixeiras ambulantes que vendem de porta a porta. O mercado informal domina a venda do pescado no Concelho e em toda a região norte de Santiago.

No Concelho deparamos com diversos pontos de pesca, lugares onde os territórios são formados e as territorialidades são construídas e vivenciadas. São recortes dominados, explorados, vividos, conhecidos, em que os pescadores se familiarizam e criam laços de afetividade, mesmo tendo pela frente um ambiente em constante transformação e quase sempre dinâmico. A carta que se segue vem mostrar os pesqueiros mais visados no município, contudo existem muitos pesqueiros, só que de importância menor.

Mapa 9 – Principais pontos de pesca em Santa Cruz



Fonte: DGP (2016-2020).

4.2. Mapeando a Pesca em Achada Ponta: Pesca, Apetrechos, Pesqueiros, Conflitos

4.2.1 Pesca em Achada Ponta

Na localidade a atividade piscatória ainda é desenvolvida sobre uma certa tradicionalidade, isso devido ao uso de técnicas e tecnologias, que dão nova dinâmica a essa prática, ainda ser limitado e pouco avançado. Apesar de usarem anzóis e linhas modernas, os pescadores não dispõem de nenhum auxílio de tecnologias, nem para controlar a direção dos ventos e menos ainda para localizar os cardumes e marcar os pesqueiros.

As características tradicionais também são encontradas no território terrestre, manifestando nos procedimentos ou preparativos que são feitos em terra firme, tais como: preparação dos apetrechos, dos iscos e na forma como preparam as embarcações, antes da partida para o mar e depois de regressarem do mar. Uma outra característica encontrada está relacionada com o método (visual) utilizado para diagnosticar o tempo antes–durante– depois da pesca.

Apesar de usarem alguns instrumentos modernos, a atividade pescatória nessa baía está longe de deixar de ser uma prática tradicional, as carecterísticas apontadas anteriormente e as que vem aseguir mostrarão o porquê de serem consideradas tradicionais. A pesca artesanal nessa baía tem características semelhantes com aquelas descritas por Diegues, Maldonado, Cunha, nas suas diferentes obras, INDP e DGP. Começando com as próprias caraterísticas dos pescadores, tanto as características próprias como sociais, culturais e econômicas. São profissionais desprotegidos em parte de tecnologias e meios que possam contribuir para tirá-los das categorias tradicionais, maioria deles tem baixo índice de escolaridade ou escolaridade zero. Quase todas as suas atividades estão ligadas de forma direta com o seu meio natural, são pessoas que fazem do espaço a sua volta a sua segunda casa.

São profissionais onde a maioria já está enquadrada na categoria da terceira idade, o pescador mais jovem tem 20 anos e o mais velho tem 62 anos, predominando a idade entre 50-60 anos, com mais de 50% dos pescadores residentes em Achada Ponta. A atividade pescatória nessa baía é representada sobre duas vertentes, uma onde podemos encontrar a atividade de subsistência e a outra de característica comercial, todos os intervenientes diretos com tal prática encontram-se sob condição autônomo ou pela parceria.

Quadro 8 – Números dos pescadores por faixa etária

Faixa etária	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	50-55	55-60	+60 anos
Nºdos pescadores por faixa etária	1	2	2	0	2	0	6	6	2

Fonte: Monteiro, (2017).

Entre os entrevistados(21 profissionais da pesca em um universo de30)apenas quatro não residem na localidade e dois encontram-se legalizados (com todos os documentos

peçoais e das embarcações em dia) e os restantes só dispõem dos documentos peçoais e das lanchas, não têm nenhum registro que prove que são pescadores. Contudo a localidade de A.P já teve em tempos um maior número de pescadores e menor número de embarcações, 48 pescadores para 16 embarcações (INDP, 2012), hoje temos uma realidade diferente, diminuiu o número dos pescadores e aumentou o das embarcações (de 48 trabalhadores em 2005 para 30 em 2017 e de 16 botes em 2005 para 22 em 2017). Oquadro que vem aseguir mostrará melhor a evolução da pesca em A.P.

Quadro 9– Pesca artesanal, totais de botes, pescadores e vendedeiras

CATEGORIA	2005	2011	2017
Nº de Botes	16	13	22
Nº de Pescadores	48	39	30
Nº de Peixeras	Sem informação	17	16

Fonte: INDP (2011-2012);MONTEIRO(2017).

Devido às características dos pequenos barcos e as idades dos pescadores e os meios usados para se movimentarem no mar, raras vezes a pesca é feita além dos limites estipulados pelas autoridades (3milhas). Cem por cento (100%) dos entrevistados garantem ser profissionais, apesar da maioria não dispor de nenhum registro que prove o que eles afirmam que são. Segundo alguns, a relação entre eles é muito boa.

Contudo existem alguns que afirmam que a convivência não é das melhores, os que dizem não há um relacionamento bom, expuseram o seguinte:

Há omissões e ocultação das informações importantes, principalmente naquilo que toca aos pesqueiros e à cedência dos iscos. São vários os momentos em que não chamamos os outros na hora de ir ao mar e nem todos cooperam na momento de colocar e tirar a lancha do mar. Os entrevistados deixaram bem claro que não têm contado com ajuda do Estado e de nenhuma outra entidade ligada ao setor pesqueiro. Todavia essa atividade garante a renda de muitas famílias, quer dos familiares dos pescadores, quer daqueles que não tem qualquer grau de parentesco com essa classe, mas que atuam na esfera da pesca como comerciantes ambulantes.

Mas a renda deles não vem apenas desta prática, uma maioria considerável afirmaram que a renda proveniente da pesca e outras atividades que desenvolvem ao seu redor são a base de sustento da comunidade, entre essas

atividades praticadas em simultâneo, podemos encontrar a criação do gado, a agricultura do regadio e do segueiro, podemos encontrar também pedreiros e pescadores que exploram os pequenos comércios fixos e até proprietários de transporte público. Em um determinado período do ano praticamente toda a localidade se dedica à exploração de areia e deparamos com um número reduzido de pessoas que apanham e vendem a lenha. Varela afirmou que: O rendimento nas pescas é, normalmente, baixo e as famílias numerosas em média entre os 5-7 membros (no caso de Achada Ponta varia entre 3 a 10 agregados) têm de ser sustentados, tornando as poupanças difíceis. Observa-se uma divisão de tarefas em que o homem se dedica à pesca e a mulher se dedica à comercialização do pescado. O exercício de outra atividade alternativa, nem sempre é suficiente para auxiliar no rendimento, pois quando acontece é exercida normalmente dentro da mesma profissão ou executam trabalhos que não exigem nenhuma qualificação específica. Fato este que coloca os profissionais do setor das pescas entre os trabalhadores com maior propensão para serem pobres. Assim, torna-se necessário adotar uma estratégia que garanta o desenvolvimento do setor, o que requer a modernização das infraestruturas produtivas pela introdução de novas tecnologias, novos tipos de embarcações mais rápidas, mais aptas para o mar e mais seguras e o reforço da capacidade técnica e profissional dos operadores, adequação das modalidades de concessão de crédito, promoção da gestão sustentável dos recursos, entre outros (MF, 2004; INE, 2004; Lux-Development, 2013 apud VARELA, 2013, p. 61).

Conversando com os pescadores e algumas vendedeiras de peixes, ficamos a saber mais sobre a melhor época para a pesca e também a mais lucrativa e os meses em que cada espécie predomina. No entender deles os meses a serem apresentados na próxima página já foram mais influentes, tanto em termos de produção como do lucro. Os produtos da pesca são comercializados num regime familiar e em alguns casos pelas vendedeiras próximo à família, contribuindo para que esta atividade seja cada vez mais uma prática dominada pela informalidade de subsistência. Os peixes são comercializados sem passar por nenhuma transformação e sem ir para conserva (sem ser colocado no gelo), sendo assim o produto da pesca aparece como sendo um dos produtos com maior qualidade posto no mercado.

Quadro nº10 – Tipos de peixes e meses em que são mais constantes

Peixes	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Andor (<i>Balistidae: Balistii carolinensis</i>)							x	x	X	x	x	
Arenque (<i>Thunnus albacares</i>)	x				X	x	x	x				
Atum (<i>Thunnus ssp.</i>)		X	x	X	X	x	x					
Barbo (<i>Galeoides decadactylus</i>)					X	x		x	X	x		
Bica (<i>Lethrinus atlanticus</i>)					X	x	x	x	X	x	x	x
Bidião (<i>Scarus hoefleri</i>)		x	x	X	X	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	x	X
Branco/Albacora (<i>Yellowfin tuna</i>)		X	x	x	x	x	x	x	x	x		
Buador “Especie de Bico”				X	X	x	x	x	x			
Bonita (<i>Caranx crysos</i>)						x	x	x	x	x		
Caripau	x	X	x									X
Cascanheta (<i>Pomacentridae</i>)						xxx	xxx	xxx	x			
Cavala Branca (<i>Decapterus punctatus</i>)			x	X	X	x	x	x	x			
Cavala Preta (<i>Decapterus macarellus</i>)			x	X	X	x	x	x	x			
Chalino (<i>Selar crumenophthalmus</i>)	x	xxx	xxx	xxx	Xxx	x	x	x	x	x	x	x
Charoco (<i>scorpionfish</i>)	x	X	x	X	X	x	x	x	x	xx		
Chicharro (<i>Selar crumenophthalmus</i>)		x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Dobrado (<i>Spicara melanurus</i>)	x	X	x	X	X	x	x	x	x			
Enforcado ou xereu (<i>Caranx spp.</i>)												
Façolas (<i>Priacanthus arenatus e Heteropriacanthus cruentatus</i>)			x	X	X	x	x	x	x			
Fanhama (<i>Scorpaena spp.</i>)			x	X	X	x	x	x	x	x		
Gaiado (<i>Katsuwonus pelamis</i>)			x	X	X	x	x	x	x			
Garopa (<i>Cephalopholis taeniops</i>)	x	x	x	xxx	x	x	x	x	x	x	x	X
Gudja “peixe de bico”					X	x	x	x	x			
Gudjom						x	x	x	x			
Lacetéro ou Barbeiro (<i>Acanthurus monroviae</i>)					X	x	x	x	x			
Linguado			x	x	X	x	x	x	x	x	x	
Lobo ou Dourada (<i>Coryphaena hippurus</i>)	x	x						x	x	x	x	X
Moreia (<i>Muraenidae</i>)	xxx	Xxx	x	x	X	x	x	x	x	x	x	xxx
Odjita ou Rainha (<i>Myripristes jacobus</i>)	x	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	X
Papagaio (<i>Haemulidae: paraprístipoma</i>)		X	x	x								
Sargo (<i>Lithognathus mormyrus e Diplodus spp.</i>)							x	x	x	x	x	
Serra ou Djeu (<i>Acanthocybium solandri</i>)	x	X									x	x
Tainha (<i>Mugilidae</i>)												
Vuador (<i>Exocoetidae</i>)						x	x	x	x	x		

Fonte: Monteiro (2017), baseado nos dados da INDP (2011) e DGP (2016-2020).

Os meses mais produtivos são os do verão, mas o período de pico da produção começa já nos meses do inverno (março e abril) e vai até o mês de novembro. A produção é alta, mas o lucro é reduzido porque os produtos perdem o valor do mercado devido ao aumento considerável da oferta, ou seja, a oferta excede a procura. E nos meses de baixa produção ou da irregularidade da oferta, em virtude de um leque de fatores físicos naturais, o mar fica agitado e a água mais fria, condicionando toda a atividade na costa (até 3milhas náuticas),

mas neste intervalo de tempo o pescado é muito valorizado sobretudo porque a procura supera a oferta. As linhas preenchidas com “xxx” representa os meses em que determinadas espécie predomina, ou seja, eles são muitos pescados nestes intervalo, e por “x” elas não são muitos abundantes, mais são pescados regularmente, mas em piquena quantidade.

Segundo os intervenientes diretos na atividade pesqueira, esses meses já não são os mesmos. As espécies já não são tão comuns nessas datas, atualmente a época de predominância de uma determinada espécie não é sinônimo de garantia de pesca em abundância, parece que elas estão surgindo a qualquer momento, mas conseguir pescá-los que é bom, nada. Mesmo nos meses que sempre foram considerados como sendo os mais produtivos, o trabalho no mar tem sido difícil e cheio de constrangimentos, parece que já não há mais peixes ao longo da costa explorada pelos pescadores de A.P.; são dias e mais dias de pesca em que o resultado não agrada os pescadores, muitos regressam sem pescado ou com uma quantidade insuficiente, que mal dá para cobrir as despesas. Na zona piscatória de A.P são levados a cabo diferentes modalidades de pesca artesanal, a semelhança do país, podemos enumerá-las seguindo o mesmo critério e métodos usados pela PANA II, INDP, DGP ou FAO, elas estão estruturadas seguindo a seguinte ordem:

- Pesca artesanal de linha de mão (pequenos e grandes pelágicos);
- Pescaria artesanal de pequenos pelágicos com rede de cerco;
- Pescaria artesanal de emalhar de pequenos pelágicos;
- Pescaria artesanal de lagostas costeiras, búzio e demersais de mergulho;
- Pesca artesanal com vara ao longo da costa.

Essas práticas não dispõem da mesma representatividade territorial e nem são executadas com a mesma frequência e intensidade. A linhademão é claramente a mais usada e procurada, as espécies mais procuradas são os pequenos pelágicos, os dermasias e durante um curto período de tempo os grandes pelágicos. Os peixes costeiros ou espécies nativas aparecem como as mais capturadas. A rede de emalhar é usada quase que irregularmente por uma embarcação, mas o lucro tem sido mínimo pelo fato da embarcação ser de pequena dimensão, da rede ter um comprimento reduzido, do movimento no mar ser feito pela força braçal, e os membros da lancha estarem muito mal equipados e treinados para lidar com certos problemas suscetíveis de acontecer. A pesca com rede de cerco é a menos praticada, são poucas as ocasiões em que essa prática é usada.

Por causa das mudanças climáticas, da presença das frotas estrangeiras na ZEE e da pesca com rede feita pelas embarcações da mesma região ao longo da costa tem ocasionado ou interferido nos trabalhos dos pescadores locais. Como existem restrições e limites por causa da dimensão dos botes e a média da idade desse grupo ser bem alta, o que os limita bastante, as autoridades legais (INDP, DGP, Capitânia dos Portos, DGA e a Câmara Municipal) deveriam ao menos proteger o território pertencente (direitos territoriais) aos pescadores dessa aldeia e fazer valer a lei, impedindo o uso da rede bem próximo da costa e fiscalizando mais de perto a caça feita pelos navios estrangeiros, a nível nacional, e pelas outras embarcações com características predadoras. Em relação aos direitos territoriais, no Plano de Gestão dos Recursos das Pescas (2016 – 2020) foi exposto o seguinte:

O direito de uso territorial sugere o envolvimento de um determinado território e determinados direitos relacionados com a pesca dentro deste mesmo território. Trata-se de uma modalidade de gestão muito polêmica cujo sucesso na aplicação exige paciência e cuidado. De uma forma particular, a sua aplicação tem sido mais eficiente na gestão dos recursos em torno dos dispositivos de concentração de peixes, corais artificiais e na gestão dos recursos dentro das baías. No caso de Cabo Verde, este problema se coloca de feição particular aos juvenis de pequenos pelágicos.

Esta modalidade pode também ser aplicada em casos de maior abrangência, envolvendo todo um determinado território e por conseguinte todos os recursos a ele inerentes. O sistema de uso de direitos territoriais será aplicado quer na base de direitos históricos tradicionais, quer na base de acordos específicos. Neste caso, uma parte do território é reservada a determinadas comunidades piscatórias de uma determinada ilha, princípio que diretamente responsabiliza também os pescadores (DGP, 2016 -2020, p. 43).

Independentemente das dificuldades encontradas no seu dia a dia, no mar e na superfície terrestre, a renda proveniente da pesca é considerada por eles como a mais importante para suas vidas e da comunidade em si. O Estado deveria pensar em criar um fundo para ajudar os pescadores tradicionais das comunidades piscatórias mais carentes, diminuir assim os impactos provocados com a diminuição dos estoques e podia controlar certos problemas sociais que poderão surgir devido ao envelhecimento dos homens do mar. Eles sofrem também com a falta dos apetrechos, para a aquisição dos insumos necessários eles têm que se deslocar para a Achada Fazenda, Cidade de Pedra Badejo ou para a Cidade da Praia, no seu espaço eles não têm como adquirir os instrumentos para a realização do seu trabalho, nem o combustíveis. A luta dos homens do mar e dos habitantes vai mais além do que uma simples luta terrestre, na água eles dividem o mesmo espaço com os barcos de maior envergadura e mais equipados, diminuindo drasticamente o nível do produto e a quantidade dos peixes, e isto repercute diretamente na vida dessa área.

Em relação às embarcações, são produzidas nas oficinas com o auxílio das técnicas e das máquinas, mas tem muito trabalho manual envolvido, tais como o preparo das madeiras e quase todos os outros procedimentos são mais manufaturados que mecanizados. Do momento inicial dos preparativos até ao lançamento das embarcações no mar, o serviço manual sobressai ao uso das máquinas. As lanchas como são conhecidas em Cabo Verde, na baía em estudo não dispõem de motores, GPS e nenhum outro tipo de aparelho que pode facilitar a vida no mar. A movimentação no meio aquático é feita com a ajuda do remo, usando a força física e também por uma vela improvisada feita de saco ou de um tecido bem duro.

As embarcações são de boca aberta, com comprimento que varia entre 2.50 metros e 4 metros, a largura varia entre 1.20m e 1.50m (Boco) e a altura é 0.50m (Portal) e com uma capacidade para transportar até 0.51 tonelada de peixe, a dimensão dessas embarcações dificulta a mobilidade durante o trabalho no mar; baseado nas suas características foi criada uma lei que impõe limites em termos de distâncias a percorrer e a quantidade de pescado a ser transportado. Na figura que se segue podemos ver que os pequenos barcos têm a mesma aparência e o estado de conservação não é dos melhores, deixando muito a desejar, mais de metade desses barcos não recebem manutenção regular e oferecem pouca autonomia durante as pescarias.

Figura 20 – Embarcação da Pesca artesanal local



Fonte: Monteiro (2017).

No porto os procedimentos usados para colocar e tirar as embarcações da água são praticamente os mesmos. Os pescadores cooperam uns com os outros, ajudando mutuamente tanto no momento de arrastar os barcos para colocá-los, como para tirá-los da água – em

ambas as ocasiões usa-se um pedaço de pau por baixo para impedir que a embarção fique presa na areia e facilitar a movimentação feita com a mesma.

Figura 21 –Desembarque dos pescadores



Fonte: Monteiro (2017).

Existe nessa baía uma oficina simbólica para a reparação das lanchas e preparo dos apetrechos, fica situada ao pé do muro natural (rocha/árribas costeira) que protege o pequeno porto. Na baía existe apenas uma lancha voltada para a pescaria com rede de emalhar e zero de arrasto, mas a rede usada por eles é de baixa qualidade e insuficiente para dar cobertura a cerca de 10 trabalhadores.

Em relação à confecção e preparativos dos utensílios ou apetrechos a serem usados na atividade pescatória, todo o processo é feito manualmente. Eles vivem sob um abandono que tem interferido diretamente no diaadia deles, apesar disso os homens do mar enfrentam uma luta constante para manter as suas atividades em dia, isso porque é dessa prática (pesca) e outras atividades tradicionais que vem o sustento das famílias residentes ali. No decorrer das visitas feitas à Achada Ponta percebemos que eles não sofrem apenas com o descuido das autoridades legais, mas também com a diminuição dos stocks, consequência da sobre-exploração ao longo da costa e dentro da nossa ZEE, provocados em parte pelas relações de

comércios feito entre Cabo Verde e União Europeia e da má qualidade da água para a prática da agricultura e da infiltração salina, que condiciona a atividade agrícola.

Os impactos ambientais mais preocupantes resultam essencialmente da sobre-exploração dos recursos naturais, como o caso da areia nas costas, que contribui para a diminuição das espécies marinhas em determinados lugares, ou seja, diminuição dos estoques da crescente falta ou escassez da água e da presença da frota estrangeira. As condições atuais pelas quais passa essa região são fruto – em parte – da sua própria ação sobre o espaço que lhe pertence. Caetano havia dito o seguinte: (...) a paisagem atual é o resultado das atividades humanas (...), frequentemente realizadas contra a lógica da natureza (CAETANO, 2003).

As embarcações estrangeiras são equipadas com tecnologias de ponta e usam técnicas que têm contribuído para aumentar a capacidade de pesca dessas embarcações e diminuir os estoques dos peixes na ZEE cabo-verdiana, interferindo diretamente na renda da pesca artesanal. Os efeitos da mudança climática, que pode ser tanto provocada pelas ações humanas e pela reação da natureza às sucessivas transformações que lhes são impostas diariamente e um outro fator que muito tem contribuído para o baixo índice de produtividade, estão relacionados também com a própria condição dos pescadores, condições essas que podem ser: físicas, financeiras, sociais e culturais. O físico talvez seja o fator determinante, pelo fato da maioria dos pescadores estarem caminhando para a terceira idade e os barcos são movidos pela força física, o financeiro da maioria dos residentes é baixo, ou seja, podemos afirmar que o capital social é relativamente baixo.

Atendendo aos poucos recursos naturais e financeiro, somando a uma estrutura empresarial incipiente, o Concelho enfrenta muitos entraves na implementação de iniciativas locais capazes de impulsionar o crescimento e desenvolvimento locais, suscetíveis de contribuir para a criação do emprego ou reverter a estagnação ou diminuir a situação de carências que abala muitos habitantes do Concelho. Em Achada Ponta a situação de carência é um dos graves problemas presente, é de realçar que apenas um pescador local é beneficiado com assistência social, numa quantia de quatro mil e novecentos escudos (4.900\$), aproximadamente cento e cinquenta reais (R\$150,00), e os restantes raras vezes recebem qualquer tipo apoio.

Os entrevistados declararam que os “últimos apoios recebidos por essa gente do mar no que diz respeito à atividade piscatória foi duas latas de tintas oferecidas pela Câmara Municipal e uma embarcação financiada pela organização não-governamental BORNE

fonden aos familiares dos seus beneficiados”. Mas devido aos conflitos (verbais) e desentendimentos entre seus tripulantes e de terem roubado o motor, hoje este instrumento de trabalho encontra-se na terra firme numa outra ilha (Ilha de Boa Vista). Segundo o delegado municipal, Ilídio Lobo, da zona Sul, a delegação vem participando quase que regularmente nas atividades piscatórias; além das tintas já houve interferências no centro da pesca, e um financiamento de 5.000 \$ (cinco mil escudos), cerca de cento e cinquenta reais (150,00 reais), para a manutenção das embarcações. A câmara municipal, através de uma cooperação espanhola criou uma oportunidade de negócio para os pescadores, mas através das declarações dos próprios pescadores o acordo não teve êxito.

Mas o que reflete é uma outra realidade, analisando as comunidades de pesca tradicionais chegamos à conclusão que o antigo Governo não cumpriu os objetivos de gestão da pesca:

Garantir pesca sustentável e otimizada; assegurar a sustentabilidade do recurso; operar com o rendimento máximo sustentável; melhorar a viabilidade econômica e condições sociais do setor; assegurar os níveis apropriados de cooperação nas estruturas nacionais, regionais e internacionais (ICCAT) de gestão da pescaria(DGP, 2016 -2020).

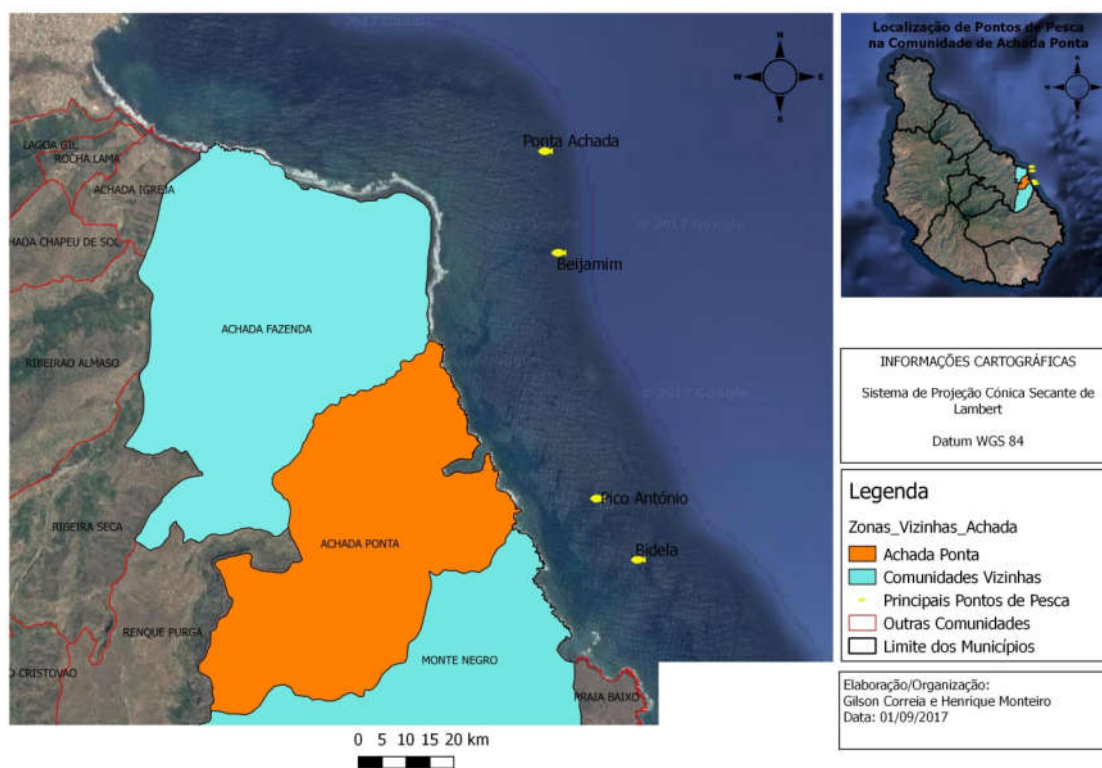
A comunidade de Achada Ponta parece nem existir se lavarmos em conta os objetivos de gestão traçados para diferentes espécies de peixe. Os responsáveis pelo setor só aparecem quando têm trabalho para fazere não com intuito de acompanhar e instruir os pescadores. A exploração feita com rede de emalhar nessa área vem condicionando a permanência dos peixes. Os pescadores de linha de mão mal conseguem trabalhar devido à falta do recurso marinho (peixes) nesses espaços. E as suas territorialidades perdem cada vez mais o significado, a importância e o valor simbólico construído com o tempo.

Os pescadores locais além de aproveitarem dos seus territórios de pesca, também usam territórios de pescas das comunidades vizinhas, pesqueiros esses que de uma forma ou de outra acabam pertencendo a esses homens. Pelo simples fato de uma das localidades não dispor de nenhum porto de pesca (Achada Fazenda) e da atividade piscatória na outra estar desaparecendo (Monte Negro) por falta da renovação nessa classe, o que é também um constrangimento a nível nacional. Os pontos de pesca foram construídos ao longo de várias décadas e entre esses espaços e os usuários delas (homem - natureza) foi criado uma relação de afetividade, esses homens se familiarizaram com tais pontos.

Apesar disso, hoje parece haver um processo de separação entre esses dois elementos da natureza, isso porque com a escassez dos produtos do mar na Costa, a tendência tem sido

procurar pesqueiros mais distantes, onde eles tenham uma certa garantia e haja uma maior probabilidade de encontrar determinadas espécies. De acordo com os dados da DGP (2016 - 2020) os principais territórios de pesca ou pesqueiros procurados pelos pescadores de A.P são quatro. Mas por intermédio do mapeamento participativo conseguimos enumerar muito mais territórios de pesca, como mostra o mapa número quatro.

Mapa10 –Principais pesqueiros procurados pelos pescadores de Achada Ponta



Fonte: DGP (2016-2020).

Os pescadores locais fazem o usufruto dos seus territórios de pesca para capturarem diferentes tipos de peixes, como já dito anteriormente e exemplificado no quadro nove, as figuras que se seguem vão trazer a imagem de algumas dessas presas. É importante realçar que as figuras 26 a 31 tem a mesma fonte, Monteiro (2017). Os pescadores demonstraram ter um conhecimento detalhado das espécies que capturam, principalmente, em relação ao habitat, sazonalidade, época de reprodução, abundância das espécies, etc.

Figura22 – Salmonete (Striped red muller)



Fonte: Monteiro (2017).

Figura23– BrancoAlbacora (*Yellowfin tuna*)



Fonte: Monteiro (2017).

Figura24–Garopa (*Cephalopholis taeniops*)**Figura25**– Sargo (*Lithognathus mormyrus e Diplodus spp.*)



Fonte: Monteiro (2017). Fonte: Monteiro (2017).

Figura26– Bidião (*Scarus hoefleri*)**Figura27** –Moreia (*Muraenidae*)



Fonte: Monteiro (2017).



Fonte: Monteiro (2017).

Na luta pela sobrevivência as vendedeiras de peixes saem todos os dias das suas casas para procurar os seus produtos no porto de Pedra Badejo e no cais de pesca da cidade da praia, para poderem trabalhar e sustentar a família, porque a pesca em A.P já não consegue dar resposta ao aumento da procura. Os pescadores não conseguem pescar a mesma quantidade que antes, tendo como causa diversos fatores elencados ao longo do trabalho.

4.2.2 Os apetrechos ou Instrumentos UtilizadosnaPesca Artesanal

Os apetrechos são um conjunto de instrumentos diversificados que faz com que a pescaria se torne possível, ou seja, instrumentos sem os quais não seria possível pescar. Eles são escolhidos consoante a espécie a ser caçado/pescado e o espaço a ser abordado. Cada espécie ou cardume tem um insumo específico preparado para ela.

É de suma importância considerar também que os pescadores que habitam a Costa se especializaram de modo a obter maior quantidade de produtos extraídos. A escolha dos locais de pesca advêm da experiência pessoal e do diaadia de cada pescador e na sua capacidade logística – a tecnologia das embarcações e de seus apetrechos que possibilitam a capacidade de explorar territórios de pesca mais distantes. Na procura pela especialização com o objetivo de otimizar a capacidade produtiva de extração do pescado, os pescadores procuraram outras tecnologias e/ou equipamentos mais apropriados para a atividade pesqueira, como por exemplo: redes maiores, embarcações equipadas com caixa de gelo, utilização de equipamentos modernos como o Sonar e o GPS etc.(FARIAS, 1988; BEGOSSI, 2001; 2004 apud SILVA; SILVA; PONTA, 2016).

Apesar disso, as tecnologias apontadas por esses autores não estão ao alcance dos ditos pescadores tradicionais de A.P (Sonar e GPS), mas uma frota pesqueira semi-industrial em todo o país possui tais dispositivos. Até mesmo na atualidade a maior tecnologia ao dispor dos trabalhadores tradicionais do mar continua sendo o sexto sentido e o conhecimento próprio do seu espaço/território marítimo e os sentidos comuns. Os apetrechos desempenha um papel muito importante na efetivação das territorialidades e determina abrangência das suas ações.

Nessa sequência apresentaremos um conjunto de equipamentos e apetrechos que fazem parte do diaadia dessa classe.

A linha de mão: talvez o material mais importante de todos, varia de acordo com as espécies e a área de pesca, existem diferentes tipos de linhas, variando por milímetros

“0.25ml a 0.200ml” etc., além deste material existem outros que são usados, mas numa proporção menor. A pesca artesanal em Cabo Verde é praticada na sua maioria recorrendo à linhademão, principalmente na região Norte da Ilha de Santiago e sobretudo da comunidade pesqueira em causa. Essa técnica (linhademão) é um dos principais meios de subsistência para a maioria das comunidades piscatórias nacionais, dela provém o sustento de um grande número dos pescadores e seus agregados familiares.

A linha de mão tem aumentado o esforço e a duração dessa classe trabalhadora no mar, em primeiro lugar pela sua capacidade reduzida de captura e da redução dos stocks de peixes nos pesqueiros, contribuindo para o aumento das horas de pescarias. Porém em Achada Ponta a realidade é muito diferente pelo fato dos barcos terem uma dimensão reduzida e da idade da maioria dos pescadores ser elevada, acrescentando ainda que as embarcações são movidas pela força física e da energia do vento, sendo assim a duração de suas atividades varia entre 5-8 horas (praticamente não ultrapassa meio dia de trabalho).

Os anzóis: um dos principais instrumentos encontrados na pesca artesanal, mas este é escolhido por número, que vai de 1 a 22, onde o 22 representa o anzol menor. Encontra-se presente em diferentes modalidades da pesca, tanto no complemento da prática com a linhademão, em apanha de moriscos (polvo) como nos mergulhos. A exploração do meio aquático por intermédio do mergulho é feita de dois modos (modelo) distintos. Uma em que o mergulhador usa apenas a máscara e a barbatana, tendo o apetrecho principal o Biqueira ou a Caroca – um instrumento de ferro com o anzol na ponta e uma lança também de ferro, de ponta fina mais sem o anzol.

Devido a essas características e esses instrumentos, a pesca de mergulho é desenvolvida a poucos metros da Costa e em locais mais rasos, com objetivos de caçar os peixes nos buracos. Contudo podemos deparar com um mergulho meio que profissional, onde os mergulhadores já dispõem de utensílios (fardamento completo), só não têm a seu dispor a garrafa de oxigênio, apesar disso desfrutam de uma área bem relevante da Costa. A quantidade de produto capturado é maior e a duração na água também, por estarem protegidos.

A biqueira ou a caroca: é um dos instrumentos aproveitados pelos pescadores nas pequenas embarcações. A função dela é importante nas capturas de atum, serraelobo etc. Ele auxilia no momento da retirada da presa do mar. Ao chegarem com tais espécies nas lanchas eles passam a biqueira nos peixes e pucham para dentro. Também é usado na pesca de polvos.

Figura28 – Biqueira ou Caroca



Fonte: Monteiro (2017).

O pau ou manduco: Ele é feito de um pedaço de pau retirado de qualquer árvore ou pode até ser de madeira. É um insumo bastante útil e muito visado na pescaria de moreia, com ela os pescados são batidos até a morte, impedindo assim a movimentação das espécies mais perigosas dentro dos barcos.

Figura29–Pau ou manduco



Fonte: Monteiro (2017)

A **chalabarda**: parecido com o equipamento usado na limpeza de piscinas, o seu papel é de ajudar na retirada dos pescados da água diminuindo drasticamente o índice de perda dos produtos pesqueiros. É construído com um pedaço de ferro e revestido de rede de praia.

Figura 30—Chalabarda (Puçá)



Fonte: Monteiro (2017).

Rede de praia: a rede de praia é um instrumento bastante utilizado na pesca em todo o país, mas o seu uso é mais frequente na estação húmida e no verão devido à aproximação das espécies que circulam em cardume para as praias e costas. No Concelho a pesca com este apetrecho é mais frequente na praia de Areia Grande (principal praia do Concelho). Em Achada Ponta ela não é um material de uso frequente porque os pescadores locais não dispõem dessa rede; e quanto à atividade pesqueira acontece com a rede de praia ela é feita por intermédio dos pescadores vindo de fora, o que acontece raras vezes.

Rede de emalhar: o trabalho no mar com essa rede tornou uma prática constante nas ilhas, praticamente o ano todo pesca-se com a rede de emalhar. A sua utilização abrange praticamente todas as baías de pescas artesanais, a pesca por essa técnica contribui para o aumento da quantidade de produtos pesqueiros e interfere diretamente nos preços dos produtos no mercado, baixando consideravelmente. Os homens do mar de Achada Ponta desfrutam de apenas uma embarcação com cerca de dez (10) trabalhadores, mas a produção local com a rede de emalhar é bem reduzida devido à dimensão do barco, falta de

equipamentos de mergulho e da rede ser de pequena dimensão e sofrem concorrência diária das embarcações vindas de vários pontos da ilha.

4.2.3 O olhar sobre a fábrica de conserva e produção de gelo local

A fábrica ou centro de pesca foi inaugurada em 04 de julho de 2000, mas não funcionou por muito tempo, isso porque não foram feitos investimentos na pesca em si, com isso as autoridades perceberam que não era viável mantê-la em funcionamento e por isso abandonaram o espaço e todo o esforço feito para sua construção perdeu o sentido. Mas em 2016, ano das eleições, o MDR fez algumas reabilitações na respectiva infraestrutura, como a reestruturação, mas logo de seguida voltaram a fechar as portas outra vez. Nas conversas com os pescadores a respeito da fábrica percebemos que quase todos têm o mesmo sonho, ou desejo bem próximo, sobre aquela que podia ser a casa dos pescadores locais. Eles disseram que preferem vê-la funcionando do que parada, porque estando ativo trará mais benefícios por ser um espaço de múltiplas funções, onde pode-se encontrar a produção do gelo, a conserva dos pescados, iscos e insumos para a pesca, contribuindo todavia para manter o preço dos produtos em equilíbrio, não subindo muito e nem descendo tão baixo.

Com o espaço em funcionamento o desemprego que é uma das maiores preocupações do bairro podia ser diminuído consideravelmente, mas a atividade pesqueira teria que ter outra condição. Djuba um dos habitantes e pescador local nos disse que,

O empreendimento por estar situado ali não traz muitas vantagens porque a localidade não oferece muitas vantagens, em relação aos outros portos da ilha, continuou dizendo que se a fábrica estivesse funcionando teria suas vantagens: podia atrair outros investimentos, serviria para conservar os pescados e poderia aumentar o lucro dos que trabalham na pesca e seus derivados. Depositamos a nossa esperança com a sua construção, ficamos felizes e fizemos muitos planos, no início parecia que íamos nos dar bem, mas como a alegria do pobre dura pouco, começamos a ver tudo se desfazendo sem ninguém para nos amparar e nos dizer o que estava acontecendo. Nos deram a esperança e depois roubaram tudo de novo.

Um outro pescador que não quis se identificar colocou o seguinte,

Não havia necessidade de construir dois empreendimentos do tipo, se na altura não existia projetos e nem investimentos para dar vida e suporte ao espaço. Foi dinheiro jogado fora quando havia centenas de pessoas necessitadas e centenas de habitação precisando de requalificação, o tempo veio mostrar aquilo que permanecia no escuro, que é a falta de política ou uma política deficitária que não garante nenhuma sustentabilidade à atividade pesqueira e o abandono dos pescadores, principalmente das aldeias mais vulneráveis e de produção reduzida.

Num dos encontros na localidade ficamos a saber que a requalificação do centro da pesca local foi orçado em cerca de 5.000.000\$ (cinco mil escudos cabo-verdianos), tanto os pescadores como as peixeiras mostram um certo desagrado. O desagrado deles é porque a obra não foi concluída. A casa da máquina de fazer gelo e o do gerador não receberam nenhum tipo de reparo, a eletricidade e a água continuam desligadas, praticamente tudo continua na mesma, em excessão das paredes que receberam pinturas novas e o portão de acesso foi substituído, esses são os trabalhos mais fáceis de serem percebidos. A população pergunta: Onde está o resto do dinheiro que foi financiado para a requalificação do centro. Isso porque nos trabalhos elaborados até agora pouco se vê e não justifica um investimento de rodando os cinco mil contos (5.000.000\$).

Figura31 – Centro de pesca local



Fonte: Monteiro (2017).

4.2.4 Conflitos

O conflito é um tipo de problema muito comum em quase todos os lugares onde praticam atividades tradicionais, nomeadamente nas propriedades agrícolas e nos portos de pesca artesanal os motivos são vários, mas nós não vamos nos debruçar nos estudos dos motivos. Na nossa área de estudo os conflitos acontecem, mas na maioria das vezes são

apenas verbais, há mais ameaças do que ação. Por se tratar de uma região da pesca oceânica e de uma localidade pequena onde todos se conhecem, qualquer tipo de desentendimento é facilmente solucionado. No decorrer das pesquisas não foram encontrados nenhum tipo de incidente que envolvesse agressões físicas, melhor dizendo não temos registros de lutas corporais, homicídios e nem caso de vandalismo no porto. Mas conseguimos descobrir que agressões verbais são constantes e que alguns pescadores não se dão bem uns com os outros.

Apesar de não haver registros de agressões físicas, existe sempre a probabilidade de isso vir a acontecer, porque nas relações entre os homens o conflito é eminente, ou seja, está sempre presente mesmo não manifestando. Porém pode desencadear a qualquer hora, porque os pescadores locais então sentindo o seu trabalho sendo ameaçado (o seu território está sendo invadido) pelos que vêm de outros pontos da ilha, a zona de conforto (a baía) vem sendo explorada além do seu limite por essas frotas pesqueiras. Tais embarcações usam a rede de praia para pescar dentro da baía, uma prática que nem mesmo os homens da casa fazem, com isso os nativos estão tendo sérias dificuldades, em princípio devido à escassez das iscas. A baía é um dos pesqueiros mais visados por essa gente na caça dos iscos.

Todos eles mostram um enorme desagrado com a atual situação. Segundo os próprios, várias vezes já chamaram a polícia e o representante do INDP no município, mas nunca nenhum deles apareceram para tentar solucionar o caso. No porto, em alguns casos, quando um pescador ocupa a vaga que não lhe pertence para colocar a sua embarcação, gera em muitas ocasiões um bate boca insuportável, mas esses desentendimentos são facilmente solucionado.

4.3 Análise swot de Achada Ponta

Nesta leitura faz-se o levantamento das Forças e Fraquezas, das Oportunidades e das Ameaças, associadas à localidade de Achada Ponta, baseando-se nas condições atuais, com intuito de criar uma visão mais clara do local, tendo em conta todos os intervenientes, ou seja, atores geográficos, seus instrumentos e suas atividades. Tendo esta matriz como base, é possível identificar e apresentar uma gama de incentivos reais ao investimento e ao aumento de produtividade e competitividade no Setor das Pescas (NOCMAR, 2013).

4.3.1 Forças

As forças presentes, tanto visíveis como invisíveis são:

- ❖ Presença do mar; vale agrícola; vasta área para o pastório; localização estratégica; presença de um centro de pesca e uma dissalenizadora; população jovem; espaço para a construção; risco de assalto e criminalidade reduzida; benefício da existência de um enquadramento legal da política de incentivos onde o Setor das Pescas é elegível, nomeadamente Código dos Benefícios Fiscais (CBF), **na Lei N° 70/VIII/2014 de 26 de agosto**, a estrutura legal do Centro Internacional de Negócios e o Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas; a oportunidade do turismo de praia e pesca esportiva; baía de pesca; fácil acesso ao centro do Concelho.

4.3.2 Fraquesa

As principais debilidades atuais são as seguintes:

- ❖ Fraco conhecimento da legislação e regulamentação da política de incentivos aos diferentes setores por parte da maioria da população; infiltração salina; água salobra, sem qualidade para o consumo humano; animais à solta; baixo nível de escolaridade; estradas em má qualidade de conservação; iluminação deficitária; escolas degradadas; centro de pesca abandonado; acesso à baía é condicionado pelo mau estado do caminho; não há presença de infraestrutura turística; baixa cobertura da rede móvel; não dispõem de centro de saúde; dificuldades em encontrar iscos e apetrechos; embarcações de pequenas dimensões e não motorizadas; envelhecimento dos pescadores; saída da população mais jovem.

4.3.3 Oportunidade

As oportunidades a explorar incluem:

- ❖ Vontade política em melhorar a política atual de concessão de incentivos ao Setor das Pescas; existência de uma estratégia de desenvolvimento das pescas ancorada num dos pilares da estratégia global de transformação de Cabo Verde - Cluster do Mar; existência do instrumento de política de desenvolvimento das Pescas – Carta

de Política das Pescas; ambiente propício para forjar parcerias entre o Estado e o Setor Privado no processo de desenvolvimento do Setor das Pescas; existência ainda de uma margem de exploração em termos de disponibilidade de recursos haliêuticos; existência de potencialidade de desenvolvimento de projetos de aquicultura em Cabo Verde; perspectivas reais de mobilização de recursos financeiros necessários a um programa sustentável de concessão de incentivos ao investimento e à produtividade nas Pescas (NOCMAR, 2013).

- ❖ Expansão das áreas de cultivos; transformação e conservação dos pescados; melhoria das condições dos serviços básicos; ponto de embarque e desembarque dos produtos da pesca de outras regiões; pode aparecer a qualquer momento um bom empreendimento turístico; melhoria da qualidade da água tanto para o consumo como para a prática da agricultura; melhoramento das vias de acesso à referida localidade.

4.3.4 Ameaças

As principais dificuldades, desafios e ameaças que o bairro enfrenta (rá) podem ser as seguintes:

- ❖ Desaparecimento da vontade política; baixo incentivo ao desenvolvimento das atividades locais; inexistências de políticas públicas para o setor da pesca e da agricultura; degradação total da escola e centro de pesca; desaparecimento de certas espécies de peixe da costa; abandono parcial ou total da pesca; saída em massa da população.

CONCLUSÃO

No processo da criação da base material, técnica e transformação ocorrida nos diferentes ramos da atividade, a sociedade local também sofreu mudanças, em termos da sua estrutura física, tanto como no comportamento, ou seja, há uma transformação em paralelo /simultâneo com as mudanças impostas pelo desenvolvimento/crescimento.

A revolução cultural, técnica, tecnológica e científica, somada ao senso comum, conhecimento passado de geração em geração, com um elevado cunho do saber social fruto da

experiência do cotidiano, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida, mudanças dos modos de vida e formação de novos modos de vida e influenciou o aparecimento de novos e diversificados padrões sociais. A cultura popular (local) e a criação de melhorias das condições do trabalho propiciaram uma adaptação mais rápida ao ambiente, sobretudo dos que escolheram Achada Ponta para viver, isso de acordo com o grau/nível de dominação e o poder exercido sobre o espaço.

Os territórios construídos e vivenciados são o resultado da interação entre os diferentes tempos (passado, presente e futuro) que se fazem presentes. O senso comum, o saber nativo e o conhecimento popular, as novas tecnologias e as facilidades dos homens em se adaptarem às novas realidades são peças fundamentais para a manutenção e formação dos seus territórios e dos novos modos de vida, sobretudo nas comunidades onde predominam as atividades ditas tradicionais (pesca, agricultura, criação de gado etc.).

No mundo todo, a pesca tem sido uma das maiores fontes de proteína animal consumida, sobretudo nas localidades costeiras, e a que possivelmente contribui com um dos maiores números de postos de trabalhos, tanto diretos como indiretos. A pesca é praticada de diferentes formas, ganhando assim a designação de artesanal, semi-industrial e industrial. Na primeira predominam as técnicas normais e sem muitas tecnologias, onde sobressai o uso de utensílios manufaturados e de pouca rentabilidade, e nas duas últimas deparamos com um conjunto de técnicas específicas, mais rentáveis, mais seguras e mais propícias para essa atividade.

Com a seca que assolou o país no ano de 2017, e a baixa rentabilidade do setor pesqueiro, a A.P surge como uma das localidades que possivelmente poderá sentir mais as carências, provenientes dos problemas apontados. Por ser árida, e por seu vale agrícola ter um alto grau de salinidade, porque os espaços para a pastagem estão quase todos eles arborizados com *prosopis juliflora*. Podendo vir a acontecer mortandade de animais e abandono do campo por causa do aumento da salinidade que diminuirá e muito a fertilidade do solo. Além da saída de grandes números de pessoas dali para outros lugares, colocando em causa tudo que foi construído e conquistado.

Observando o cotidiano percebemos que o valor atribuído à pesca, agricultura e criação do gado perde cada dia que passa o seu espaço, sobretudo no seio da camada jovem, que almeja outros sonhos. Há cada vez mais jovens procurando as instituições de ensino e formações profissionais, com intuito de dar um rumo diferente às suas vidas e fugir da atual

situação que a comunidade enfrenta hoje. Há cada vez menos aderência dos mais novos com a questão pesqueira, tanto no seio dos pescadores como nos comerciantes (rabidantes). Por mais triste que pareça e por mais duro que a realidade possa ser, é visível uma decadência das atividades exercidas, principalmente a pesca.

A prática da atividade da pesca é fruto da convivência das pessoas umas com as outras. Quer dizer, nesse convívio o saber flui pela atitude de quem sabe e faz para quem não sabe e aprende. É através da observação que boa parte dos pescadores começaram a se apropriar dos conhecimentos da pesca e esse processo de aprendizagem se desenvolveu de forma informal, ou seja, da experiência dos mais velhos transmitida na prática aos mais novos que almejem ser pescadores.

O mar confere uma identidade singular ao pescador que o diferencia daqueles que trabalham em outras atividades ligadas ao ambiente. A forma como o trabalho ligado à pesca é feito reflete nas condições de trabalho, nos modos de pensar, de viver, de como as crenças são interpretadas e nos conhecimentos sobre os ecossistemas e do ambiente marinho. A pesca artesanal é uma atividade com grande tradição em Cabo Verde e é considerada um setor importante para o desenvolvimento socioeconômico, pois tem contribuído consideravelmente para o crescimento da economia, na melhoria da segurança alimentar, através do fornecimento de proteína animal, e é um grande gerador de empregos.

A atividade da pesca desenvolvida na comunidade de Achada Ponta é totalmente artesanal, praticada por uma classe, onde os problemas sociais são comuns (como o desemprego e a baixa escolaridade), aparecendo assim a pesca e as demais atividades do setor primário como os principais meios de adquirir alimento e alguma remuneração para auxiliarem as despesas do dia a dia. Mas esta prática depara com alguns constrangimentos, como a falta de apetrechos, iscos, envelhecimento das embarcações e dos próprios pescadores. A linha demão surge aqui como o principal instrumento de pesca usado.

A linha de mão é uma arte de extrema importância na pesca em Cabo Verde, representando cerca de 63% das capturas artesanais, cujas principais espécies alvo são os tunídeos que correspondem a mais de metade do potencial global dos recursos haliêuticos do arquipélago. Os tunídeos assumem um papel importante no fornecimento de proteínas alimentares à população e em menor escala na entrada de divisas, através da exportação. Os pequenos pelágicos, são utilizados principalmente, como isco para a captura de tunídeos, e

sob o ponto de vista social constituem uma das fontes de proteínas mais acessíveis à população.

Os demersais e os peixes costeiros foram as espécies mais pescadas e mais consumidas pela população local, mas hoje em dia com a diminuição dos stocks, somando as diversas fragilidades demonstradas pelos pescadores da comunidade, essas espécies estão sendo substituídas pelos túnideos, pequenos pelágicos etc., que provêm da pesca com diferentes tipos de redes provenientes de outras baías. Posso afirmar que anível local, regional e até mesmo nacional já consomem peixes provenientes das embarcações semi-industriais e industriais em maior quantidade das que provêm da pesca artesanal e costeira.

Concluimos ainda que os territórios na pesca são formados por meio da interação entre a superfície terrestre e aquático, e que as territorialidades manifesta-se pela reprodução dos modos de vida dos habitantes locais, “pescador” resultante da sua forma de apropriar e transformar a natureza por meio de sua ação. O conflito no que tange a atividade pesqueira raras vezes acontece, o território de pesca local são muitas vezes invadidas e as suas territorialidades passam em varias ocasiões por momentos dicíceis. A pesca deixou de ser uma atividade prioritária, devido a deminuição dos efetivos desta praticada e a quebra da sua capacidade produtiva.

Pelo que vimos e vivenciamos, deu pra ver que o bairro não é uma comunidade pesqueira por inteiro, mais sim uma localidade com caraterísticas tradicionais, onde praticam-se diversas atividades de carater tradicional e manual, que está a trilhar caminhos que o possa levar a ganhar uma nova designação no futuro próximo.

REFERÊNCIAS

- AB´SABÉR, A. **Os domínios da Natureza no Brasil**. Rio de Janeiro: Atelié Editora, 2003.
- ACEB, A. C. **Primeiro Anuário Brasileiro da Pesca e Aquicultura**, 2014.
- ACSELIRAD, H. **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.
- ALMEIDA, A. A. Revisitando os significados de paisagem à luz das abordagens do pensamento geográfico. **Revista Geografar**, 2014.
- ALMEIDA, A. W.; JÚNIOR, E. d. **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA, 2013.
- ALMEIDA, S. **Storia na lugar**. Praia, Cabo Verde, Sul, 06 de Abril de 2016.
- AMARAL, I. **Santiago de Cabo Verde a Terra dos e os Homens**. Lisboa: Tipografia Minerva, 1964.
- AQUICULTURA, M. D. **Primeiro Anuário Brasileiro de Pesca e Aquicultura**. Associação Cultural e Educacional do Brasil – ACEB, 2014.
- BAPTISTA, A. J. **Sustentabilidade da produção pesqueira em Cabo Verde**. Minas Gerais: Viçosa, 2005.
- BECKER, M. S. **Território, Territórios**. Ensaio Sobre O Ordenamento Territorial. Rio de Janeiro: Lamprina, 2007.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. **R. RA´E GA**, Curitiba, n. 8. Editora UFPR, 2004, p. 141-152.
- BLACHE, P. V. **Princípios da Geografia Humana**. 2.ed. Lisboa: Cosmo, 1954.
- BORDALO, C. N. **Produção do espaço e territorialidade na Amazônia Paraense: elementos para a análise geográfica**. Belém: GAPTA/UFPA, 2016.
- CAETANO, L. **Territórios, Globalização e Trajetória de Desenvolvimento**. Coimbra: Imprensa de Coimbra Lda, 2002.
- CAETANO, L. **Territórios e Trajetórias de Desenvolvimento**. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 2005.
- CARDOSO, E. S. Geografia e Pesca: Aportes para um modelo de gestão. **Revista do Departamento de Geografia**, 2001, pp. 79-88.
- _____. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo, 2001.
- _____. Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, 2003, p. 119-125.
- _____. Sociedade, natureza e pesca extrativa. **Revista GeoAmazônia**, 2 de jul/dez de 2013, p. 92-106.
- CARNEIRO, F. F.; VIANA, L.; PESSOA, V. M. Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e contextos de promoção da saúde ambiental em comunidades rurais do Vale do Jaguaribe, Ceará. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural**, 2010.

CHAVES, C. M. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2011.

DGP. **Plano de gestão dos recursos das pescas**. Praia: DGP, 2016-2020.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e Sociedade Insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997.

_____. **A Pesca Construindo sociedade**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/GEG, 2004.

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

FAO. **Quadro programático ao nível do país(QPP)**. Praia, 2012-2016.

FERREIRA, G. D. **Acordando na Cachoeira: Territórios e Territorialidades de Pescadores Artesanais em São Caetano de Odivelas - Pará**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

FERREIRA, L. D. **Genero de Vida Ribeirinho na Amazonia: Reprodução socioespacial na Região das Ilhas de Abaitetuba-PA**. Belém, 2013.

FIDALGO, A. B.; SEIXAS, S.; AZEITEIRO, U. M. Estudo das percepções da comunidade da Palmeira (Ilha do Sal, Cabo Verde) sobre a Sustentabilidade das Pescas. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 2014, p. 41-49.

GORAYEB, A. **Cartografia Social e Populações Vulneráveis**, 2014.

GOTTMANN, J. O conceito de território. **Boletim campineiro de geografia**, 2012, p. 523-545.

GUEDES, E. B. **Território e Territorialidade de Pescadores nas Comunidade de Céu e Cajuúana Soure-PA**. Belém: UFPA, 2009.

HAESBAERT, R. **Território Alternativo**. São Paulo: Bertrand, 2002.

_____. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HARVEY, D. **A Produção do Capitalista no Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS (INDP). **Investigação e gestão heliêuticas em Cabor Verde**. Actas da reunião em Mindelo. Mindelo: INDP, 1996.

_____. **Boletim estatístico nº 19**. Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações. Mindelo: INDP, 2010.

_____. **Cenários e Orientações de Estratégias de Adaptação das Políticas de Pescas às Mudanças Climáticas para Cabo Verde até 2050**. Mindelo: INDP, 2011.

_____. **Boletim estatístico nº 21**. Mindelo: Divisão de Estatística/INDP, 2012.

KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. **Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal**. Vitória: EDUFES, 2015.

LEITÃO, M. D. **Pesca, turismo e meio ambiente**. Recife: EDUFRPE, 2014.

- LOPES, V. de F. M.; SMARRA, A. L. S.; LOTUFO, C. A. Territorialidade e conflitos socioambientais: As lutas e resistências dos pescadores artesanais do RJ em defesa da cultura tradicional, do território e do meio ambiente. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 494-506. ISBN 978-85-63800-17-6.
- LOTMAN, J. M. **La Semiesfera: L'asimetria e il Dialogo Nelle**. Venezia: Strutura e Pensante, 1985.
- MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: Espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994.
- MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comnidade pesqueira em ameaça**. Belém: CFCH/UFGA, 1993.
- MARTINS, O. T. **Recomendações de gestão das pescarias de Cabo Verde:Biénio 2009-2010**. São Vicente, 2009-2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova politica de espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogerio Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.
- MELO, A. F. **A Pesca sob o Capital: A Tecnologia ao Serviço da Dominação**. Belém: UFGA, 1985.
- MORAES, A. C. Fredrich Ratzel. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, T. R. **Pesca artesanal no Rio Vacacaí, RS: Influências da orizicultura irrigada e os potenciais territórios de conflitos**. Santa Maria, RS, Brasil: UFSM, 2015.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.
- NEZNÁNOV, V. **Vias de Passagem do Capitalismo para ao Socialismo**. URSS: Edições Progressos, 1982.
- NOCMAR, N. O. **Caderno de incentivos para o investimento e à produtividade no sector das pescas em Cabo Verde**. Cabo Verde: GOV.CV, 2013.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia de Poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 158-159.
- RAMIRES, M.; BARRELLA, W.; ESTEVES, A. M. Caracterização da pesca artesanal e o conhecimento pesqueiro local no Vale do Ribeira e litoral sul de São Paulo. **Revista Ceciliana**, 2012, p. 37-43.
- RIBEIRO, O. Paisagens, Regioes e Organizaçao do Espaço. **Finisterra**,xxxvi, 72, 2001, p. 27-35.
- ROQUETTE, M. E. **Mapeamento participativo em um contexto de conflito territorial: A experiência com a população indígena da Chapado do Anchieta-ES-Brasil**. Vitória: UFES. 2015.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: Sua Teória e História**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, A. J. **Sustentabilidade da Produção Pesqueira em Cabo Verde**. Minas Gerais, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo—razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **O Retorno do Território**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SAUER, C. O. A noção do modo de vida: exposição e crítica. In: SAUER, C. **Os pensadores**. São Paulo: Editora Abril, 1995.

_____. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.

SILVA, C. A. **Pesca Artesanal e Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves - PA**. Belém: UFPA, 2006.

_____. **Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial pesqueiro**. Belém: ICB/PPGEAP/UFPA, 2012.

_____. **Produção do espaço e territorialidades na Amazônia paraense: elementos para a análise geográfica**. Belém: GAPTA/UFPA, 2016.

SILVA, D. R. **Coerência das políticas para o desenvolvimento no âmbito das pescas em Cabo Verde: Estudo de Caso**. Praia: Instituto Marquês de Valle Flôr, 2013.

SILVA, H. D. **Pesca Artesanal em Cabo Verde – Arte de pesca linha-de-mão**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

SORRE, M. Les fondements de la géographie humaine. **Tome III, L’Habitat**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

_____. **A noção de gênero de vida e sua evolução**. São Paulo: Ática, 1984.

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Territórios e Territorialidades: Teória, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expresso Popular, 2009.

TAVARES, A. I. **Mudança Estrutural e Crescimento Económico em Cabo Verde**. Coimbra: FEUC, 2012.

TAVARES, C. **As políticas de solo na política urbana: a sua relevância na cidade da Praia-Cabo Verde**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006.

_____. **O ordenamento do território e a construção do futuro: Da retórica discursiva à prática das ações**. Cabo Verde: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2014.

TEISSERENC, P.; ROCHA, G. D.; MAGALHAES, S. B. **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

MAOT. **Revisão e Atualização do Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente – PANA II**. Praia, 2012.

TSJI, T. C. **Pescadores e cooperativas: um olhar sobre pescarias e sustentabilidade**. São Luis: Edufma, 2014.

VARELA, E. d. **Gestão do Setor das Pescas em Cabo Verde**. Praia, 2015.

VARELA, S. P. **Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória em Cabo Verde**. Praia, 2007.

_____. **Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentavel das Comunidades Piscatórias da Iha de Santiago (Cabo Verde)**. Espanha: Universidade Santiago de Compostela, 2013.

VERBICARO, C. C.; SILVA, C. N. da. Percepção da distribuição espacial das palmeiras de açai e miriti ao longo de 20 anos na várzea da Amazônia Paraense. **XI Encontro Nacional da ANPEGE - A diversidade da geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**, de 09 a 12 de Outubro de 2015, p. 5175-5186.

Sites

www.suapesquisa.com/paises/caboverde

www.miem.gov.cv

www.gov.cv.

www.indp.cv

www.sia.cv

www.portaldoconhecimento.gov.cv

www.assemana.pabl.cv/spip.php

www.pme.cv

www.pescamadora.com.br

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)
QUESTIONÁRIO DIRECIONADO À ATIVIDADE PESQUEIRA APLICADO NO
BAIRRO DE ACHADA PONTA – SANTA CRUZ – ILHAS DE CABO VERDE

- 1)- Nome: _____ Idade _____
- 2) - Áreas de pesca: Marítima () Flúvio – Marítima () Continental ()
- 3) - Atividade da pesca: Subsistência () Comercial () Industrial ()
- 4)- Tipo de pescado mais capturado: _____
- 5) -Utensílios de pesca mais utilizados: _____
- 6) -Tipos de embarcações: Canoa/Lancha remo () Canoa/Lancha a vela () barcos motorizados () Pequeno porte () Grande porte ().
- 7) - Possui embarcação própria: Sim () Não ().
- 8) - Para onde se escoia e comercializa sua produção pesqueira: _____
- 9) – Em que condição de trabalho você se encontra na pesca? Autônomo () Assalariado () Parceria () Aluguel ().
- 10) – Pratica outra atividade além da pesca? Sim () Não ()
Qual? _____ Em que o período _____.
- 11) –Existe associação dos pescadores na localidade: Sim () Não ()
Quais? _____.
- 12) - Você têm algum tipo de financiamento: Sim () Não () Qual? _____.
- 13) - Caso você receba financiamento, isto tem contribuído para o desenvolvimento da sua atividade pesqueira: Sim () Não ().
- 14) - Qual é a sua renda : Diária _____ Semanal _____ Mensal _____
Anual _____.
- 15) – Você troca os peixes por outros produtos: Sim () Não ().

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM PESCADORES DA LOCALIDADE

ACHADA PONTA – SANTA CRUZ – ILHAS DE CABO CERDE

Nome: _____ Sexo: _____

Idade: _____

- 01) – Você é morador desta localidade? Caso não, de onde é?
- 02) – Você se considera um profissional da pesca?
- 03) – Qual a importância da atividade da pesca para você? Tem outras fontes de renda?
- 04) – Qual o destino dado ao produto do seu trabalho, é comercializado ou consumido pela família?
- 05) – Quais os apetrechos você usa mais na pesca? Esses instrumentos dão garantia?
- 06) – Você pratica a atividade pesqueira na costa ou mais afastado da costa ?
- 07) – Quais as épocas do ano é melhor para prática da atividade pesqueira?
- 08) – Em que época do ano a atividade é mais produtiva e lucrativa?
- 09) – Vocês dispõem de alguns instrumentos para localizar os cardumes?
- 10) – Como fazem para localizar os pesqueiros dias após dias, sem perdê-los de vista?
- 11) – Quais as dificuldades enfrentadas no dia a dia na localidade e no mar?
- 12) – Você está feliz em ser pescador ou pensa em mudar de profissão?
- 13) – Qual o tipo de relacionamento existente entre os pescadores dessa baía?
- 14) – Que tipo de relação existe entre vocês e os comerciantes?
- 15) – Qual é o seu olhar a respeito da fábrica de conserva e produção do gelo que foi construída e depois abandonada? O que essa fábrica significa para você?
- 16) – Que espécie é mais pescada e qual é mais valorizado?
- 17) – Como se dá a relação de trabalho? Autônomo () Assalariado () Parceria () Aluguel ().
- 18) – Você tem algum tipo de financiamento: Sim () Não () Qual? _____.
- 19) – Caso você receba financiamento, isto tem contribuído para o desenvolvimento da sua atividade pesqueira: Sim () Não ().
- 20) – Quais os pontos fracos e as ameaças que têm vindo a condicionar a atividade pesqueira nessa baía?

Apêndice

Figura nº 32 Alguns peixes de Cabo Verde



Fonte: <http://www.caboverde.com/images/cv-peixe.htm>.



Fonte: <http://www.caboverde.com/images/cv-peixe.htm>.

